

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A RECEPÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO
POR JOVENS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS
POR BARRAGENS: AS REPRESENTAÇÕES DA
CLASSE POPULAR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Alexania Rossato

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**A RECEPÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO POR JOVENS DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS:
AS REPRESENTAÇÕES DA CLASSE POPULAR**

por

Alexania Rossato

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Comunicação.**

Orientadora: Prof^a. Veneza Mayora Ronsini

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A RECEPÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO POR JOVENS DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS:
AS REPRESENTAÇÕES DA CLASSE POPULAR**

elaborada por
Alexania Rossato

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Veneza Mayora Ronsini, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Ana Carolina Escosteguy, Dr^a. (PUC/RS)

Jiani Adriana Bonin, Dr^a. (UNISINOS)

Santa Maria, 05 de março de 2008.

*Dedico essa dissertação aos meus pais,
Maria de Lurdes e Darci Antônio.*

AGRADECIMENTOS

*“Não há uma polegada do meu caminho
que não passe pelo caminho do outro.”*

Simone de Beauvoir

Esse é um momento especial da dissertação. Pelos “agradecimentos”, demonstro que esta produção, ao invés de ter sido um ato solitário e individual, é fruto de um grande esforço coletivo.

Um esforço impossível de ser mensurado e fundamental para o êxito do que apresento.

Início agradecendo a minha família: meus pais, Maria de Lurdes e Darci Antônio, e meus irmãos, Marcus e Mateus. Pelo amor incondicional que sempre manifestaram, pelo afeto que recebi na condição de filha e irmã e pelos inúmeros gestos de solidariedade que tiveram, desde a prova de seleção no mestrado até a defesa da dissertação.

Aos meus primos, Andréia, Antônio, Maria Antônia e Luana, que, nesse período, além de dividirmos a casa, dividimos boas conversas, alegrias, ansiedades, almoços, caronas, o chimarrão... Muito obrigado também por dividir com vocês as grandes descobertas da nossa pequena “Totô”, nos seus primeiros anos de vida.

Ao Leonardo, meu companheiro, que mesmo bastante longe, esteve sempre tão perto. Próximo o necessário para fortalecer nosso bem querer, e o suficiente para demonstrar respeito pela minha decisão de afastamento, apenas físico, neste período de dois anos.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação, pela confiança que depositaram em mim e pela oportunidade que tive de acompanhar o desenvolvimento do Mestrado através das tarefas desempenhadas com as demais bolsistas.

Meu especial e sincero agradecimento à orientadora, professora Veneza, rigorosa na condução da pesquisa, eficaz nas sugestões do trabalho de campo e incansável para que de fato esse fosse um período de crescimento intelectual. Muito obrigada por todo o conhecimento e tempo divididos e por sua disposição pedagógica em me orientar “não me dando o peixe, mas me ensinando a pescar”.

Aos colegas, pelo espírito de união, amizade e companheirismo com que assumimos a primeira turma do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM.

À CAPES, pelo financiamento de bolsa de estudos durante o curso de mestrado, imprescindível para a realização desta pesquisa.

Agradeço também ao Movimento dos Atingidos por Barragens, por instigar o meu espírito investigativo a partir da luta de classe, por oportunizar meu afastamento, enquanto jornalista do movimento, para me dedicar a este estudo e por disponibilizar as condições para a coleta de dados durante o trabalho de campo em Anita Garibaldi.

Por fim, meu sincero agradecimento aos jovens que fizeram parte desta pesquisa, pelas longas conversas que completavam meu anseio por informações e pela paciência que tiveram ao me conceder as entrevistas. Agradeço também a amizade que estabeleci e todo o carinho que recebi junto às famílias, que me acolheram como se eu fosse mais um morador da casa, agradeço a paçoca de pinhão, o bolo frito e tudo mais que me fez sentir bem durante a pesquisa.

Madrugada Camponesa

*Madrugada Camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.*

*Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar a solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.*

*Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.*

*Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.*

*Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque amanhã vai chegar.*

Thiago de Mello

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria

A RECEPÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO POR JOVENS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: AS REPRESENTAÇÕES DA CLASSE POPULAR

AUTORA: ALEXANIA ROSSATO
ORIENTADORA: VENEZA MAYORA RONSINI

Santa Maria, 05 de março de 2008.

O esforço empreendido no decorrer deste trabalho foi o de apresentar elementos teórico-conceituais e evidências empíricas visando à compreensão dos processos de recepção radiofônica e televisiva por parte de jovens camponeses, a partir das seguintes categorias de mediações: cotidianidade e movimento social, ambas estruturadas e determinadas pela classe social e pela cultura. A compreensão é alcançada pela amostra da população de análise, composta por jovens militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e pelo contexto encontrado no cenário da pesquisa: o município de Anita Garibaldi/SC, localizado na bacia do rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, onde foi construída a Usina Hidrelétrica Barra Grande. O recorte dado destina-se a entender o funcionamento da hegemonia e a disputa pelo popular num ambiente onde as representações televisivas e radiofônicas da pobreza e da riqueza, do camponês e do urbano, do atrasado e do moderno, do MAB e do consórcio BAESA são aceitas, negadas ou negociadas pelos atores sociais. O quadro teórico-metodológico que estrutura o trabalho baseia-se nos Estudos Latino-americanos de Recepção e na abordagem etnográfica, tida como método que permite ao investigador inserir-se no mundo do entrevistado, apurando com maior precisão os elementos que compõem o processo de recepção. Os procedimentos, instrumentos e técnicas de pesquisa utilizados para elaboração do conhecimento foram: entrevistas semi-estruturadas, coleta de material secundário e participação em atividades de formação do MAB. Além dessas técnicas, todas as observações foram registradas em diário de campo. O trabalho está dividido em quatro capítulos, tratando respectivamente: do delineamento teórico comunicacional, dos fatores culturais constituintes da determinação da recepção, dos aspectos ligados à organização dos movimentos sociais, em especial do MAB, e o contexto de organização na região de análise, e por fim, do conhecimento fundamentado empiricamente pela descrição e análise das práticas de recepção. Os principais resultados da análise dos dados empíricos apontam que a mediação da cotidianidade condiciona e é condicionada pela participação no movimento social; a consciência da subalternidade proporciona a prioridade de leituras de oposição do conteúdo radiofônico e televisivo e, ainda, que a valorização da cultura camponesa se dá pelo ingresso no movimento social e é esta valorização que permite a compreensão do sistema social e sua transformação.

Palavras-chave: recepção; representação; juventude camponesa; Movimento dos Atingidos por Barragens.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria

RADIO AND TELEVISION RECEPTION BY YOUNG ACTIVISTS OF THE MOVEMENT OF DAM AFFECTED PEOPLE: THE REPRESENTATIONS OF THE POPULAR CLASS

AUTHOR: ALEXANIA ROSSATO
ADVISER: VENEZA MAYORA RONSINI

Santa Maria, March 05th, 2008.

This work aims to present theoretic-conceptual elements and empirical evidences in order to better comprehend the radio and television reception processes by young farmers through the following mediation categories: daily life and social movement, both structured and determined by the social class and culture. This comprehension is achieved through the sample of the population studied, composed of young activists of the Movement of Dam Affected People (MAB), and by the context of the research scenario: the Municipality Anita Garibaldi in the State of Santa Catarina, in the hydrographical basin of the Uruguai River, on the frontier between the states Rio Grande do Sul and Santa Catarina, where the Hydroelectric Power Plant of Barra Grande was constructed. This focus seeks to clarify the manner in which hegemony works and the dispute for the popular in an environment where radio and television representations of wealth and poverty, rural and urban, past and modern, MAB and the BAESA consortium, are accepted, denied or negotiated by the social actors. The theoretical-methodological framework that structures this work, is based on Latin American studies on reception and on an ethnographic approach, adopted as the method that allows the researcher to be introduced into the world of the interviewed, evaluating with higher precision the elements composing the reception process. The research procedures, instruments and techniques utilized for the elaboration of the study were: semi-structured interviews, secondary material collection and participation in educational activities of MAB. In addition to these techniques, all observations were registered in a fieldwork log book. This study is divided into four chapters which deal with the following issues: the theoretical communication framework, the cultural factors constituting the determination of reception, the aspects linked to the organization of social movements and in particular of MAB, the organization context in the region analysed and finally the knowledge empirically founded on the description and analysis of reception practices. The main results from the analysis of the empirical data point to the fact that the mediation of the quotidian, both conditions and is conditioned by the participation of the social movement; the consciousness of the condition of subalternity leads to the prioritisation of opposite readings of radio and television contents and furthermore, the appreciation of the rural culture is achieved through insertion in the social movement and it is this appreciation that allows comprehension of the social system and its transformation.

Key-words: reception; representation; rural youth; Movement of Dam Affected People.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Oficinas de artesanato implantadas pelo consórcio Baesa como política compensatória às famílias atingidas pela barragem.....	31
Figura 2 – Avó de um dos jovens da pesquisa, com características típicas de caboclos.....	44
Figura 3 – Reassentamento Rural Coletivo 15 de Fevereiro, Anita Garibaldi/SC.....	62
Figura 4 – Casa de um dos entrevistados, no Reassentamento Rural Coletivo Santa Catarina.....	62
Figura 5 – Mãe de um dos jovens entrevistados, em sua casa. Aos fundos, o lago da barragem.....	62
Figura 6 – Vista aérea da Usina Hidrelétrica Barra Grande (Fotografia disponível para download no site: < www.baesa.com.br >. Acesso em: 12 Dez. 2007).....	79
Figura 7 – Vista do barramento do rio Pelotas e início do lago da Usina Hidrelétrica Barra Grande.....	80
Figura 8 – Assembléia do Movimento dos Atingidos por Barragens em novembro de 2004 (Fotografia de Adriano Becker).....	80
Figura 9 – Jovens militantes do MAB, integrantes da pesquisa.....	85
Figura 10 – Ambiente da casa de um dos entrevistados reservado à televisão e ao aparelho de som.....	95
Figura 11 – Ambiente da casa de um dos entrevistados reservado à televisão.....	96
Figura 12 – Uma das alunas das turmas de alfabetização de jovens e adultos.....	104
Figura 13 – Família atingida pela barragem, moradora do Reassentamento Anita I, em Anita Garibaldi/SC.....	112
Figura 14 – Antenas parabólicas na residência de um dos jovens entrevistados.....	143
Mapa 1 – Localização da área do Contestado (Mapa de Silvio Coelho Santos).....	51

LISTAS DE SIGLAS

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APREMAVI - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
BAESA – Energética Barra Grande S.A.
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CMB - Comissão Mundial de Barragens
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Eletrosul - Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ITERRA - Instituto de Educação Josué de Castro
LI - Licença de Instalação
LO - Licença de Operação
LP - Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC – Ministério da Educação
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MME - Ministério de Minas e Energia
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Sem Terra
ONGs – Organizações Não Governamentais
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
UEGRS - Universidade do Estado do Rio Grande do Sul
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista	164
-------------------------------	-----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Carta do 2º Encontro Nacional do MAB	167
ANEXO B – Localização do município de Anita Garibaldi/SC 1	168
ANEXO C – Localização do município de Anita Garibaldi/SC 2	168
ANEXO D - Localização da Usina Hidrelétrica Barra Grande	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. ESTUDOS DE RECEPÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
1.1 Dos meios às mediações: cotidianidade e movimento social como <i>locus</i> de análise	20
1.2 A hegemonia e o popular nos estudos culturais	25
1.3 Pressupostos metodológicos da pesquisa	31
CAPÍTULO 2. MARCAS CULTURAIS DA REGIÃO E SEU POVO	39
2.1 Aspectos étnicos	39
2.2 Aspectos históricos	44
2.2.1 A Guerra do Contestado	44
2.2.2 Povoamento no caminho das tropas.....	51
2.2.3 Outros aspectos históricos e geográficos	54
2.3 O significado da luta pela terra	56
CAPÍTULO 3. A PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR	63
3.1 Movimento social, conceituação e aplicação	63
3.2 O Movimento dos Atingidos por Barragens: constituição e caráter	66
3.2.1 A constituição do movimento nacional.....	66
3.2.2 As particularidades da organização na região sul do Brasil	70
3.3 O contexto da luta na região de abrangência da UHE Barra Grande	71
3.4 Os jovens militantes	80
CAPÍTULO 4. A RECEPÇÃO A PARTIR DAS MEDIAÇÕES	86
4.1 Mediações empíricas	88
4.1.1 Cotidianidade	88
4.1.1.1 Cotidiano familiar	88
4.1.1.2 Cotidiano no trabalho	96
4.1.1.3 Cotidiano escolar	99

4.1.2 Movimento social	105
4.1.2.1 Pertencimento de classe e engajamento	105
4.1.2.2 O fato de ser atingido pela barragem	109
4.1.2.3 Participação política dos jovens	112
4.2 A estruturação das práticas de recepção pelo viés de classe	117
4.3 Mapeamento do consumo midiático e aspectos da recepção televisiva e radiofônica	128
4.3.1 Mapa do consumo de mídia	128
4.3.2 A recepção televisiva	132
4.3.3 A recepção radiofônica	143
CONCLUSÃO	152
REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO

No decorrer de dois anos, durante o curso de mestrado, passei por muitas etapas, desde as primeiras elaborações teóricas e proposições de método, até a apreensão de chegar em uma casa de estranhos e pedir “licença para pernoitar, pois gostaria de fazer algumas perguntas à sua filha”. Por fim, a lapidação de um texto, repleto de leituras e releituras, modos de ser e de viver, testemunhos de pessoas que, mais do que lições de vida, demonstram as razões de conduzirem uma luta pela garantia de serem camponeses.

O que apresento nesta dissertação é fruto do caminho escolhido, a partir de opções teóricas e metodológicas, mas o passo que dou aqui também é consequência de toda minha vida acadêmica, na qual fui aperfeiçoando modos de observação dos objetos de estudo e afeiçoando-me a eles, visto que, como compreende Gramsci, somente investigamos de verdade o que nos afeta e “afetar vem de afeto”, conforme lembra Martín-Barbero (2002, p. 22, tradução da autora).

O que faço, então, é expressar meu afeto fazendo ciência com jovens de um movimento social camponês que, apesar de viverem numa condição de pobreza, não aceitaram passivamente as empresas que construíram uma barragem que lhes tirou as terras e, portanto, organizaram-se no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹, isso numa sociedade onde o espírito coletivo perde força a cada dia e as pessoas se tornam cada vez mais individualistas.

Portanto, para mim, e acredito que para todo o pesquisador imerso no seu universo de pesquisa, produzir conhecimento

tem uma sedução interminável; escrever é trabalho pesado. É preciso sentar-se numa cadeira, pensar e transformar o pensamento em frases legíveis, atraentes, interessantes, que tenham sentido e que façam o leitor prosseguir. É trabalhoso, lento, por vezes penoso, por vezes uma agonia. Significa reorganizar, rever, acrescentar, cortar, reescrever. Mas provoca uma animação, quase um êxtase, um momento no Olimpo. Em suma, é um ato de criação. (TUCHMAN, 1991, p. 13 apud SILVA, 2006, p. 14)

E é este ato de criação que me instiga à produção de conhecimento em um cenário localizado na bacia do rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, onde foi construída a Usina Hidrelétrica (UHE) Barra Grande. O que completa a abrangência do trabalho e é um dos principais aspectos deste estudo é o enfoque dado à comunicação, no

¹ O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é uma organização de camponeses atingidos por construções de usinas hidrelétricas e barragens para captação de água, como acontece no nordeste.

âmbito da recepção midiática, com ênfase na recepção radiofônica e televisiva por jovens integrantes do MAB. Ou seja, estudando a recepção, meu propósito é dar voz aos que não têm voz junto aos meios de comunicação locais. No entanto, suas vozes se manifestam na reelaboração do sentido veiculado pelos meios de comunicação e nas ruas, através das mobilizações que realizam.

Tais vozes são reflexos de pontos de vista, sobre os quais me debruço a partir da hipótese de que a juventude envolvida com movimentos sociais desenvolve uma leitura crítica da mídia em virtude de vários fatores, entre eles, e principalmente, a classe social e a cultura, estruturantes das práticas de recepção e determinantes para a compreensão do sistema social e sua transformação. Essa hipótese conduz à problemática que direciona a pesquisa e que está calcada sobre o seguinte questionamento: como a experiência da subalternidade e a conseqüente participação no movimento social têm ligação com uma leitura crítica da mídia, tendo presente que esta experiência de classe define modos de vida da juventude em questão.

Faço também duas considerações relativas ao papel da cultura nos processos de apropriação da mídia, ou seja, a história dos antepassados marca a cultura local e é significativa para que o povo dessa região tenha as atuais iniciativas políticas de contestação à barragem. A primeira consideração é a de que, no espírito de luta da população local, existem traços do imaginário da Guerra do Contestado, ocorrida na região no início do século XX. Também considero que a contestação à construção da barragem se reporta à formação dos primeiros povoados locais pelos tropeiros que viajavam do Rio Grande do Sul a São Paulo com mulas, cargas de charque e outros produtos. Provavelmente, tal elemento histórico também faz com que este povo tenha um espírito de pertença, bastante forte, ao espaço geográfico e tenha encontrado no MAB um movimento que luta para a garantia de continuarem sendo donos daquelas paragens. Portanto, a centralidade da proposta é pensar a cultura como processo que concede sentido à comunicação, definida como a

produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 29)

O fato de serem jovens camponeses, expropriados de suas terras pela construção de uma barragem e envolvidos com um movimento social diz muito para compreender como se apropriam do conteúdo da mídia, aceitando-o, negando-o ou negociando com ele. Dessa forma nasce o objetivo central do trabalho: investigar os processos de recepção radiofônica e

televisiva por parte de jovens camponeses a partir das seguintes mediações: cotidianidade e movimento social, ambas estruturadas e determinadas pela classe social e pela cultura.

No que tange aos objetivos específicos, a presente pesquisa se propõe a compreender como a classe interfere na produção de leituras acerca das representações televisivas e radiofônicas da pobreza e da riqueza, do camponês e do urbano, do atrasado e do moderno, do MAB e do consórcio BAESA; estudar a mediação da cultura popular nas leituras que os jovens efetuam do rádio e TV; e investigar como o Movimento dos Atingidos por Barragens se constitui num instrumento de classe e colabora para a tomada de consciência da subalternidade por parte dos seus militantes.

Mesmo insuficiente para explicar integralmente os fenômenos sociais, a noção de classe social é fundamental para esta pesquisa, visto que, na região de análise, está em jogo o poder econômico de uma empresa norte-americana e outras de capital nacional e o poder da organização dos camponeses. Um jogo de forças desigual que acabou dando vitória às empresas com a construção da usina. No entanto, a vitória também está do lado dos camponeses e, entre outras conquistas, está a recuperação da posse da terra em reassentamentos² para a maioria das famílias que foram atingidas pela obra.

Assim, o uso da categoria classe social para a análise dos dados é uma das justificativas do trabalho a partir de três perspectivas. A primeira, por considerar que os pais fundadores dos estudos culturais ingleses também se dedicaram a isso e retornar aos princípios políticos dos estudos culturais é uma necessidade, principalmente pelo fato de que, no plano empírico, as classes sociais permanecem como princípio organizador da sociedade capitalista. A segunda perspectiva é que, cada vez mais, os movimentos sociais assumem importância na sociedade e estudá-los é emblemático na medida em que, alguns deles, são referências para a luta de classe contemporânea. Por fim, a mescla entre classes populares e representações midiáticas fornece elementos riquíssimos para a análise acadêmica, trazendo para a universidade o camponês, seu modo de vida e sua interação com o mundo globalizado através dos meios de comunicação de massa.

O estudo sobre juventude sempre despertou interesse na pesquisa social, no entanto, a bibliografia sobre jovens rurais é escassa, cabendo a Carneiro (1998)³, Stropasolas (2002)⁴ e

² Os reassentamentos são áreas de terras, no caso da UHE Barra Grande, adquiridas pelo consórcio BAESA para onde as famílias são relocadas antes e durante o enchimento do lago formado pela barragem.

³ CARNEIRO, M. J. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In TEXEIRA, F.C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F. (orgs.) **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. RJ: Campos, 1998.

⁴ STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. 2002. Tese (Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Castro (2005)⁵ as principais investigações. E se recortamos o estudo visando jovens inseridos em movimentos sociais camponeses, a contribuição acadêmica é menor ainda. Além disso, o desenvolvimento deste trabalho é justificado pela incipiência das pesquisas de comunicação sobre movimentos sociais, em especial sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens e, até o momento, a ausência de estudos que seguem o propósito da recepção de rádio e TV por integrantes deste movimento.

Por fim, justifico o desenvolvimento da presente pesquisa pela afetividade que desenvolvi perante os atingidos por barragens ao longo de dez anos, primeiramente quando, em 1998, teve início a construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, sob o rio Jacuí, entre o município de Agudo/RS e o meu município de origem, Nova Palma/RS. Este primeiro contato foi mais distanciado, mas se intensificou a partir de 2004, quando iniciei minha profissão de jornalista junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens, primeiramente na secretaria da região sul do Brasil, em Erechim/RS, e posteriormente na secretaria nacional, em Brasília/DF.

Foi este contato que me possibilitou conhecer a problemática vivida pelos camponeses atingidos pela UHE Barra Grande e direcionar meu interesse pela pesquisa naquele local, tendo em vista que lá existia um foco considerável de processos que justificariam um estudo de recepção. O interesse pela pesquisa com juventude nasce anteriormente, pois, de 1996 a 2004, integrei a Pastoral da Juventude Rural⁶ e o que sempre me intrigou foi a iniciativa dos jovens integrantes desta organização que, mesmo com todas as possibilidades de uma vida na cidade, sintetizavam o desejo de continuarem vivendo como camponeses com os slogans: “Da mãe terra, esperança e resistência” ou “Da mãe terra, o pão; do trabalho, a dignidade”. Cabe explicitar ainda que meu interesse pelo campesinato está ligado diretamente à minha experiência pessoal de vida, pois cresci vendo meus pais e tios indo e vindo da lavoura, atividade muitas vezes também compartilhada por mim, meus irmãos e primos.

Esta trama orientou os caminhos trilhados e os enfoques dados, resultando na seguinte estruturação dos capítulos do trabalho. No primeiro capítulo, intitulado *Estudos de recepção: fundamentação teórica*, trato dos aspectos teóricos dos estudos culturais e dos estudos de recepção como teoria da comunicação aplicada nesta pesquisa. Nele cabe um breve retrospecto histórico que abrange desde os precursores da Escola de Birmingham até os

⁵ CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Tese (Programa de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

⁶ A Pastoral da Juventude Rural é ligada à igreja católica. Minha inserção nesta organização passou desde a instância de base até a coordenação nacional, sendo que neste período (2000 – 2002) dediquei dois anos à secretaria e articulação estadual.

estudiosos da América Latina, incluindo noções sobre “hegemonia”, “cultura popular” e “representação”. O aporte metodológico também encontra seu posto neste capítulo.

Marcas culturais da região e seu povo é título do segundo capítulo, que traz informações sobre o contexto cultural da região, com enfoque para os aspectos étnicos, históricos e para o significado da luta pela terra que, no meu entendimento, também são determinantes para a recepção radiofônica e televisiva. Aqui retomo o conceito de camponês e de atingido por barragem, conceitos que permeiam a reflexão apresentada neste trabalho.

O terceiro capítulo tenta compreender *A perspectiva da organização popular*. Conforme o título, neste capítulo reviso o conceito de movimento social e abordo com mais profundidade a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens, com destaque para a constituição do movimento nacional e para as particularidades da organização na região sul do Brasil. O contexto da luta na região de abrangência da UHE Barra Grande e a compreensão sobre a militância juvenil também são temas do terceiro capítulo.

O quarto e último capítulo, denominado *A recepção a partir das mediações*, é destinado a apresentar a parte empírica da pesquisa, associando as categorias da cotidianidade e do movimento social às práticas sociais dos receptores pelo viés de classe e cultura. Neste capítulo, faço o mapeamento do consumo midiático e aponto aspectos da recepção televisiva e radiofônica.

Portanto, o desafio é agregar o conhecimento obtido ao *etnografar*, acompanhando o dia-a-dia dos jovens entrevistados em suas residências e ali percebendo aspectos sobre a representação frente à participação no movimento social e frente ao consumo de mídia. Meu interesse está na situação especial desses jovens na sociedade globalizada e capitalista. Eles permanecem engajados no movimento social, valorizando e se apropriando de sua juventude, mesmo em um contexto desfavorável para tal, sob a hegemonia do mundo das mercadorias, conforme contribuição de Sousa (1999).

CAPÍTULO 1

ESTUDOS DE RECEPÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Dos meios às mediações: cotidianidade e movimento social como *locus* de análise

No final dos anos 50 do século XX, no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), em Birmingham, Inglaterra, nasce uma nova perspectiva para os estudos de comunicação: os estudos culturais, constituindo-se em um campo de pesquisas não focalizadas apenas nos meios de comunicação, mas no espaço de um circuito composto pela produção, circulação e consumo da cultura midiática. Os pais fundadores desta vertente foram Edward Thompson, Richard Hoggart, Raymond Williams e, posteriormente, Stuart Hall, autores ainda usados com frequência no embasamento dos estudos que envolvem a cultura e os meios de comunicação. Segundo Escosteguy (2001, p. 21), o que compõem o eixo principal de observação do CCCS são “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais”. Dessa forma, os estudos culturais não configuram uma nova disciplina, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade.

Uma das preocupações da escola britânica é com as culturas populares. Sob influência da teoria gramsciana, os estudos sobre estas culturas pretendiam responder a indagações acerca da constituição de um sistema de valores e de um universo de sentido, como esses mesmos sistemas contribuem para a constituição de uma identidade coletiva e como se articulam as dimensões de resistência e subordinação das classes populares. Segundo Escosteguy (2001), com os estudos culturais o conceito de cultura alargou-se, se comparado ao que vinha sendo usado até então, pois incluiu práticas e sentidos do cotidiano. Para ela, esse elemento proporcionou uma segunda mudança importante: “todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história” (2001, p. 26). Assim, a preocupação está em entender como o processo de comunicação acontece dentro de uma cultura, direcionando o interesse dos estudos culturais para perceber as intersecções entre as estruturas sociais e as formas e práticas culturais.

No continente americano, os estudos culturais desencadeiam uma variante que ficou conhecida como estudos de recepção, “trabalhada como um conjunto de relações sociais e culturais mediadoras da comunicação como processo social, ou atividade complexa de interpretações e de produção de sentido e de prazer” (SOUSA 1998, p. 43 apud JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p. 15). Esta nova frente começa a ter seus primeiros expoentes na década de 80 com Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e Guillermo Orozco Gómez. Segundo Lopes et al. (2002, p. 29), os estudos de recepção na América Latina surgem

no bojo de um forte movimento teórico-crítico que procurava fazer uma reflexão alternativa sobre a comunicação e a cultura de massas através da perspectiva gramsciana, reflexão alternativa às análises funcionalistas, semióticas e frankfurtianas predominantes até então.

Os estudos a partir do funcionalismo preocupavam-se com a análise sobre os efeitos que os meios causavam nas audiências. Este modelo teórico considerava a audiência agente passivo no processo comunicacional, tal como também é visto pela Escola de Frankfurt⁷ com a teoria crítica, que considerava as audiências massificadas e, por isso, meras reproduzoras do capitalismo.

Na América Latina, os anos 80 foram marcados pela abertura política depois de períodos de ditadura em vários países. Isso proporcionou aos estudos de recepção um terreno fértil para aplicação de pesquisas sobre a ação dos movimentos sociais que lutavam para a garantia de espaços de intervenção, “movimentos sociais que levaram adiante lutas contra a repressão e a discriminação, e também mobilizações dos setores populares da sociedade que lutavam pela apropriação de bens e serviços e pressionavam o sistema político a atender suas demandas sociais” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 45). Portanto, é nos movimentos sociais que os teóricos dos estudos de recepção encontraram espaço para a investigação deste novo campo de pesquisa.

Martín-Barbero é quem mais explicitou a importância de tais movimentos nessa configuração. Ele diz que “os deslocamentos com os quais se buscará refazer conceitual e metodologicamente o campo da comunicação virão do âmbito dos movimentos sociais e das novas dinâmicas sociais, abrindo, dessa forma, a investigação para as transformações da experiência social” (1992, p. 29 apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 41). Martín-Barbero (2002) explica que esta nova frente trata dos processos culturais enquanto articuladores das práticas

⁷ Adorno e Horkheimer são os teóricos de destaque da Escola de Frankfurt. Eles estudaram as massas como efeito do processo de legitimação e lugar de manifestação da cultura em que a lógica da mercadoria se realiza. A noção de indústria cultural nasce com estes teóricos.

comunicativas com os movimentos sociais e esse é o modo como o popular se inscreve na análise dos processos culturais. Frente a este panorama me aproximo da proposta metodológica do autor, o uso social dos meios,

usada para entender a relação entre receptores e meios, que parte do estudo das articulações entre as práticas de comunicação e os movimentos sociais, observando as diferentes temporalidades e as pluralidades de matizes culturais, constituindo-se, portanto, num possível desenvolvimento de sua formulação maior, a perspectiva das mediações. (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p. 65)

A partir da mudança proposta por Martín-Barbero, em que o enfoque não são mais os meios mas as mediações, a preocupação com as classes populares leva também outros autores da América Latina a dar voz aos sujeitos receptores ao invés de investigar os produtores, como vinha sendo feito até então. No entanto, Jacks e Escosteguy (2005, p. 14) alertam que “deslocar o eixo da comunicação para fora dos meios ou entendê-la como um processo social primário, que envolve a relação entre as pessoas, não exclui, entretanto, a presença dos meios de comunicação, apenas os considera como um dos elementos que compõe a cena contemporânea”.

Ao contrário de Chauí (2006, p. 28), para a qual “os produtos da indústria cultural buscam meios para ser alegremente consumidos em estado de distração [...], e que, além do controle sobre o trabalho, a classe dominante passou a controlar também o descanso, pois ambos são mercadorias”, Martín-Barbero entende que a apropriação da mensagem midiática pelo receptor não acontece em uma consciência que absorve a ideologia dominante por completo. Para ele, entre a produção e a recepção da mensagem existem as mediações, “lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” (2001, p. 304), ou seja, são os lugares, as mediações, que produzem sentido à recepção:

as mediações produzem e reproduzem os significados sociais, sendo o *locus* que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção. As mediações estruturam, organizam e reorganizam a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade. Por essa razão, a atenção concentra-se nos movimentos, nas dinâmicas. Daí que a pesquisa sobre os usos nos obriga, então, a deslocar-se do espaço dos meios ao lugar em que se produz sentido. (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 213 apud ESCOSTEGUY e JACKS, 2005, p. 67)

Resgato a proposta de Martín-Barbero quando considero que o movimento social e a cotidianidade sejam as categorias mediadoras da recepção. A categoria movimento social é

fundamental para compreender o grau de influência que o movimento exerce nos seus integrantes e como, perante isso, adotam determinadas leituras na recepção radiofônica e televisiva. Segundo Escosteguy (2001, p. 160-161), Martín-Barbero “tem insistido em que os processos de comunicação devem ser abordados a partir da base dos movimentos sociais, em vez de partir de pressupostos sobre o próprio poder dos meios”, tendo em vista o valor e o poder de suas identidades coletivas.

Pela cotidianidade, vou ao encontro da conceituação de Ronsini (2002, p. 88), para a qual significa a “organização espacial e temporal do cotidiano, onde a maior ou menor autonomia dos agentes define maior ou menor poder político”. Portanto, parto do princípio de que “a comunicação assume o sentido das práticas sociais onde o receptor é considerado produtor de sentidos, e o cotidiano, espaço primordial da pesquisa” (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p. 66).

Se a cotidianidade familiar é o lugar social de uma interpelação fundamental da mídia para os setores populares, como afirma Martín-Barbero, entendo que o cotidiano na escola e no trabalho também tem importância para a leitura e decodificação do conteúdo radiofônico e televisivo. Sendo assim, apesar de Martín-Barbero apontar apenas a mediação do cotidiano familiar, neste estudo também considero como mediações o cotidiano escolar e o cotidiano no trabalho.

A cotidianidade familiar, juntamente com a temporalidade social e a competência cultural são os três lugares de mediação preferencial propostos por Martín-Barbero em *De los medios a las mediaciones* “como forma de captar as experiências culturais onde elas se concretizam” (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p. 66). Pela síntese de Escosteguy (2001), a cotidianidade familiar trata da família como unidade básica de audiência e recepção, a temporalidade social relaciona o tempo produtivo do sistema social e o tempo repetitivo do cotidiano e a competência cultural diz respeito à uma matriz cultural que direciona o modo de perceber, ler ou usar os produtos culturais.

Mesmo não tendo como objetivo o aprofundamento desta questão, vale mencionar que, posteriormente a essa reflexão, Martín-Barbero avança e propõe que os lugares onde acontecem as práticas sociais passam pela dimensão da sociabilidade, ritualidade e tecnicidade:

A primeira diz respeito às negociações cotidianas do sujeito com o poder e as diversas instituições, isto é, de forma mais ampla, a interação social; a segunda trata das rotinas e das regras construídas a partir da combinação dos ritmos do tempo e dos eixos do espaço, isto é, da profunda imbricação entre as rotinas do trabalho e as

ações de transformação; a última identifica-se com as características do próprio meio. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 102)

Segundo Lopes et al. (2002, p. 40), “a mediação no processo de recepção deve ser entendida como processo estruturante que configura e reconfigura tanto a interação dos membros da audiência com os meios, como a criação por parte deles dos sentidos dessa interação”. Frente a isso se estabelece três idéias-chave: a relação entre a recepção e meios de comunicação nunca é direta e unilateral; a recepção é sempre um processo e não apenas um momento, isto é, antecede e prossegue ao ato de ver televisão ou ouvir rádio; o significado televisivo e radiofônico tanto pode ser aceito, como negociado ou negado pelos receptores.

Se a leitura do conteúdo radiofônico e televisivo assume determinado sentido frente às mediações, adoto o modelo de decodificação proposto por Stuart Hall para compreender de que maneira isso sucede. Tal modelo é o que uso na análise dos dados empíricos, considerando que a veiculação de mensagens sempre ocorre a partir do código hegemônico. Hall elabora este modelo pensando no telespectador, porém neste trabalho, além do telespectador, o modelo proposto abarca também o receptor de rádio. Segundo Hall (2003), a primeira posição, ou leitura, é a hegemônica-dominante, quando o receptor se apropria do sentido conotado de forma direta e integral e decodifica a mensagem nos termos do código referencial no qual ela foi codificada. A segunda posição é a do código negociado. Ou seja,

decodificar, dentro da versão negociada, contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações, ao passo que num nível mais restrito, situacional (localizado) faz suas próprias regras. (HALL, 2003, p. 401)

Por fim, na leitura de oposição, bastante perceptível entre os jovens deste estudo, o receptor decodifica a mensagem de uma maneira globalmente contrária, “destotaliza a mensagem no código preferencial para retotalizá-la dentro de algum referencial alternativo” (2003, p. 402).

Segundo Lopes et al. (2002, p. 28), “o conceito gramsciano de hegemonia é usado no modelo de codificação/decodificação (Hall) para examinar os modos concretos pelos quais os significados dos meios podem ser negociados ou até eventualmente subvertidos por audiências específicas”, o que é tema do tópico seguinte, que traz considerações acerca do conceito de hegemonia e popular.

1.2 A hegemonia e o popular nos estudos culturais

Foi a incorporação do pensamento de Antônio Gramsci nos estudos culturais que “permitiu vislumbrar um movimento mais dinâmico e complexo na sociedade, admitindo tanto a reprodução do sistema de dominação quanto a resistência a esse mesmo sistema” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 91). A novidade gramsciana nos estudos culturais consiste em considerar que o conceito de hegemonia inclui o conceito de ideologia e o de cultura. Todavia, afirma Chauí, o conceito de hegemonia

ultrapassa o de cultura porque indaga as relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e da subordinação, e ultrapassa o conceito de ideologia porque envolve todo o processo social vivo percebendo-o como práxis, isto é, as representações, as normas e os valores são práticas sociais e se organizam como e através de práticas sociais dominantes e determinadas. (1987, p. 21)

Segundo Escosteguy (2001), na América Latina dos anos 80, a contribuição gramsciana foi significativa para as análises culturais, análises cujas características traziam uma forte conotação política, pois pela conjuntura dos países daqui, existia uma demanda popular bastante grande de expressão, até então desconsiderada. “É, principalmente, o conceito de hegemonia e as possibilidades abertas por ele para a compreensão do âmbito do popular que repercutem nessa vertente de análise cultural da comunicação” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 92). No caso específico de Martín-Barbero, se em *De los medios a las mediaciones*, a adoção do conceito de hegemonia implicou no redirecionamento da problemática da comunicação para a cultura, modificando sua compreensão, em seguida o sentido da hegemonia está no processo produtor de significações, ou seja, o receptor não é apenas decodificador, mas também produtor de novos significados, conforme expõe Escosteguy (2001).

Frente a isso, é necessário o entendimento do conceito de representação, bastante caro a esta pesquisa, já que ela significa uma prática, uma produção de sentidos. Segundo Hall (2003, p. 179), “os sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e para os outros”, ou seja, para Hall cada prática social é constituída na interação entre significado e representação. Representação que “implica o trabalho ativo de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não simplesmente de transmitir um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de fazer as coisas significarem” (HALL, 1982, p. 64 apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 62).

Esta pesquisa se aproxima do tema da representação quando os sujeitos investigados, pela decodificação das mensagens televisivas e radiofônicas a partir das mediações, produzem novos significados frente ao que estas mídias apresentam, já que é também função delas

refletir e expressar uma pluralidade – mesmo que aparente – de representações ao invés de um universo ideológico unitário. Esse conhecimento social que os media seletivamente fazem circular é organizado através de sentidos preferenciais. E, por último, esse conjunto de representações, imagens e sentidos, seletivamente representado e classificado, é organizado e articulado num todo coerente, numa ordem reconhecida, ou melhor, na produção do consenso, na construção da legitimidade. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 63)

No campo da produção, a representação também é uma constante, já que os meios de comunicação representam uma realidade, e no entendimento de Hall, “os meios de comunicação são ideológicos”, ou seja, reproduzem o campo ideológico da sociedade de tal forma que reproduz, também sua estrutura de dominação, conforme expõe Escosteguy (2001, p. 65). A novidade é que, pela introdução do conceito de hegemonia, compreendemos a dominação como um processo em que o dominador não elimina, mas seduz o dominado e este entra no jogo porque, em partes, se sente contemplado por aquele. Portanto, em se tratando da recepção dos produtos radiofônicos e televisivos, os sujeitos desta análise, a partir do conceito de hegemonia, ora aceitam, ora negociam ou rejeitam a representação televisiva e radiofônica, seja a representação de atingido por barragem e de militante de movimento social, feita pelo rádio, seja a representação do camponês e do urbano, da pobreza e da riqueza, feita pela televisão.

Além disso, devemos considerar que entre a mídia e outras instituições, neste caso o MAB⁸, existe uma disputa pela hegemonia, ou melhor, a contra-hegemonia exercida pelo movimento é uma força constante e presente que tenciona as relações hegemônicas estabelecidas na região em análise, representadas pela mídia e pelo consórcio Energética Barra Grande S.A. (BAESA)⁹. Essa compreensão parte de Chauí (1987, p. 22) quando afirma que a hegemonia “não existe apenas passivamente na forma de dominação, deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada e é continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas”. Dessa forma, parto do princípio de que a contra-hegemonia exercida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens é oriunda

⁸ Pelo fato de não ser institucionalizado, o MAB não é considerado uma instituição, mas uma organização. No entanto, para fins de aplicação do conceito, são sinônimos.

⁹ O consórcio BAESA é formado pelas empresas acionistas da UHE Barra Grande: Alcoa Alumínio S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Camargo Corrêa Cimentos S/A, Companhia Brasileira de Alumínio/Votorantim, e DME Energética Ltda.

dos princípios do próprio movimento que congrega pessoas da classe subalterna. A condição de tal classe se revela pela situação de carência de bens materiais das famílias, pelas suas dificuldades de transporte e de comunicação, mas principalmente pelo modo de vida das pessoas, tecendo aspectos significativos da cultura popular, tais como os que se expressam no cotidiano familiar, escolar e no trabalho, nas práticas de solidariedade entre vizinhos e nas práticas religiosas, entre outros.

No entanto, de acordo com a elucidação de Chauí (1987), não abordo a cultura popular como uma outra cultura ao lado (ou ao fundo) da cultura dominante, mas como algo que se efetua por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela. “O essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a ‘cultura popular’ em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante” (HALL, 2003, p. 257). Conforme explica Escosteguy (2001), por muito tempo a cultura popular foi desprezada como objeto de estudo, ao contrário do que se percebe no debate contemporâneo, em que os estudos sobre as culturas populares estão bastante articulados à direção política e cultural das sociedades. Antes de aprofundar o conceito e aplicá-lo no objeto de estudo, é importante mencionar o esclarecimento de García Canclini:

o popular não corresponde com precisão a um referente empírico, a sujeitos ou situações sociais nitidamente identificáveis na realidade. Ele é uma construção ideológica cuja consistência teórica está ainda por ser alcançada. É mais um campo de trabalho do que um objeto de estudo cientificamente delimitado. (1987, p. 6 apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 112-113)

Neste campo de trabalho de que fala García Canclini, devemos considerar que o termo “popular” guarda relações muito complexas com o termo “classe”, mas não são absolutamente intercambiáveis, pois não existe uma relação direta entre uma classe e uma forma ou prática cultural particular. Hall esclarece:

o termo popular indica o relacionamento entre a cultura e as classes um tanto deslocado. Mais precisamente, refere-se à aliança de classes e forças que constituem as classes populares. A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: esta é a área a que o termo popular nos remete. O povo versus o bloco de poder: isto, em vez de classe contra classe, é a linha central da contradição que polariza o terreno da cultura. A cultura popular, especialmente, é organizada em torno da contradição: as forças populares versus o bloco de poder. (2003, p. 262)

No estudo sobre a recepção radiofônica na região de abrangência da UHE Barra Grande, a centralidade está exatamente no que fala Hall: a cultura popular é organizada em

torno da contradição entre as forças populares versus o bloco de poder, ou melhor, famílias organizadas no MAB versus o consórcio BAESA. Nesse sentido, Bennett explica que

a cultura popular está em parte envolvida na luta pela hegemonia – e para Gramsci, os papéis desempenhados pela maioria dos aspectos culturais sedimentados da vida cotidiana estão crucialmente implicados no processo por onde a hegemonia é disputada, vencida, perdida, resistida – e o campo dessa cultura está estruturado tanto pela tentativa da classe dominante em obter a hegemonia, quanto pelas formas de oposição a esse empreendimento. Como tal, ela não está constituída simplesmente por culturas espontaneamente de oposição, mas, ao invés, é uma área de negociação entre as duas dentro das quais estão misturados valores e elementos ideológicos e culturais dominantes, subordinados e de oposição, em diferentes permutações. (1986a, p. XV apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 109)

Mesmo correndo o risco de reduzir a cultura popular ao âmbito do político, a definição de cultura popular de Stuart Hall também deriva sua força da categoria hegemonia, a qual implica pensar o popular em termos de relações entre classes, mesmo não sendo totalmente intercambiáveis:

A cultura popular é um dos espaços onde ocorre a luta a favor ou contra uma cultura dos poderosos: é também um jogo a ser ganho ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência. É parcialmente onde a hegemonia surge e onde ela é assegurada. (HALL, 1981, p. 239 apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 116)

Ou seja, compreendendo que a cultura popular é fruto da luta pela hegemonia, a disputa política e cultural entre o MAB e o consórcio BAESA é presente quando o movimento identifica nas empresas constituintes do consórcio as representantes do imperialismo econômico que se instalaram em Anita Garibaldi a fim de explorar as riquezas naturais para o acúmulo de capital com a geração e venda de energia elétrica. Com a lógica “globalitária”, há mais do que globalização, há “globalitarismo”, afirma Santos (2001), ao se referir às grandes empresas, nacionais ou estrangeiras, que no nosso território estabelecem uma ordem, trazendo desordem para tudo o mais, inclusive para a cultura e a identidade do povo que, segundo as lideranças do movimento, literalmente foram “água abaixo”.

No entanto, a cultura e a identidade, aos poucos, estão sendo recuperadas com a construção de reassentamentos garantidos pela mobilização popular. Por outro lado, a hegemonia se atualiza quando o consórcio Baesa implanta políticas compensatórias através de projetos de assistência social, como oficinas de artesanato¹⁰, e do levantamento do patrimônio histórico e cultural da região, com a produção de livros e vídeos documentários, conforme

¹⁰ O artesanato é uma prática cultural comum entre as famílias da região, que além de trabalharem com a palha do milho na produção de cestas e chapéus, usam a lã de ovelha para a confecção de roupas, cobertores e tapetes.

menciono no item 3.3, referente ao contexto da luta na região de abrangência da UHE Barra Grande.

Diferentemente das considerações gerais de Hall e Bennett, a contribuição de García Canclini (1983, p. 135) para a compreensão da cultura popular é específica e aponta para o desenvolvimento de uma estratégia de investigação que abranja tanto a produção quanto a circulação e o consumo de bens materiais e simbólicos, mesmo assim sinaliza o contexto e os conflitos sociais: “o popular não pode ser fixado num tipo particular de produtos ou mensagens, porque o sentido de ambos é constantemente alterado pelos conflitos sociais”. A isso García Canclini acrescenta que as

culturas populares se constituem por um processo de apropriação desigual de bens econômicos e culturais de uma nação por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida, através de uma interação conflitiva com os setores hegemônicos. (1983, p. 42)

García Canclini explicita que o uso do termo cultura subalterna é feito para sublinhar a oposição da cultura popular à cultura hegemônica e que a subalternidade está historicamente diferenciada, por um lado como estado sócio-econômico que a sufoca e, por outro, como consciência de classe que a suscita.

A partir do que defendem tais autores, fica claro que a cultura popular é fruto do conflito social e da luta pela hegemonia, num espaço onde ela é disputada, vencida, perdida. Eles falam da luta pela hegemonia pelas forças sociais numa arena de disputa, a cultura popular seria, então, este espaço simbólico de luta. Sendo assim, o desafio é identificar no espaço geográfico escolhido, permeado por vários elementos culturais, o espaço simbólico e econômico da luta pela hegemonia. Como o interesse deste trabalho centra-se na recepção radiofônica e televisiva, investigo então os elementos que fazem a mediação desses veículos, compreendendo os processos culturais no âmbito do popular, valorizado

em sua representatividade sociocultural, em sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica e o integram e fundem com o que vem de sua memória histórica. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 117)

Além disso, tenho consciência de que não existe um estrato autêntico, autônomo, genuíno e isolado de cultura da classe trabalhadora, ou pelas palavras de Martín-Barbero (2002, p. 118, tradução da autora), “o popular não é homogêneo e é necessário estudá-lo no

ambíguo e conflitivo processo em que se produz e emerge hoje”, que condiz com a condição estrutural da sociedade moderna e a um novo funcionamento da hegemonia. Isto é, existe a incorporação do popular pelo massivo e os conceitos de “popular-memória” e “popular-massivo” são trazidos à tona pelo próprio autor. O “popular-memória” é o que emerge nas práticas que têm lugar, por exemplo, nas praças de comércio de camponeses ou em festas do povo. Ou seja, em todas as práticas do popular-memória encontra-se sinais de identidade, através dos quais se faz visível um discurso de resistência ao discurso burguês. Martín-Barbero afirma que

a memória popular adquire seu sentido não na busca de uma recuperação nostálgica, mas na oposição a esse outro discurso que a nega e frente ao que se afirma uma luta desigual que remete ao conflito das classes [...], ao conflito entre a economia da abstração mercantil e a do intercâmbio simbólico. (2002, p. 219, tradução da autora)

De outro lado está o popular-massivo que, para o pesquisador (2002, p. 219), é o massivo como negação e mediação histórica do popular, “pois a cultura massiva é negação do popular na medida em que é uma cultura produzida para as massas, para sua massificação e controle, isto é, uma cultura que tende a negar as diferenças verdadeiras, reabsorvendo e homogeneizando as identidades culturais de todo tipo”.

Portanto, não se pode pensar o popular à margem do processo histórico de constituição do massivo. O popular é um lugar a partir do qual se pode pensar o processo comunicativo, é uma matriz cultural vista como mediação para estudar a comunicação, localizada entre os meios e as práticas cotidianas. Por serem camponeses, os integrantes do MAB têm fortes vínculos com a cultura popular que se expressa, por exemplo, ao se reunirem numa roda para cantar e tocar músicas caipiras no final da tarde, como pude presenciar nas viagens de campo, ou ao redor do fogão de tijolos, onde os homens e os jovens cantavam músicas sertanejas junto com o violeiro, alguns apenas ouviam... No entanto, aos poucos estão incorporando características da cultura da mídia, principalmente pelas músicas que os jovens ouvem (sertanejas, bandinhas, gauchescas, rock e funk) ou pelas novelas que assistem, explicitadas no item 4.3.



Figura 1 – Oficinas de artesanato implantadas pelo consórcio Baesa como política compensatória às famílias atingidas pela barragem.

1.3 Pressupostos metodológicos da pesquisa

O desafio de aliar o cabedal teórico a uma metodologia adequada depende dos objetivos da pesquisa. Assim, inicio lembrando que este estudo situa-se na linha dos estudos latino-americanos de recepção e encontra seu principal fundamento teórico-metodológico na proposta das mediações de Jesús Martín-Barbero. Para tanto, defino duas categorias de mediação para a análise da base empírica: a cotidianidade e o movimento social, estruturadas e determinadas pela classe social e pela cultura.

A orientação de Martín-Barbero é pensar historicamente a problemática da comunicação, desenvolvendo questões importantes como a caracterização dos espaços cotidianos. Sendo sinalizadora de pontos de encontro de vários tempos históricos, “na cotidianidade as pessoas misturam elementos de suas matrizes culturais antigas, transmitidas pelos seus grupos de pertença e resíduos que constituem parte do seu presente” (TORRE, 2001, p. 100). No entanto, Martín-Barbero fala somente da cotidianidade familiar. Ele afirma que “não se pode entender o modo específico que a televisão emprega para interpelar a família sem interrogar a cotidianidade familiar enquanto lugar social de uma interpelação fundamental para os setores populares” (TORRE, 2001, p. 305). A abrangência deste estudo

extrapola os limites da família, indo até as questões referentes ao cotidiano na escola e no trabalho, pois entendo que a caracterização destes outros dois ambientes e as experiências vivenciadas neles também relevam o sentido atribuído ao rádio e à TV.

O modelo metodológico que perpassa este estudo parte da pesquisa qualitativa, que tem em Orozco Gómez e Immacolata Lopes dois expoentes. Para a pesquisadora, uma das dificuldades da metodologia qualitativa é a subjetividade dos dados,

enfrentada pela tentativa de objetivá-los levando-os à condição de dados de confiança e de afirmação através de um processo de saturação de sentido de um fato, não apenas fazendo o informante voltar a ele por meio da repetição, mas pelo preenchimento de sentido ao fazê-lo retornar ao fato através de outro ponto de vista. (2002, p. 53)

Já Orozco Gómez (1990, p. 99) diz que, pela pesquisa qualitativa, o tipo de conhecimento obtido é entendido pela sociedade e não só por especialistas e isso permite um novo tipo de atuação da sociedade civil. Assim, os conhecimentos produzidos acerca da comunicação, referindo-se a processos micro sociais, tornam-se simples para os leigos, o que facilita a aproximação e a intervenção do público. Nesse sentido, também considero importante o que afirma Ronsini (2004), para a qual a pesquisa qualitativa de audiência marca a descoberta dos atores sociais, que antes eram entidades imaginárias deduzidas dos textos dos veículos de comunicação de massa.

Dessa forma, para o presente trabalho entrevistei quatro pessoas adultas (três pais e um historiador local) e, através do método etnográfico, faço observações junto aos quatorze jovens entrevistados. Pernoitei na residência de oito famílias, utilizo o diário de campo para registro dos principais traços culturais, dos comportamentos frente à mídia, de manifestações de desconfiança, da disponibilidade e dos sentimentos expressos pelos jovens, além disso, analiso materiais secundários¹¹. Enfim, estruturei este método como instrumento para compreender a inter-relação que existe entre a realidade cotidiana, a participação no movimento social e a apropriação dos produtos televisivos e radiofônicos, sempre com o olhar atento ao viés da classe e da cultura.

A entrevista semi-estruturada¹², fundamental para o recolhimento de dados, merece destaque: o roteiro foi composto por noventa perguntas, distribuídas em onze blocos: dados pessoais, família, estudo, classe social, meios de comunicação, televisão, memória, etnia, Movimento dos Atingidos por Barragens, juventude e camponeses. O plano da pesquisa

¹¹ Os materiais secundários são jornais e outros materiais impressos.

¹² A entrevista semi-estruturada segue um roteiro de perguntas, porém o roteiro não é fixo, possibilitando a intervenção do entrevistado a questões não previstas.

também compreendeu a assistência às aulas de duas turmas de alfabetização de jovens e adultos, ministradas por uma das entrevistadas e a participação da pesquisadora no 2º Encontro Nacional de Educação do MAB, realizado em outubro de 2007, em Brasília.

Os jovens entrevistados têm uma faixa etária entre 16 e 22 anos. São eles: Martinha (16 anos), Bia (16 anos), Ivan (17 anos), Cheila (17 anos), Mariana (17 anos), Carla (18 anos), Fabiano (18 anos), Liana (19 anos), Janice (19 anos), Elisa (20 anos), Andréia (20 anos), Rodrigo (20 anos), Maria (21 anos), Sandro (22 anos). Cabe ressaltar que o critério de seleção para entrar na amostra foi a participação no movimento social e que os nomes adotados são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados. A definição das categorias de análise aconteceu concomitantemente à construção do objeto, e a escolha do público já em nível de militância foi proposital, entendendo que a militância, como um processo mais avançado de consciência política dentro do movimento, proporcionaria maior facilidade em detectar como alguns pilares da identidade destes jovens se sustentam, numa perspectiva da reflexão sobre a recepção midiática provocada pelo movimento.

Para examinar a mediação do movimento social, o casamento da entrevista com a observação participante é bastante rico. É o momento em que se checa o que o entrevistado fala e o que realmente faz no cotidiano. Haguette (1992, p. 104) afirma que, “com a observação participante, o observador de campo pode alocar motivos e/ou intenções com maior chance de validade pela oportunidade que tem de contrastar ideais firmados com comportamentos”.

Ainda sobre a etnografia, levo em consideração o que escreve Travancas (2003, p. 100). Segundo ela, “a etnografia é um método de pesquisa qualitativa e empírica que não pode ser realizada por um pesquisador sem preparo em um curto período de tempo”. Geertz (apud Travancas, 2003, p. 98), por sua vez, afirma que “a etnografia não é apenas um método cuja prática significa estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, assim por diante”. O que define a sua prática, continua o autor, é o tipo de esforço intelectual que ela representa.

Esse método permite ao investigador inserir-se no mundo do entrevistado, registrar o que é significativo para a análise e ainda se envolver com o ambiente de pesquisa, partilhando sentimentos e atividades cotidianas. Mesmo assim, pesquisas no campo da comunicação costumam ser criticadas por adotar a etnografia. A crítica vem no sentido de que só os antropólogos têm autoridade para usar este método ao debruçarem-se durante anos sobre um mesmo estudo, a fim de realizar uma “descrição densa”. No entanto, sustento minha posição sobre fazer etnografia em conformidade com o que explica Escosteguy:

a opção pela análise das práticas sociais do âmbito popular depois de uma fase de concentração nas leituras ideológicas das mensagens dos meios de comunicação é um indicativo de compromisso social. Metodologicamente, as estratégias qualitativas de pesquisa e, fundamentalmente, a etnografia, transformaram-se num instrumento apropriado para levar em frente essa prática de investigação. (2001, p. 49)

Também sustento minha opção em usar a etnografia como método, definido por Ronsini como etnografia crítica da recepção:

a) o conhecimento construído a partir da descrição do contexto espacial e temporal que determina a apropriação dos meios de comunicação, isto é, a apreensão do sentido possível que os atores sociais dão às práticas sociais e culturais produzidas na relação com os meios de comunicação tecnológicos; b) a etnografia é crítica porque visa revelar e compreender a reprodução social e não apenas a capacidade criativa das audiências. (2007, p. 77)

Se a reprodução da realidade exige atividades intelectuais complexas, para La Pastina (2006, p. 41), “um bom estudo etnográfico deve fornecer evidências de que os dados relatados, a análise e os processos descritos são resultado de um processo longo e cuidadoso de maturação da informação coletada”. Portanto, a etnografia demanda um nível elevado de investimento pessoal e o desejo de compartilhar o trabalho e a vida com um grupo específico que se respeita e se queira compreender, conclui o autor. Foi nesse sentido que me aproximei do Movimento dos Atingidos por Barragens. Respeito seus integrantes pela história de vida e de lutas e quero compreender como os processos culturais que se passam na região de Barra Grande interferem no consumo da mídia e, principalmente, no consumo do rádio e da TV.

Neste sentido, vale esclarecer a escolha do rádio e da televisão para a análise da recepção. Pelo rádio passa a representação do consórcio BAESA, da usina, do MAB e dos próprios militantes, portanto é o veículo propício para apreender que leituras fazem do conteúdo veiculado pelas emissoras. Isso, principalmente, porque é pelo rádio que os atores hegemônicos se legitimam na região, ou seja, é com veículos locais - e não com veículos de abrangência regional ou estadual, como a RBSTV, Zero Hora ou Diário Catarinense - que as empresas construtoras da barragem mantêm contato, financiam e divulgam propagandas.

Aliás, pelo meu conhecimento prévio, a intervenção de empresas construtoras de barragens na mídia pelo Brasil afora quase sempre é uma intervenção local e, neste caso, não foge à regra. Um exemplo é a recepção de programas veiculados por duas rádios de Lages/SC, a rádio Clube e a rádio Transamérica Hits, que transmitem duas vezes por semana os comunicados do consórcio BAESA. Além disso, o interesse pelo rádio se explica, pois há uma afinidade maior entre esta mídia e a cultura oral, própria dos camponeses.

Por sua vez, a televisão tem um papel importante no cotidiano familiar, e os entrevistados manifestam grande interesse em comentar os programas assistidos, mesmo que lideranças do MAB censurem o prazer obtido com a TV, o que é mais um elemento importante para a análise televisiva. Além disso, é pela TV que a representação da pobreza e da riqueza, do camponês e do urbano, do atrasado e do moderno vem à tona. Em suma, é pela TV que se estabelece o conflito de classe entre a representação veiculada e a recepção. Para analisar o assunto, trabalho com a recepção de telenovelas e telejornais, sem a intenção de dar destaque para algum deles, além da recepção do *reality show Big Brother Brasil*, da Rede Globo, programa propício para colocar em cheque alguns valores e posições de classe.

Ainda no que tange ao âmbito da metodologia, apesar de serem nove municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica Barra Grande, para a delimitação da amostra da população, entrevisto apenas jovens do município de Anita Garibaldi¹³. Este município está localizado no planalto catarinense, na divisa com o Rio Grande do Sul e sua escolha é proposital, pois é nele que se encontra a secretaria regional do MAB que articula a população local, também é o espaço de referência para as pessoas que vêm das comunidades do interior para a cidade, com parada obrigatória neste local, a procura de informações ou apenas para encontrarem-se. Para os jovens, a secretaria é o espaço de acesso gratuito à internet, acesso aos jornais assinados pelo MAB e, também, espaço de encontro.

Em busca dos entrevistados e dos demais elementos necessários para comprovar, ou não, a minha hipótese, realizei quatro viagens de campo a Anita Garibaldi, numa longa viagem de ônibus de Santa Maria até lá, com mais de doze horas em qualquer um dos seis trajetos que fiz entre idas e vindas. A primeira delas foi em junho de 2006 e teve o objetivo de sondar a região de pesquisa e conhecer algumas pessoas, pois, mesmo tendo trabalhado no MAB, não conhecia os moradores e nem mesmo o município. O ponto de referência que eu tinha era a secretaria do movimento localizada na cidade. Alguns dias antes da viagem, mantive contato por telefone com Ivan, um dos entrevistados, marcando a data da minha chegada, por ali iniciariam os meus contatos.

Depois de explicar brevemente minha trajetória dentro do MAB e meus interesses com a pesquisa percebi que, aos poucos, eu ganharia confiança para desenvolver o trabalho. A primeira constatação foi que os jovens moravam em reassentamentos distantes um dos outros e em até 30 km distantes da cidade, portanto, uma das dificuldades seria o deslocamento entre tais localidades, a fim de fazer as entrevistas e as observações. Na secretaria do MAB não

¹³ Pelos dados do IBGE (Censo Demográfico 2000), Anita Garibaldi possui 10.273 habitantes, sendo que destes, 6.085 moram na zona rural. A cidade fica a 254 Km de distância da capital do estado, Florianópolis.

havia disponibilidade de automóvel, então o deslocamento seria de ônibus. Nesta primeira viagem fiz entrevistas preliminares com duas jovens que conheci, na casa de uma delas permaneci por dois dias. O roteiro da entrevista ainda não estava pronto e as conversas foram, primeiramente, para que eu conhecesse alguns aspectos interessantes a serem abordados.

A segunda constatação importante dessa viagem foi que as famílias não recebiam o sinal da RBS¹⁴, pois, na maioria das casas havia antena parabólica. Isso me fez abandonar o projeto original que previa o estudo da recepção dos telejornais da emissora.

A segunda viagem de campo foi em outubro de 2006. Esta viagem já foi mais estruturada, cheguei com o roteiro de perguntas pré-estabelecido e consegui fazer três entrevistas, nessa oportunidade permaneci na casa de duas jovens, desloquei-me de ônibus e de carona com integrantes do MAB que me levaram de carro até a casa de Cheila. Aqui cabe o destaque que eu não conhecia a moça e muito menos sua família, fui apresentada na noite em que cheguei e permaneci com eles durante um dia e meio. O primeiro contato não é natural e, na situação, a estranha era eu, portanto deveria partir de mim a iniciativa para criar um ambiente menos tenso. Penso que uma das características essenciais, senão vitais para o trabalho do etnógrafo, é ser comunicativo e colocar-se numa posição de proximidade em relação às famílias visitadas. Dessa forma, em pouco tempo já estávamos familiarizados e o ambiente era agradável.

Em fevereiro de 2007 realizei minha terceira viagem, a mais proveitosa em termos de acúmulo de dados. Nesse período mapeei quais seriam os jovens do meu corpus e entrevistei três deles, sendo que convivi com duas famílias. Em tal viagem também entrevistei os diretores da Rádio de Anita Garibaldi que me forneceram informações importantes sobre suas posturas frente ao Movimento dos Atingidos por Barragens. Além dos diretores da rádio, entrevistei Graciano Martelo, historiador do município, e uma funcionária do jornal local, *Correio dos Lagos*. Neste período de investigação também foram recolhidos materiais secundários: boletins formativos e informativos produzidos pelo MAB, boletins informativos produzidos pelo consórcio BAESA, materiais produzidos pela Universidade de Caxias do Sul em parceria com a BAESA, o DVD *Barra Grande – Fronteiras* e o livro *Fronteiras sem divisas: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande*, além de fotocópias de edições passadas do jornal *Correio dos Lagos*. Na mesma viagem também pude conversar com

¹⁴ O Grupo RBS é uma empresa de comunicação que opera no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. É a mais antiga afiliada da Rede Globo.

pessoas idosas que relataram fatos históricos como a lembrança de revoluções e sobre a fé em São João Maria¹⁵.

Sobre os materiais secundários vale um melhor detalhamento. Os boletins do MAB são produzidos pela direção política do movimento, com assessoria de comunicação e diagramação, não têm uma periodicidade fixa, sendo publicados apenas em períodos de mobilização. São distribuídos gratuitamente ao seu público interno, possuem quatro páginas e têm um caráter esclarecedor dos fatos, além de denunciar as ações do consórcio BAESA que o movimento julga pertinentes. Para o MAB, os boletins funcionam como um contra-ponto ao que é veiculado pelas rádios e jornais locais, já que não possui acesso a estes meios de comunicação.

Já os boletins do consórcio BAESA possuem quatro páginas, são produzidos pela sua equipe de comunicação sob responsabilidade de um jornalista, sendo publicados mensalmente com distribuição gratuita. Fazem publicidade das ações do consórcio e o público alvo é a comunidade em geral. O DVD *Barra Grande – Fronteiras* e o livro *Fronteiras sem Divisa: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande* tem como público prioritário escolas, universidades, prefeituras, câmaras de vereadores. O DVD de 39 minutos possui a coordenação geral de Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro e José Clemente Pozenato, também autores do livro, de 375 páginas. A finalidade destes dois materiais é a divulgação do patrimônio histórico da região de abrangência da UHE Barra Grande, numa iniciativa do consórcio BAESA com a Universidade de Caxias do Sul (UCS).

O jornal *Correio dos Lagos* é quinzenal, possui uma tiragem de 1500 exemplares, distribuída gratuitamente nos municípios catarinenses de Anita Garibaldi, Celso Ramos, Abdon Batista, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Vargem e Lages e nos municípios gaúchos de Pinhal da Serra e Esmeralda, todos da região de abrangência da UHE Barra Grande. É um jornal de variedades, com informes do consórcio BAESA, das prefeituras e paróquias dos municípios de abrangência e atende a comunidade em geral.

Por fim, a quarta e última viagem de campo foi em setembro de 2007, realizada depois do exame de qualificação, o que exigiu contato com os jovens já entrevistados a fim de fazer novas questões referentes a temas sugeridos pela banca. Nessa viagem, a mais longa e completa, permaneci em Anita Garibaldi por dezesseis dias, entrevistei oito jovens e retomei a entrevista com seis jovens já entrevistados. Permaneci na casa de oito deles e tive grande ajuda dos técnicos agropecuários do MAB que me levavam de um reassentamento a outro,

¹⁵ São João Maria foi um monge, líder da Guerra do Contestado, que percorreu a região de Anita Garibaldi. O item 2.2.1 é destinado à retomada histórica da Guerra do Contestado e ao monge.

mediante o cronograma de dias e horários previamente estabelecido. No total, somando as quatro viagens, permaneci em Anita Garibaldi durante 28 dias.

CAPÍTULO 2

MARCAS CULTURAIS DA REGIÃO E SEU POVO

No que concerne às marcas culturais da região de abrangência do lago da UHE Barra Grande e seu povo, deve-se considerá-las pertencentes uma área maior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois não são peculiares unicamente ao local de estudo, mas influenciaram diretamente a região. Refiro-me aos aspectos étnicos e históricos, como a Guerra do Contestado e o tropeirismo, abordados nos itens a seguir.

Para aplicação do conceito, defino cultura como a produção de fenômenos que contribuem para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, conforme propõe García Canclini (1983). Neste sentido, aponto alguns elementos importantes que compõem a cultura do povo e, conseqüentemente, dos jovens desta pesquisa e que sinalizam para a recepção televisiva e radiofônica.

Quero ainda neste capítulo compreender, a partir da cultura, quais são os lastros que instigam o enfrentamento bastante duro do MAB ao consórcio BAESA, e o faço a partir de Ianni, para o qual

muitas vezes, é na cultura camponesa que se encontra alguns elementos fundamentais da sua capacidade de luta. A língua ou dialeto, religião, valores culturais, histórias, produções musicais, literárias e outras entram na composição das suas condições de vida e de trabalho. Expressam a sua visão de mundo. Na luta pela terra pode haver conotações culturais importantes, sem as quais seria impossível compreender a força das suas reivindicações econômicas e políticas. (1985 apud CARVALHO, 2005, p. 165)

Portanto, compreender a comunidade camponesa e seu universo é o primeiro passo para compreendermos sua transformação por parte dos jovens em questão.

2.1 Aspectos étnicos

A cultura regional é fortemente marcada pelos traços étnicos do povo que habita determinado espaço. Na região da pesquisa, a população é basicamente formada por descendentes de imigrantes alemães e italianos e por caboclos. Mas até o final do século 19,

quando chegaram os descendentes de imigrantes oriundos das “terras velhas” da serra gaúcha (ZONIN, 1994), a região era pouco habitada e marcada por grandes latifúndios com criação extensiva de gado. Os latifundiários da região constituíam “o grupo dominante, proprietários de grandes áreas de campo destinadas à pecuária, sendo em geral, descendentes dos tropeiros paulistas de ascendência luso-brasileira, que chegaram ao planalto nos primórdios da ocupação” (ARDENGHI, 2003, p. 23). Hoje as áreas de fazendas não são mais tão grandes e os fazendeiros são poucos. Em Anita Garibaldi, alguns reassentamentos, onde hoje vivem os atingidos por barragens, foram construídos em terras compradas de fazendeiros.

Os caboclos residentes na região compunham um elemento étnico de grande relevância e, mesmo não possuindo nenhum status de comando socioeconômico, eram maioria na população da época. Diferenciavam-se dos descendentes de imigrantes pelos traços étnicos que marcam o modo de falar, vestir e se alimentar, entre outros, além do fato dos colonos imigrantes terem ocupado a região numa fase posterior, como participantes do processo de colonização em terras oficiais ou particulares. Quanto à miscigenação de etnias que resulta no caboclo, Ribeiro (1995, p. 316) diz que este é o resultado da “mestiçagem de brancos com índias”. No entanto, para Ardenghi (2003, p. 22), além dos aspectos étnicos, os aspectos socioeconômicos e culturais também compõem a designação de caboclo: “são moradores das áreas rurais, que se dedicavam às atividades extrativistas, e/ou relacionadas a culturas de subsistência em roçados de pequeno porte. Trata-se de pequenos proprietários, agregados ou arrendatários [...] apresentando um modo de vida típico do meio rural”.

A chegada dos descendentes de imigrantes alemães e italianos nas novas áreas de terra, encontradas principalmente no Alto Uruguai gaúcho e catarinense, “traria novas contribuições para a construção da cultura da região, eles vão se fixar, quase todos, nas zonas ribeirinhas dos rios Pelotas e Canoas, e em especial no Rincão dos Baguais, de onde se emanciparam mais tarde os municípios de Anita Garibaldi e de Celso Ramos” (POZENATO e RIBEIRO, 2005, p. 52). Portanto, são as marcas culturais de no mínimo três gerações estabelecidas no vale do rio Pelotas¹⁶ que ficaram submersas pela água da barragem da UHE Barra Grande.

Com relação aos traços étnicos que conformam os moradores da região, percebo que os jovens entrevistados têm vergonha de se identificarem como caboclos e mascaram isso dizendo que na região predomina uma “mistura”. Apenas dois se dizem caboclos, os demais, mesmo sendo caboclos, não se assumem como tal e se autodesignam “misturados”. Janice se

¹⁶ A barragem de Barra Grande está construída no rio Pelotas, afluente do rio Uruguai.

identificou como “parda”, pois tem avós descendentes de italianos e índios: “a minha avó foi pegada no laço, era bugre”, afirma.

Essa vergonha tem origem no passado destes jovens, no jogo de força entre os coronéis e os caboclos, como menciona Ardenghi (2003). Segundo a autora, os coronéis-latifundiários, ou “estabelecidos”, detinham o papel de comando socioeconômico e político sobre os caboclos, os “outsiders”, numa referência que faz a Norbert Elias. Os estabelecidos pertencem ao “grupo que se auto percebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (ELIAS, 2000, p. 7-8 apud ARDENGHI, 2003, p. 24). Segundo uma das entrevistadas, existe um sentimento de inferioridade dos caboclos para com os brancos:

“A maioria das terras eram de fazendas e os fazendeiros eram brancos, então os caboclos foram obrigados a trabalhar de arrendatários. Agora que as pessoas de cor estão conseguindo seu pedaço de terra pra trabalhar, eles já tinham esse sentimento de inferioridade dentro deles.” (Carla, 18 anos)

A negação da identidade cabocla pelos jovens e a tentativa de mascarar-se com outra denominação, pode significar uma tentativa de não se associar aos “outsiders”, tidos por Ardenghi (2003) como fora da “boa sociedade”, marcados com atributos de violência e atraso e associados à ignorância e às crendices, características classistas, reforçadas pela representação televisiva, conforme depoimento dos jovens:

“Tem um homem mais moreno na Rede Globo que nunca faz papel de rico, sempre faz papel de pobre, mas eu não lembro nome dele, toda a vida ele faz o papel de cocheiro, auxiliar de cozinha, trabalhador de engenho, mas nunca papel de rico.” (Cheila, 17 anos)

“Nas novelas sempre tem o patrão e a empregada, que a empregada, pela etnia sempre é morena, nunca é de uma etnia branca. O negro nunca é o patrão, sempre é o empregado ou chofer que servem o patrão.” (Fabiano, 18 anos)

“No noticiário os pobres são sempre ligados ao roubo e ao crime, ainda mais se for negro.” (Sandro, 22 anos)

“Na TV não tem negros com papel importante.” (Andréia, 20 anos)

Para reforçar este ponto de vista, dez dos quatorze jovens entrevistados disseram que não sabiam sua origem, ou então “achavam que eram” de certa origem étnica, normalmente se autodefiniam como sendo oriundos de uma “mistura de raças”, conforme menciona uma das entrevistadas:

“Minha mãe tem traços indígenas bem marcantes e italiano. E meu pai tinha negro e alemão, então deu uma mistura ali, né.” (Carla, 18 anos)

Destes dez jovens que não sabiam ou não tinham certeza sobre a origem étnica dos antepassados, quatro deles disseram que somente os pais é que conhecem a trajetória étnica desde os avós e que eles não costumam contar aos filhos e netos:

“Engraçado, por que eles não gostam de falar sobre o passado, e olha que eu fico ali tentando. A mãe do meu avô, dizem que era índia, que foi pegada a cachorro.” (Janice, 19 anos)

“Olha, eu não sei..., eu nunca conversei com a vó sobre isso.” (Liana, 19 anos)

“Isso o pai que sabe melhor.” (Elisa, 20 anos)

Se a maioria dos jovens entrevistados é de origem cabocla, podemos dizer que a maioria das pessoas que fazem parte do MAB também seja. Dos entrevistados, somente Elisa, descendente de imigrantes italianos, diz que a maioria dos integrantes do MAB é de origem européia, todos os demais concordam que a maior parte é formada por caboclos. Daqui se nota, portanto, que quando se referem aos demais integrantes do MAB, os consideram de origem cabocla, mas quando se referem à sua particularidade étnica ou de sua família, apresentam-se como “misturados”, “pardos”, “morenos” ou “mais escuros”. Não se assumem como caboclos, não por desconhecer o significado da miscigenação, mas pela vergonha de se assumirem como tal, um sentimento de inferioridade marcado historicamente nas famílias locais, frente à hegemonia de uma classe composta por brancos, e reforçado pela representação televisiva.

Se a maioria da população da região é de origem cabocla, poder-se-ia esperar que, no colégio, no ensino formal do Ensino Médio, os professores abordassem este tema com naturalidade. No entanto, ou os professores não abordam o tema da formação étnica, situação citada quatro vezes, ou manifestam preconceito para com os alunos de origem cabocla, situação citada cinco vezes:

“Nem era abordado esse tema.” (Mariana, 17 anos)

“Nós no 2º Grau, nenhum professor entrou nesta questão.” (Liana, 19 anos)

“Tem alguns professores que são muito racistas, por mais que a pessoa seja inteligente, fazem de tudo pra ralar, mais por uma questão de cor, porque quando eu estudava em Abdon¹⁷, por eu ser de uma família de classe baixa, os professores nos discriminavam, por uma questão de cor, e classe social.” (Carla, 18 anos)

¹⁷ Abdon Batista é um município de Santa Catarina.

“Caboclo hoje em dia é aquela pessoa que não sabe nada, os jecas, os burros. É isso que nos colocam no colégio.” (Fabiano, 18 anos)

“Tem uns que têm ainda aquele preconceito, os morenos e os negros ficam lá no cantinho, às vezes não dão nem direito de voz pra aqueles que são mais morenos, na escola normal, nessa tradicional é assim. Eu sentia isso, muitas vezes excluída, né.” (Cheila, 17 anos)

Mesmo com a miscigenação que ocorreu na região, pelos depoimentos, concluí que existe distinção e preconceitos dos brancos para com os caboclos. Além da escola, esse preconceito se manifesta no mercado de trabalho, onde brancos e caboclos não têm as mesmas oportunidades. Onze jovens disseram que, para os brancos, as oportunidades são melhores e maiores:

“Se você vai ver um exemplo, quem é dono de loja, de mercado, de comércio? Só os brancos, os negros não são donos.” (Ivan, 17 anos)

“Pra te contratar, antes vai te arrearar de cima a baixo, importa mais o físico do que tua capacidade.” (Cheila, 17 anos)

“Os brancos têm mais oportunidades, eles têm faculdade, os negros são rejeitados.” (Carla, 18 anos)

“Geralmente os brancos já nascem melhor, e o mundo já cria mais oportunidades para eles.” (Sandro, 22 anos)

“Você não vê dentro do Banco do Brasil uma pessoa negra trabalhando.” (Rodrigo, 20 anos)

Portanto, a etnia se revela como um fator relevante na cultura dos entrevistados. Para eles, a escola e o trabalho são difusores do preconceito entre brancos e caboclos e, no caso do trabalho, há mais oportunidades para os brancos. Mesmo pela inferioridade étnica que manifestam, fruto do que historicamente foi difundido na região, adotam um olhar atento ao conteúdo televisivo que aborda a questão da negritude.



Figura 2 – Avó de um dos jovens da pesquisa, com características típicas de caboclos.

2.2 Aspectos históricos

Na região de estudo, a Guerra do Contestado e o tropeirismo tiveram uma importância expressiva que se revela, respectivamente, na religiosidade popular pela crença no Monge João Maria que orientou a população cabocla durante a guerra, e pelo povoamento das primeiras vilas por onde passaram as tropas de mulas que iam e vinham de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Pelo estudo de campo, percebi que esses dois fatos históricos são significativos para que o povo dessa região tenha as atuais iniciativas políticas de contestação à barragem.

2.2.1 A Guerra do Contestado

O Contestado era uma grande área de terra, formada pelo sudoeste do Paraná, parte do norte e todo o oeste de Santa Catarina. O nome originou-se pelo fato de as terras terem sido disputadas entre os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Além disso, Brasil e Argentina também disputaram parte delas. Segundo Ribeiro (1995, p. 431), com a disputa dos estados pela terra, “esta ficou juridicamente em suspenso, ensejando movimentos populares de ocupação das terras de ninguém pela população matuta¹⁸ e de alargamento de suas posses,

¹⁸ Em outras palavras, a população matuta de que fala Ribeiro são os caboclos que povoaram aquelas terras.

pelos afazendamentos”. O Estado teria reagido violentamente a esta ocupação e teria lançado a população pobre na ilegalidade pela intervenção armada do governo federal. Isso seria o início do ponto mais alto da história do Contestado, a luta que recebeu o nome de Guerra do Contestado. O conflito se iniciou em 1912 e terminou só quatro anos depois, em 1916, e “abrangeu vinte mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914 [...] e deixou um saldo de pelo menos três mil mortos” (MARTINS, 1980 apud MOURA, 1988, p. 51).

Esta reação violenta, no dizer de Ribeiro (1995, p. 435), teve o objetivo de reprimir o caráter subversivo do movimento, que punha em questão a legitimidade da forma constitucional de apropriação da terra, e de restaurar a ordem fundiária das fazendas, “compelindo os matutos a aceitar o lugar e o papel que lhes são prescritos dentro dela”.

Pichetti (2004) diz que, entre outras, uma das causas da Guerra do Contestado foi a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. A empresa construtora foi a estadunidense Brazil Railway Company, que obteve a concessão de 15 quilômetros de terra de cada lado da estrada. Como a empresa tinha intenções de transformar a área em produtora de grãos, expulsou violentamente os posseiros que ocupavam aquelas terras:

Se os moradores estabelecidos nesse território se recusavam a sair, a companhia enviava seu ‘corpo de seguranças’ para expulsá-los. Essa força paramilitar era composta de duzentos homens que agiam sem a menor complacência contra o caboclo, incendiando-lhes as casas e roças e, às vezes até massacrando suas famílias. (BORELLI, 1979, p. 4 apud AURAS, 1984, p. 40)

Portanto, “a transformação da terra em bem de produção, acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse” (AURAS, 1984, p. 41), relegando posseiros à condição de sem-terras. Os mandados de despejos para desocupação da área de terras são muito parecidos com os mandados de despejos que as pessoas sofreram para desocupação da área a ser alagada com a construção da barragem, conforme relata uma das entrevistadas:

“Eles deram ordem de despejo pra nós caso nós não viesse rápido pra cá. Eles iam tirar nós a força de dentro de casa, com a polícia, depois derrubam a casa. Ainda bem que não fizeram isso com nós, mas eu conheci uma mulher que foi despejada três vezes. Tiravam ela de um lugar, ela ia pra outro, depois pra outro e assim foi. Mas aí nós saímos de lá e nos mandaram pra uma casinha, lá em Celso Ramos, fizemos essa casa bem rápido, e antes de repartir as peças já mudamos pra dentro. Lá onde nós morava era uma casa bem grande, tinha galpão e tudo mais e na

casinha nova nem cabia todas as coisas. Tivemos que deixar as coisas no tempo¹⁹ porque não tinha onde guardar.” (Carla, 18 anos)

A necessidade da construção dessa estrada de ferro era em função da expansão da área cafeeicultora brasileira que imprimia a necessidade de interligar seus núcleos urbanos com a região sul, para que esta os abastecesse com produtos agropastoris. A estrada teria 1400 km de extensão e “ligaria a Vila de São Pedro do Itararé (atual cidade de Itararé), na província de São Paulo, à vila de Santa Maria da Boca do Monte (atual localidade de Boca do Monte, cerca de 30 km de Santa Maria, RS)” (AURAS, 1984, p. 35). Para sua construção, a empresa contratou oito mil trabalhadores do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife que, em 1910, depois de concluído o trabalho, não foram reconduzidos aos seus lugares de origem e permaneceram nas localidades que beiravam a estrada de ferro, em Santa Catarina, tencionando o clima de revolta social que, juntamente a outros fatores, em breve eclodiria na Guerra do Contestado.

De um lado, lutaram pessoas de várias etnias, com predominância de caboclos, mas também descendentes de imigrantes europeus e os trabalhadores da ferrovia, pois abandonados, viram na luta armada uma forma de vida. Do outro lado eram as tropas federais, as polícias militares do Paraná e Santa Catarina e as milícias da construtora da ferrovia, que, segundo Pichetti (2004), pela primeira vez usaram a aviação com fins bélicos na América do Sul. Os rebeldes “eram, em sua maioria, gente pobre, iletrada, em grande parte agregados, peões e posseiros, com frequência expulsos pelos poderosos locais, das terras que amanhavam” (PICHETTI, 2004, p. 71). Conforme o autor, a Guerra do Contestado foi, sobretudo, uma guerra pela posse da terra e, em sua origem, teve um cunho nacionalista já que os rebeldes se opunham à concessão de terras feita à companhia americana construtora da estrada de ferro e, quando não eram os fazendeiros que os expulsavam da terra, eram os estadunidenses.

Quase um século depois, nestas mesmas terras catarinenses, a história se repete. Agora são também os caboclos e descendentes de imigrantes os expulsos de suas terras por um empreendimento de infra-estrutura com capital nacional e estrangeiro. A seguinte citação pode ser comparada às respostas que hoje recebo dos entrevistados:

Nós tratava de nossas devoções e nem matava nem roubava, mas veio o governo da República e tocou os filhos brasileiro dos terrenos que pertencia à Nação e vendeu

¹⁹ “Deixar as coisas no tempo” é uma expressão usada para designar a falta de local apropriado para armazenar os objetos.

tudo para os estrangeiros. Nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer nossos direitos. (DERENGOSKI 1986, p. 66 apud PICHETTI, 2004, p. 71-72)

Mesmo que a guerra não tenha ocorrido na região próxima à Anita Garibaldi, teve bastante influência junto à população local, primeiramente por São João Maria ter percorrido a região e deixado marcas ainda hoje preservadas, e segundo, porque parte da alimentação consumida na guerra pelos caboclos e demais lutadores partiu dali.

A presença de monges na região do Contestado marca a história da guerra. No entanto, diz Pichetti (2004), a religião não foi a causa principal, foi apenas um pano de fundo invocado esporadicamente para melhor aglutinar os guerrilheiros. Mas o caráter messiânico, baseado na trajetória de três monges (João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria) que praticavam formas de religiosidade popular e pregavam a igualdade e a justiça, ainda está presente no imaginário do povo da região. Na época, a veneração aos monges aconteceu, no dizer de Auras (1984, p. 47), “pela incapacidade de perceber os mecanismos econômicos, políticos, sociais, que, em seu processo de dominação conferiam sentido de estrangulamento de sua existência”. Segundo ela, é a práxis religiosa que possibilita ao rebelde dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor. Então, além de identificar-se com o monge São João Maria, o mais venerado de todos, e buscar sua palavra e orientação, com a religiosidade, o caboclo sofreu conseqüências práticas e efetivas, dando unidade à sua ação coletiva. Os messias, aponta Moura (1988, p. 23), “são críticos dos ricos e dos governantes que expropriavam os lavradores de suas terras, casas e animais entregando-os aos ímpetos da expansão capitalista”. Para ela, os movimentos de Canudos e Contestado não fogem a essa regra e falam da utopia de um paraíso para os espoliados.

Como mencionei, os aspectos políticos da Guerra do Contestado não estão tão presentes entre os relatos dos entrevistados, o que mais recordam são aspectos ligados à religiosidade popular. Conforme Moura,

se o peso específico da religião é maior na cultura simbólica camponesa, é porque fornece uma explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar, bem como a incompetência dos poderes seculares para atender às necessidades inerentes a seu modo de vida. (1988, p. 22)

Segundo o pai de uma entrevistada, São João Maria permaneceu na região por um longo tempo. “Meu avô contava que ele ficou entre Lages, Campos Novos e passando por Anita durante seis anos”, relata seu Elias. Para ele, poucos ainda preservam a história e a

cultura do monge, entre os que preservam estão os “afilhados”, responsáveis por manter o local do pouso do “padrinho”. No “pousinho de São João Maria”, como são denominados esses locais, o monge deixava um sinal, quase sempre uma fonte, cuja água passava a ter qualidades curativas, e o local tornava-se santo e posto de muitas peregrinações.

Dona Carmelinda, mãe de uma das entrevistadas, contou a história de São João Maria que originou uma oração²⁰ a ser usada em situações de risco:

“Então essa aí deveria ser uma oração pra afogamento, a gente reza, diz essas palavras, que é bom. Diz que no tempo de São João Maria era assim. Ele era um profeta, né, um homem milagroso. No pousinho de São João Maria as pessoas se benzem.” (Dona Carmelinda, em entrevista no dia 28 de fevereiro de 2007, em Anita Garibaldi)

Em outra oportunidade, mais uma vez ouvi sobre a fé no monge:

“Aqui perto do fazendeiro, tem um poço onde São João Maria parava quando ele passava por aqui. São João Maria é famoso aqui na região. Lá onde eu morava, em Arroio do Soita, também tem o poço que São João Maria benzeu. Tem várias histórias sobre o São João Maria.” (Adão Lessa, em entrevista no dia 2 de março de 2007, em Anita Garibaldi)

O historiador da cidade, Graciano Martelo²¹, também depõe sobre São João Maria:

“Nós temos provas de que o profeta São João Maria teria passado por aqui também. Ele teria vindo de Irani, Campos Novos e passou por Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo, Lages. Nós temos inclusive um lugar aqui onde chamam de gruta do profeta São João Maria, onde as pessoas vão se benzer, então o povo aqui tem uma tradição muito grande, onde esse o profeta teria acampado à beira dessa água, à beira dessa fonte. Então o povo guardou como memória e tem uma veneração muito grande com relação a passagem dele por aqui.” (Graciano Martelo, em entrevista no dia 1º de março de 2007, em Anita Garibaldi)

Aspectos ligados à lembrança de fatos históricos são importantes para compreendermos o sentido da cultura para os moradores da região de Anita Garibaldi. Mesmo que só a metade dos entrevistados tenha relatado algum fato referente à Guerra, todos eles já ouviram falar sobre o conflito. Os responsáveis por repassar as informações são a escola, com menor relevância, a família e o MAB. A família é a responsável por transmitir o conhecimento a respeito do monge e suas curas, assim como os valores que ele pregava:

²⁰ Segundo Dona Carmelinda esta é a oração a ser feita em situações de risco: “Homem bom e mulher mau, cama de esteira, travesseiro de pau, feijão sem sal. Osso de peixe saia da goela”.

²¹ Juntamente com Augusto Waldrigues, Graciano Martelo é co-autor do livro: História de Anita Garibaldi. Antiga Colônia de Hercílio Luz, editado em Porto Alegre, pela editora EST, em 1996.

“Algumas coisas, ainda tem um povo que mora nesta região aí. Pessoas que ainda rezam pelo monge, ainda tem aquela cultura do monge. Algumas pessoas da região falam sobre a cultura do monge, tem aquela esperança.” (Maria, 21 anos)

“São João Maria foi alguém que renunciou a tudo o que era da burguesia ele dizia não a todo acúmulo de riquezas e tinha uma visão ampla do futuro e falou de coisas que aconteceram e por isso o pessoal conhece e acredita até hoje. Isso eu sei por causa da minha avó, da minha família.” (Rodrigo, 20 anos)

“Tem os antepassados da gente que passaram por essa história e conhecem. Se você perguntar pro meu avô: "o que foi a guerra do contestado?". Ele não vai saber te responder, mas se for explicando ele vai se lembrar, principalmente da questão do João Maria que passou por aqui.” (Bia, 16 anos)

Já o MAB resgata a história da Guerra do Contestado para associar à luta que trava em função da usina Barra Grande e apontar semelhanças:

“A Guerra do Contestado foi em função da construção de uma linha de trem que ligava Bagé a São Paulo. Na verdade eu li que foi a primeira luta anti-imperialista, por que era uma multinacional que iria construir a linha de trem no meio das terras dos caboclos.” (Sandro, 22 anos)

“A guerra do contestado? Aquela da ferrovia? Era uma empresa que ia construir uma estrada de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Foi culpa do governo porque ele deu a liberdade para as empresas cortarem a mata e não indenizarem os caboclos. Então os caboclos se organizaram e foram contra as duas empresas.” (Liana, 19 anos)

Com exceção de Elisa, a menos envolvida com o MAB, a associação que os demais fazem entre a luta dos caboclos do Contestado e a luta dos integrantes do MAB é a de que, nos dois casos, existiu campos em confronto, os pobres contra os ricos e a resistência dos pobres. Rodrigo afirma que “esse povo sempre teve um espírito guerreiro, de luta”. Já Andréia fala que, apesar de ter acontecido em outra época, a luta do MAB é uma seqüência da luta no Contestado. “Eu acho que nós somos herdeiros dos ideais da Guerra do Contestado”, diz Sandro.

Portanto, para a maioria deles, a Guerra do Contestado é referência de luta e a semelhança entre os dois casos é a disputa pelas terras:

"As guerra sempre foram entre os mais fortes e os mais fracos. No MAB também, são os pequenos agricultores contra os grandes construtores de barragens, entende. Essa relação tem, é a luta pela terra, pela conquista da terra, entre aspas, porque a terra já era das pessoas e elas querem reconquistar, né.” (Carla, 18 anos)

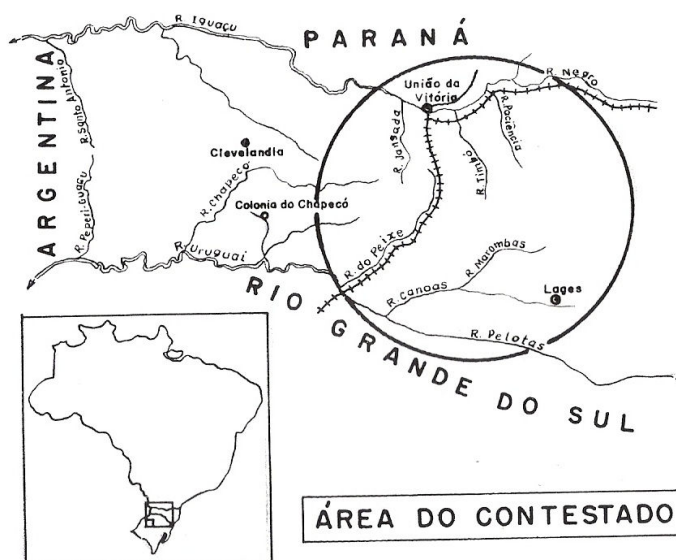
“As terras do povo foram invadidas durante a Guerra do Contestado e aqui não é diferente, porque aqui as águas invadiram as terras e eles se apossaram dessas terras, aí se perdeu muito da nossa cultura, mesma coisa que eles que perderam muito da cultura. Dizem que eles viviam entre comunidades, aqui também nós vivia entre comunidades e era uma geração de pais, avós que tinham aquele terreno a

muito tempo e era de família aquele terreno, aquela casa. Com a água foi cada um pra cada lado.” (Martinha, 16 anos)

“É quase o mesmo objetivo: eles era por causa da estrada de ferro, nós é pra não ter barragem. Eu pelo menos, não gosto de barragem, tivemos que sair de lá que eu considerava melhor, não precisava colocar adubo, nada. Eles tinham quase o mesmo objetivo que nós, garantir a terra, conquistar aquele pedacinho, não deixar ninguém invadir, não deixar ninguém tomar. O MAB também, queremos ter o nosso pedaço de terra, de nós mesmo.” (Cheila, 17 anos)

Pelo levantamento bibliográfico que fiz, tive dificuldades em aproximar a história da região de Anita Garibaldi e a guerra, mas, pela tradição oral, típica de comunidades rurais, foi possível reconstituir traços dessa ligação. Quando perguntei a seu Elias sobre a Guerra do Contestado e a luta do MAB, ele argumentou dizendo que a prova para compreender a proximidade entre os dois confrontos é a análise da quantidade de conquistas que os atingidos pela Usina Hidrelétrica Barra Grande obtiveram. Segundo ele, isso se deve à indignação do povo, herança dos antepassados que se envolveram com as pregações de São João Maria. A outra prova dessa proximidade está no fato de que parte do alimento consumido pelos guerreiros do Contestado, nos quatro anos de luta, partiram da região de Anita Garibaldi e arredores no lombo de mulas. Para seu Elias, as pessoas que levavam as cargas eram os portavozes da guerra, trazendo para a região os ideais dos lutadores.

Pelos depoimentos concluo que, mesmo não tendo muita segurança em falar dos motivos da Guerra do Contestado e quem esteve envolvido, os jovens associam a luta do MAB à disputa de terras naquela época. Os principais responsáveis pela transmissão desse conhecimento é a família, por uma questão de religiosidade popular, transmitida de pais para filhos, e o MAB, ao destacar a questão de classe em vigor na época da guerra e sua semelhança com a atual luta na região.



Mapa 1 – Localização da área do Contestado (Vide créditos na lista de ilustrações).

2.2.2 Povoamento no caminho das tropas

O segundo elemento histórico de interesse se refere aos tropeiros que povoaram as terras da região de abrangência da UHE Barra Grande. Considerando a região de análise pertencente a uma área maior no estado de Santa Catarina,

o comércio de gado entre São Paulo e Rio Grande do Sul (século XVIII), ao passar pelo interior do Estado de Santa Catarina, fez surgir nos locais de pouso, os primeiros moradores permanentes, especialmente nos campos de Lages²², criadores da infra-estrutura necessária à longa caminhada dos rebanhos e seus condutores. (AURAS, 1984, p. 25)

Assim sendo, os fundadores do município de Anita Garibaldi são descendentes de tropeiros, conforme relata o historiador anitense:

“Existia também uma rota de Lages, Campo Belo, Cerro Negro, Anita Garibaldi em direção a Campos Novos²³, depois sim em direção a Paraná, Palmas até São Paulo. Inclusive existia um passo no rio Pelotas de tropeiros que vinham de Vacaria,

²² Compreende-se que Anita Garibaldi pertença aos chamados campos de Lages, pois este era o único município daquela imensa região, que com o passar dos anos foi desmembrando comunidades com a emancipação de novos municípios, entre eles Anita Garibaldi.

²³ Lages, Campo Belo, Cerro Negro são município de Santa Catarina.

Esmeralda, Pinhal da Serra²⁴, cruzava o rio Pelotas e seguia a Campos Novos, Anita, cruzando o rio Canoas indo para São Paulo. Isso foi mais ou menos em 1800 a 1810, que teria sido o movimento da passagem dos tropeiros, inclusive aqui onde está a praça é onde eles faziam a parada, o descanso. Existia aqui uma água corrente, árvores para a sombra. E aqui era o encontro entre os tropeiros, era o encontro inclusive para os primeiros moradores que faziam negócios de animais, de produtos que os tropeiros traziam do litoral.” (Graciano Martelo, em entrevista no dia 1º de março de 2007, em Anita Garibaldi)

O caminho das tropas foi moldado a casco de burro, “não era tecnicamente uma estrada, mas uma rude picada, unindo o extremo-sul a São Paulo e atravessando parte do contestado. Por quase dois séculos, foi a rigor, único elo a unir a região sul a sudeste, pelo interior” (PICHETTI, 2004, p. 76). Os historiadores dizem que a viagem do Rio Grande do Sul até Sorocaba consumia muitos meses, até um ano, sendo comum os tropeiros invernares pelo caminho e permanecerem acampados durante muito tempo, formando assim os primeiros povoados. Seu Martelo conta que ainda é possível encontrar pessoas que estiveram em São Paulo levando muares para os cafezais no final do período dos tropeiros: “Aqui em Campos Novos tinha um homem que comprava os animais, reunia, depois levava para lá. Os tropeiros então foram os que proporcionaram o primeiro encontro e as trocas de idéias”, finaliza.

Cabe mencionar que com a tropa seguia um grupo de pessoas, com diferentes níveis de responsabilidade, desde o dono da tropa, os fazendeiros, até os peões. Os peões, na maioria das vezes, eram filhos da mestiçagem entre índios e espanhóis, “já o rio-grandense, donos das tropas, pelo contrário, era geralmente branco” (TRINDADE, 1992, p. 41 apud POZENATO e RIBEIRO, 2005, p. 254). Portanto, temos também nesta atividade uma divisão social de classe e, provavelmente, os fundadores dos povoados não foram os donos das tropas, mas seus peões, ou seja, pelas características étnicas apontadas por Ardenghi, pela miscigenação entre índios e espanhóis, os peões eram caboclos. Assim, podemos afirmar que foram os caboclos que estabeleceram os primeiros povoados na região.

Pozenato e Ribeiro (2005, p. 253) afirmam que “a história do tropeirismo na região sul, aos poucos, vai adquirindo a visibilidade e a consistência necessárias para dar conta da realidade histórica, social, econômica e política que deu forma à unidade e à diversidade da cultura rural no sul do Brasil”. Além disso, “talvez a estrada do Rio Grande do Sul a São Paulo tenha sido a rota de maior importância no Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo” (TRINDADE, 1992, p. 12 apud POZENATO e RIBEIRO, 2005, p. 253).

²⁴ Vacaria, Esmeralda e Pinhal da Serra são municípios gaúchos.

Somente duas jovens entrevistadas disseram não saber sobre o tropeirismo na região. Todos os demais relataram ao menos um fato que retoma a importância dos tropeiros para a colonização regional. A escola e a família são os responsáveis por retomar esta história, contada através da vivência dos avós de muitos deles, que também foram tropeiros²⁵, e pelas marcas ainda existentes deixadas nos campos pelos cascos das mulas. Seu Elias me levou até um desses locais onde existem sulcos no chão, deixados pelas patas dos animais que afundavam a terra de tanto passarem pelo mesmo lugar. Ele conta com emoção dizendo que tem guardado em sua casa as cangalhas²⁶ usadas pelas mulas e faz questão de preservar isso como história a ser repassada a seus filhos e netos.

Os jovens relatam sobre o povoamento de Anita Garibaldi pelos tropeiros:

“Até mesmo aqui em Anita, que é o lugar onde eles passavam, se acampavam. Olha, aqui em Anita, na cidade, a história diz que os tropeiros chegavam, compravam e vendiam coisas, vinham de outros locais e foi se aglomerando e formou a cidade.” (Ivan, 17 anos)

“Os tropeiros na época, aqui era um lugar que eles passavam, comercializavam produtos e outras coisas. Era o caminho, ali mais embaixo foi onde construíram a primeira mercearia pra vender as coisas e ali também eles posavam. Não tem vestígios, tem pessoas que podem contar mais coisas, sobre onde eles pousavam, era mais ou menos a metade do caminho que eles faziam. Aqui antes era chamado Rincão dos Baguais, porque aqui eram feitas as trocas de animais. É bastante conhecida a história dos tropeiros aqui na região.” (Carla, 18 anos)

“O que não se produzia na região, era obrigado a buscar em outros lugares. Eu sei pelo que os meus avós contam, pelo que o pai e a mãe contam, é uma coisa de geração, né. Por isso tem que continuar essa cultura, porque é um meio de se fortalecer, né.” (Fabiano, 18 anos)

“Não existiam fábricas de alimentos na redondeza. Alguma coisa que vinha industrializado, nas agroindústrias da época, vinha de muito longe e o meio de transporte era o cavalo. O meu avô conta muitas histórias, uma determinada região tinha aptidão para criar, por exemplo, porcos. Então o pessoal troperiava os porcos vendiam em outros lugares. E outros já tinham gado. O meu avô conta que naquela região onde eles moravam, não tinha nem grama, era só mato e capoeira. E essa grama de agora foi trazida pelos tropeiros de outros lugares.” (Rodrigo, 20 anos)

“Lá no terreno do pai tem uma estrada velha que passavam as mulas, afundado de mula. A estradinha era bem estreita eles contam que lá passavam mulas para ir para o Rio Grande.” (Andréia, 20 anos)

“Até aqui em baixo no mato tem um tropeiro sepultado, o pai sabe onde é. Tem vários cemitérios de tropeiros, mas esses eu não sei onde é.” (Janice, 19 anos)

Percebo que o tropeirismo é bastante presente na vida dos jovens, pois, além da escola e da família, mantenedoras desses fatos, ainda se vivem resquícios dessa marca cultural, os

²⁵ Os avós dos entrevistados foram tropeiros em outras rotas que não necessariamente às que ligavam o Rio Grande do Sul a São Paulo.

²⁶ Cangalhas são instrumentos usados nas mulas para a condução das mesmas pelos caminhos.

cemitérios nas encruzilhadas são freqüentes, assim como é comum encontrar o comércio de artesanato e artefatos em couro para a lida com os animais. O cavalo também é um meio de transporte ainda usado no interior. Os tiros de laço, entre outras formas de cultivar a tradição, são marcas regionais e é principalmente no rodeio de Vacaria/RS - famoso em toda região sul do país - que pessoas os apresentam.

O fato de a região ter sido povoada pelos tropeiros e muitos dos jovens terem familiares que também o foram, revela a importância que o tropeirismo teve para a cultura local, portanto, perder a terra que pertenceu a avós e bisavós é sofrido e, como mencionei no início, este fato é significativo para que o povo dessa região tenha as atuais iniciativas políticas de contestação à barragem.

Neste item, a mídia foi referida quando dois jovens recordaram de uma reportagem especial veiculada pelo programa *Globo Rural*, da Rede Globo, sobre a reconstituição do caminho das tropas na região sul, exibidas em doze edições do programa, de 16 de julho a 1º de outubro de 2006. Portanto, mesmo que, na maioria das vezes, as reportagens tenham representado a cultura dos donos das tropas e das fazendas, a TV aparece vinculada à memória popular, também legitimando modos de vida semelhantes aos seus e valorizando a cultura da classe popular.

2.2.3 Outros aspectos históricos e geográficos

Na entrevista que fiz, também questiono os jovens sobre sua identificação com aspectos geográficos e outros aspectos históricos, além dos mencionados nos itens 2.2.1 e 2.2.2. Somente uma das entrevistadas associou aspectos históricos com a mídia, citando a minissérie *A casa das sete mulheres* como significativa para a região, marcada historicamente pela passagem da heroína Anita Garibaldi. Os jovens a identificam como lutadora, ou guerreira dos dois mundos, como é conhecida pela sua luta no Brasil e na Itália. Segundo o historiador com quem conversei, o município de Anita Garibaldi recebeu este nome pelo fato da guerreira ter passado uma noite no local, fugindo de seus perseguidores e indo ao encontro de seu marido, Giuseppe Garibaldi.

No entanto, o historiador se mostrou decepcionado com a falta de interesse dos jovens do município para com a história da região: “É falta de leitura, eles ficam perdidos na televisão ou no computador e esquecem, abandonam o livro”. Segundo ele, o estudante não

quer conhecer a história e a cultura. Em uma palestra que fez numa escola, ele dizia aos alunos:

“Tenho certeza de que se vocês têm que fazer uma tese ou um trabalho, se vocês lerem o livro conseguem fazer, agora se vocês não lerem o livro não vão saber. Não lêem sobre o Contestado, não lêem sobre a Revolução Farroupilha, não lêem sobre os acontecimentos da história e o porquê de tudo isso!” (Graciano Martelo, em entrevista no dia 1º de março de 2007, em Anita Garibaldi)

Com relação a essa crítica de Martelo, Martín-Barbero (2003) explica que hoje o livro deixa de ser o centro do universo cultural e nascem outras formas de leituras, outros usos, a partir do nascimento de uma pluralização dos modos de existência do texto escrito, já que os meios audiovisuais constituem um novo e poderoso âmbito de socialização, de elaboração e transmissão de valores e pautas de comportamentos.

Ainda com relação aos aspectos geográficos, os rios são lembrados pelos jovens. “Aqui nesse fundo eles chamam de entre rios, porque fica entre dois rios, o Canoas e o Pelotas”, diz Janice. A região fria e as florestas de araucárias completam a paisagem citada pela maioria dos entrevistados. O fato de ser próxima à região de São Joaquim, marcada pelo turismo de inverno também a identifica.

Mesmo sendo catarinenses, identificam-se com a cultura gaúcha. “Nós somos os ‘catarinhas’, mas o chimarrão, a dança gaúcha sempre vai estar bem presente, os rodeios, os bailes”, afirma Janice. Além da cultura gaúcha, eles mencionam a cultura dos descendentes de imigrantes italianos e alemães. Na culinária, reforçam alimentos típicos como o pastel e a paçoca de pinhão²⁷. Com relação à bebida, eles se reportam à cultura italiana, com o vinho, e à alemã, com o chopp. “É uma mistura, Santa Catarina não tem uma cultura própria, ela imita a dos outros”, afirma Carla.

Uma das entrevistadas critica os traços culturais de hoje na sua região, segundo ela

“até há alguns anos tinha rodeio de laço, tinha mateada²⁸ com grupo gaúcho, hoje em dia não tem mais. Eu acho que essa questão da cultura foi muito influenciada, por exemplo, aqui é uma região de descendentes de alemães e italianos e eles não se importam com isso, em prestigiar a cultura, não têm mais os costumes, as comidas, isso se perdeu muito. Eu acho que ficou tudo muito moderninho e a música... uma pessoa que curte música eletrônica não gosta de música gaúcha. Um jovem pra gostar de música sertaneja, meu Deus, é chamado de antigão. Também os jovens não ouvem as pessoas mais velhas, não respeitam a cultura dos antigos.” (Martinha, 16 anos)

²⁷ Comida típica da região feita de carne e pinhão moídos. O pinhão é a semente da araucária, árvore encontrada no sul do Brasil.

²⁸ Mateada é um termo gaúcho que antigamente significava a reunião de peões para tomar chimarrão durante o transporte de gado. Hoje, é a denominação de encontros e de algumas festas tradicionais do sul do Brasil.

2.3 O significado da luta pela terra

No contexto da construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande é que se estrutura o significado da luta pela terra por parte dos camponeses, atualizado e refeito, conforme a conjuntura de maior ou menor acirramento entre os sujeitos envolvidos: o Movimento dos Atingidos por Barragens, as organizações não governamentais (ONGs) de cunho ambientalista e as empresas construtoras da usina.

Dessa forma, os fatos históricos, a composição étnica, a religiosidade popular e os modos de vida atribuem sentidos à luta pela terra, ou seja, o conjunto de significados atribuídos pelas famílias ao território é fundamental para entender a resistência à construção da barragem, visto que com a obra os moradores ribeirinhos perderam suas terras.

Igualmente, é necessário compreendermos o conceito de camponês, utilizado neste estudo com prioridade sobre o conceito de pequeno agricultor que remete à prática da produção simples de mercadorias. Assim entendo, por concordar com Moura, para a qual

o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida. (1988, p. 69)

Tal conceito ecoa na fala da mãe de uma das entrevistadas: “A terra não é só o terreno, aquela terra significava a minha vida, foi onde eu nasci, me criei, casei e criei os meus filhos. Agora não sei nem onde vou morar”. A cultura é central para a identificação com o espaço. O fato de dependerem da terra para sobreviver, a relação com a criação de pequenos animais e com as “fruiteras”²⁹, a ligação afetiva com o terreno “que meu avô tropeiro fez morada”, como me disse uma jovem, faz com que as famílias tenham um apego muito forte às coisas da terra, fruto do trabalho de anos de vida. Para Hebette

esses laços mais primários são os de parentesco e vizinhança que os levam a procurar se agrupar em comunidade, a busca de sua permanência e reprodução numa mesma terra, traduzidos como apego a terra, é a marca dos sucesso do seu modo de vida e a fonte do seu cuidado com o seu ambiente: a migração para ele é

²⁹ Forma como os camponeses pronunciam a palavra fruteira.

uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável. (2004, p. 2 apud CARVALHO, 2005, p. 172)

No momento em que o camponês é expropriado da terra, a sobrevivência fica comprometida, as condições de saúde são ameaçadas e as relações sociais e de solidariedade se desestabilizam, pois vêm de interesses comuns, do longo tempo morando no mesmo lugar, vivendo a mesma história e sofrendo as mesmas necessidades. Portanto, o fato de terem que sair das terras onde moravam em virtude da barragem ocasiona muita apreensão entre as famílias, já que a princípio não tinham nenhuma garantia de reassentamentos. Os depoimentos revelam o estado de tensão das famílias ao saberem da desocupação da área. Uma das jovens entrevistadas afirma que a terra é fundamental para poder trabalhar e viver. Ela conta que, por um período, foram tentar a vida em Caxias, mas tiveram que voltar porque o pai não se acostumava com a agitação da cidade e com nenhum emprego:

“Pro pai morar em cidade não dá certo, ele fica doente, ele gosta do campo, ele gosta de ficar envolvido com a terra, com os animais. Depois que a gente voltou de Caxias eu era o gurizinho do pai, sempre acompanhava ele na roça. Pro meus pais foi mais difícil, pois eles eram acostumados com aquele lugar. No começo, eles tinham aquela idéia de que ia trazer desenvolvimento. Eles chegam e passam aquela mentira que vai trazer desenvolvimento, gerar emprego e um monte de babaquice. Depois que eles viram realmente o que era, aí eles começaram a lutar. A notícia não foi pacífica, pois a gente não sabia onde ia morar. Muita gente sofreu.” (Janice, 19 anos)

“Primeiro veio aquele choque, porque o pai e a mãe nasceram, se criaram, se casaram e tiveram a gente lá, né. Aí vem a notícia que a gente ia ter que sair porque a terra da gente ia se cobrir de água.” (Bia, 16 anos)

“Foi complicado porque a gente morava todos perto, tio perto de tio, tio perto de avó. Todos pertinho, depois tivemos que abandonar tudo e alguns parentes se distanciar muito, então isso ficou chato, a saudade é o ruim da separação.” (Liana, 19 anos)

“Primeiramente nós não sabia que teria que se mudar, nós sabia que ia atingir o nosso terreno e aí o pai disse que nós teria que lutar, foi uma luta dele muito sofrida.” (Mariana, 17 anos)

“Eu começava a chorar, saber que ia tomar a terra onde nós morava e a gente ia ter que se mudar pra aquele lugar, sem nenhum morador, sem nenhum vizinho, sem nem igreja. Meu pai também chorava, deu até um derrame nele de tanto se preocupar, porque ele não queria sair de lá.” (Carla, 18 anos)

O uso do conceito de “atingido por barragem” encontra divergências entre os pesquisadores. Para alguns, até o momento em que as famílias moram na comunidade, são ameaçadas por barragens; para outros, uma família é atingida a partir do momento que existe um projeto de instalação de barragem em determinado local. O próprio Movimento dos

Atingidos por Barragens utiliza este último conceito por entender que, a partir do projeto, as famílias e toda a comunidade sofrem um processo de degradação moral, com perdas que vão muito além da terra e que culminam no momento da retirada. Ser um “atingido”, para Scherer-Warren (1990, p. 30), não é outra coisa senão “aquele que luta para não perder sua condição social de camponês”. Luta que, em muitos casos, se inicia após os primeiros licenciamentos para instalação do canteiro de obras.

Quando ainda dos primeiros indícios da construção da obra, é comum as pessoas não acreditarem que de fato a barragem será construída. Os versos que a mãe de uma das entrevistadas recitou à beira do lago da barragem quando fui visitá-la retratam isso:

“Já faz mais de 20 anos que eu ouvia falar em barragem, mas pra mim era brincadeira e parecia até bobagem. Mas a barragem chegou. Jesus tem misericórdia, tenha de nós compaixão, chegou a tal de barragem, chegou a destruição.

No terreno onde eu plantava, lá na beirinha do rio, alagou todinho d’água e aquela terra sumiu. Eu que não tinha terreno, plantava em terra arredada, mas terra de beira de rio é de muita produção, lá eu tirava o meu sustento, o milho e o arroz e o feijão.

E agora eu fico pensando e meu coração bate forte enchendo de mágoa, olhando da barranquinha o rio enchendo aos pouquinhos e o terreno onde eu plantava ficou tudo em baixo d’água.

Voltei pra casa chorando e abracei os meus filhinhos. Meus filhos, aqui não dá mais, vamos arrendar outro cantinho pra mim poder trabalhar pra eu tratar de vocês e vamos rezar pra Jesus, que ajude nós nesse momento, que esse chefe das barragens se compadeça de nós e faça um reassentamento.” (Dona Carmelinda, em entrevista no dia 28 de fevereiro de 2007, em Anita Garibaldi)

Se a barragem chega, como recita dona Carmelinda, ou se apegam à religião, ou se apegam ao movimento social, às vezes aos dois. Também em outras partes do Brasil, como já pude presenciar, é comum no início de alguma reunião do MAB, dentre os atingidos alguém iniciar uma oração, mesmo que essa não seja uma prática incentivada pelo movimento, mas respeitada pela fé e religiosidade popular.

Em minhas viagens de campo, em várias oportunidades conversei com os pais dos jovens da pesquisa, muitos relembram a esperança que adquiriram ao ingressarem no Movimento dos Atingidos por Barragens, que para eles significava a esperança de garantirem um território. Aliás, a construção de uma barragem é a disputa por um território, de um lado, por quem sempre plantou a terra, e de outro, por uma empresa que ganhou uma licitação para ocupar o espaço tido como de interesse público por um decreto presidencial.

Para as comunidades rurais o espírito comunitário ainda é muito forte. Uma das coisas que mais me impressionou é a tristeza das pessoas, principalmente as mais velhas, quando se

referem aos vizinhos de outrora que se deslocaram para outras comunidades ou municípios, com os quais não conseguem mais manter relações. O que também os marca é o sentimento de melancolia pela saída do local, ao verem a água inundando o terreno.

Portanto, o sentido da perda se intensifica pelo fato de a população local ser descendente dos primeiros moradores da região, sejam eles de origem italiana, alemã ou cabocla. Há uma memória social sobre o trabalho pioneiro de colonização realizado por estes camponeses e antecedentes nas áreas atingidas pela barragem, e mais, para estas pessoas “migrar não significa apenas mudar de um espaço físico para outro, mas significa a troca de um espaço com sentidos múltiplos, baseada em representações simbólicas que atribuem um valor estimativo a um espaço que foi, também, apropriado e construído socialmente” (SCHERER-WARREN, 1990, p. 30). Portanto, posso dizer que a luta pela terra é sempre, e ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista e reconquista de um modo de ser e de trabalhar e perdê-la significa perder grande parte de sua identidade e traços culturais.

Para a maioria dos entrevistados, ter um pedaço de terra é sinônimo de sobrevivência. Além disso, ter terra significa economizar com as compras no mercado, pois, para o camponês, não é necessário comprar tudo de que necessita:

“A gente vai no mercado e não gasta muito, porque a gente tem o feijão, tem leite, tem o queijo, tem a carne, tem o arroz. Então eu acho que ajuda muito na renda da família e é uma coisa da gente, que nunca vai ser tomado da gente, se a gente cuidar bem, vai sempre ser da gente.” (Bia, 16 anos)

“Tendo um pedacinho de terra, você pode plantar, colher, comer. Você pode plantar milho e tratar um porquinho, esse porquinho te dá a carne. Você come e não precisa comprar, se você vai no mercado, reduz em 50% o que precisa comprar.” (Carla, 18 anos)

“É o modo de nós sobreviver, né. Todas as vezes o que nós planta, não precisa comprar, isso é bom. Até morar, não precisa pagar aluguel.” (Cheila, 17 anos)

Além da economia e de representar a sobrevivência familiar, pelas respostas constato que a terra também representa o orgulho da família:

“Ter o que é da gente é muito bom, não depender dos outros para trabalhar, trabalhar em cima do que é da gente, tirar o sustento do que é nosso. O meu pai, por exemplo, em oito anos acho que a gente fez umas vinte mudanças, ele sempre trabalhava de agregado ou arrendatário para sobreviver, agora nós temos uma terra.” (Martinha, 16 anos)

“Pra o meu pai sempre foi importante ter esse pedacinho, porque ele nasceu, vive e vai morrer na terra.” (Liana, 19 anos)

“A minha família é grande demais pra pouca terra³⁰, mas eu acho que é um meio de estar se alimentando, de viver melhor que na cidade.” (Fabiano, 18 anos)

“O pai morar em cidade não dá certo, ele fica doente, ele gosta do campo, gosta de ficar envolvido com a terra, com os animais.” (Janice, 19 anos)

“É tudo, por que se nós não tivesse este pedaço de terra, que nós ia fazer da vida? Morar na cidade? Não tem como nós morar na cidade. Quando nós morava na cidade o pai era doente.” (Mariana, 17 anos)

No entanto, para duas jovens, a mudança de local trouxe melhorias, principalmente acesso à infra-estrutura de transporte, escola e comunicação criada nos reassentamentos, o que não existia nas antigas comunidades. Além disso, mencionam as condições de trabalho nas terras dos reassentamentos melhoraram, com mais facilidade de acesso ao maquinário para o trabalho e a crédito para plantio, e que as terras nos reassentamentos são melhores que as terras nas antigas comunidades, localizadas em lugares muito íngremes, de difícil acesso.

A conquista dos reassentamentos aconteceu depois de muitas lutas, os camponeses que possuíam escrituras dos locais em que trabalhavam e que foram alagadas conquistaram novas terras, e mesmo com as relações de vizinhança e parentesco desmanteladas, pois o consórcio BAESA separou os vizinhos, tentam reconstruir as relações comunitárias. Em uma das viagens de campo estive no Reassentamento Rural Coletivo 15 de Fevereiro, onde acampadas e em mutirão, as famílias estavam iniciando a construção das novas casas e preparavam as terras para o plantio, era quase sempre o pai de cada uma das famílias que ganhou um lote que vinha para iniciar as construções. A família de Janice e Mariana veio com todos os membros para o novo reassentamento e era a responsável pela alimentação dos demais. Acampados na casa da antiga fazenda, o semblante de cada um daqueles homens, em torno de dezoito, refletia a alegria de estarem reconstruindo suas vidas e a vida de suas famílias que, depois de anos de luta, garantiram a terra para continuarem sendo camponeses. Foi neste reassentamento que passei a maior parte dos dias das viagens de campo, lá pude presenciar que os valores e os costumes da roça permanecem e são repassados aos filhos. Foi lá também que conheci o camargo³¹ e a paçoca de pinhão.

A identidade camponesa e o espírito coletivo também se manifestavam naquelas pessoas quando faziam mutirões para matar o porco, construir a casa ou tocar violão ao redor do fogão à lenha. Mesmo que tenham construído a barragem e as águas do lago tenha inundado suas propriedades e, mesmo que tenham ocorrido muitos conflitos entre a polícia e os atingidos nos momentos de ocupação da obra para pressionar as autoridades competentes,

³⁰ Fabiano tem oito irmãos.

³¹ O camargo é o leite não cozido bebido com café logo após a ordenha da vaca.

parece que, aos poucos, as famílias vão reconstituindo seu modo de vida e garantindo a sobrevivência.

Então, compreendendo os sujeitos sociais presentes neste estudo compondo uma comunidade camponesa, é possível definir esta comunidade como o conjunto de sujeitos que não só participam de um significado comum, mas que, pelo fato de participarem dessa comunidade, adquirem sua própria identidade, primeiramente por serem camponeses e em seguida por participarem do MAB. Silva (2000, p. 75-76) afirma que “a identidade é a referência, é o ponto original ao qual se define a diferença”, ou seja, os atingidos se identificam como tais frente a quem não perdeu suas terras pela construção de barragens.

Percebo ainda que, se para as famílias o sentido de perda com a construção da barragem permanece no âmbito das micro-relações, ou seja, na perda de experiências, costumes e valores, já para o Movimento dos Atingidos por Barragens, enquanto organização, e para seus líderes, o sentido chega ao âmbito das macro-relações, ou seja, das relações de subordinação ao capital financeiro nacional e internacional; na omissão dos governantes - principalmente do governo federal que, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), negou a existência de uma área de preservação; e na hegemonia da imprensa local e regional que, pelos recursos financeiros que recebe em patrocínio e propaganda, é aliada ao poder estatal e empresarial.



Figura 3 – Reassentamento Rural Coletivo 15 de Fevereiro, Anita Garibaldi/SC.



Figura 4 – Casa de um dos entrevistados, no Reassentamento Rural Coletivo Santa Catarina.



Figura 5 – Mãe de um dos jovens entrevistados, em sua casa. Aos fundos, o lago da barragem.

CAPÍTULO 3

A PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

3.1 Movimento social: conceituação e aplicação

Já na década de 80 Martín-Barbero destacava a importância que os movimentos sociais estavam assumindo num mundo onde a expansão do capitalismo e sua reorganização monopolista e transnacional tende a fragilizar todas as condições de trabalho e bem estar social, levando a classe trabalhadora de países inteiros a permanecer em estado de alerta. O desenvolvimento da atual crise mundial gerou e está agravando a privação econômica, política e cultural e também intensificando o sentimento de injustiça de milhões de pessoas em todo mundo. Isso gera uma insatisfação e uma descrença no Estado e nas instituições políticas que têm o dever de defender e suprir os anseios básicos de sobrevivência da população.

Se o Estado não é mais capaz de cumprir sua tarefa, surgem outras formas de resistência a essas situações que se concretizam nos movimentos sociais, pelo protagonismo da organização popular. Os principais fatores de mobilização são a privação, a opressão e a injustiça, contexto que facilita compreender, principalmente os movimentos sociais camponeses do Brasil, como organizações compostas pela classe subalterna, condicionada por situações de pobreza de ordem material.

Assim, a inserção social vem da força moral dos movimentos, enquanto força coletiva, em libertar seus integrantes das privações sentidas nas suas necessidades materiais, status social e identidade cultural. Portanto, além de significarem um mecanismo de inclusão numa perspectiva que retoma a noção de cidadania³², também significam a criação e o resgate de valores que aos poucos foram se perdendo nas trilhas da sociedade contemporânea, desumana e competitiva. Para tanto, os movimentos sociais são definidos como

uma ação transformadora (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente e princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN, 1984, p. 20)

³² Para García Canclini, “ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (1995, p. 22 apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 180-181).

E se esta ação transformadora parte do princípio que a sociedade é dividida em classes, Frank e Fuentes (1989) dizem que a luta de classe, em grande parte do terceiro mundo, toma forma e se expressa por meio de movimentos sociais, basicamente constituídos por integrantes de classes populares. Essa caracterização complementa a tipologia de Alain Touraine que define um movimento social de acordo com três princípios, aqui utilizados para compreender o enquadramento do Movimento dos Atingidos por Barragens. Segundo Touraine (1965, 1966 apud CASTELLS, 1999, p. 95), os princípios são: “a identidade do movimento, o adversário do movimento e a visão ou modelo social do movimento”. Castells adapta estes princípios dizendo que

o princípio da identidade refere-se à autodefinição do que ele é, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. Adversário refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento, e visão do movimento refere-se ao tipo de organização que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove. (1999, p. 95-96)

Estes aspectos permitem identificar o MAB com um instrumento da luta de classes dos camponeses atingidos por barragens. Em Anita Garibaldi, num contexto marcado pela hegemonia do consórcio BAESA, representa a contra-hegemonia e luta contra a expropriação, a exploração e a opressão, e pela sobrevivência, dignidade e identidade de seus integrantes, a partir da transformação social, ampliando estas garantias para um todo da classe trabalhadora.

Ainda sobre a contextualização dos movimentos sociais, Berger (2003) os descreve como formas de organização e mobilização, inscritos como elos ativos entre os processos de reprodução social e a esfera política. Dessa forma, diz ela, “os movimentos articulam-se tanto aos processos de construção da sociabilidade quanto ao campo político em seus conflitos” (2003, p. 86). E é o que acontece com o MAB que, ao articular grupos de famílias que convivem com a mesma problemática social, lança-os no campo político pelo engajamento na luta por direitos e por transformações estruturais na sociedade. E assim o faz articulado a uma rede de movimentos sociais que, mesmo guardando suas especificidades, organizam-se e mobilizam-se independentemente do Estado e dos partidos políticos.

Para estes movimentos, o Estado “segue sendo o principal organizador estratégico das classes dominantes, em sua relação com as classes dominadas” (CONSULTA POPULAR, 2006, p. 9) e, pelo aparato repressor de seus aparelhos ideológicos, é quem dá ordens de despejos de áreas ocupadas, expede mandados de prisões e aciona o serviço militar para dispersar mobilizações e intimidar quem delas participa. Além disso, no caso de construções

de barragens, o Estado é conivente com a degradação ambiental, social e cultural de uma região através de emissão de licenças que admitem a construção dessas obras.

Quanto ao outro aspecto, se há 20 anos atrás os partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), eram o símbolo da tomada de poder popular, hoje alguns movimentos sociais, entre eles o MAB, desacreditam na via partidária como instrumento político para a condução da nação. Este é um debate recente, com pouco mais de dois anos. Portanto, a criação de um novo instrumento ainda é muito incipiente e está sendo definido pela chamada Consulta Popular, uma articulação de forças de esquerda, entre elas os movimentos sociais camponeses³³, que desenvolveram, e estão desenvolvendo, uma experiência fundamental na construção de experiências de poder popular.

Direcionando o enfoque para os movimentos sociais do campo, Grzybowski (1987) afirma que as situações de luta que configuraram movimentos organizados de camponeses no Brasil deram-se em torno de quatro frentes, todas elas contra a expropriação da terra. Uma dessas frentes deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outra originou o Movimento dos Atingidos por Barragens que, juntos a outras organizações e movimentos sociais camponeses do Brasil, conformam a denominada Via Campesina³⁴, uma organização internacional que, no Brasil, estruturou-se oficialmente em 2001, durante o 1º Fórum Social Mundial. Pela sua capacidade de articulação, as ações de protesto e reivindicação da Via Campesina buscam um diálogo com a sociedade, além de serem temas de interesse comum aos movimentos envolvidos, como é o caso da negação à monocultura de eucaliptos e cultivares transgênicos, por exemplo.

Voltando à expropriação da terra para construção de hidrelétricas e à frente que dá origem ao movimento nas barragens, a desapropriação baseia-se no princípio legal da utilidade pública. Por isso, “a luta contra as barragens configura-se como uma luta contra a expropriação feita sob concessão do Estado em nome da sociedade. É a própria legitimidade do Estado e da legalidade instituída que é denunciada” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 25), mesmo que esta legalidade seja forjada, como no caso da UHE Barra Grande.

Para Carvalho (2005), o discurso que acompanha a construção de barragens, justificado pela idéia de interesse público e de impulso ao progresso e ao desenvolvimento da nação, é uma falácia. Segundo ele, “na maioria dos casos o presidente emite a desapropriação

³³ Em especial os ligados à Via Campesina.

³⁴ A Via Campesina congrega os seguintes movimentos sociais: Movimentos dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

por utilidade pública, que obriga a retirada dos agricultores das suas terras. Sendo a energia uma mercadoria, onde através dela os grandes grupos econômicos obtêm lucros, podemos dizer que o interesse não é público, mas sim privado” (2005, p. 364), como veremos no próximo item.

3.2 O Movimento dos Atingidos por Barragens: constituição e caráter

3.2.1 A constituição do movimento nacional

Nos anos 70, o modelo de geração de energia através da construção de barragens foi intensificado no Brasil. A partir deste período, os projetos das grandes usinas hidrelétricas foram e têm sido levados adiante com o objetivo de gerar energia para o setor industrial e para o crescente desenvolvimento do país. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME) de 2006, 84,7% da oferta de energia elétrica no país tem base hidráulica³⁵, ou seja, é produzida nas usinas hidrelétricas. Os pouco mais de 15% restantes da energia elétrica produzida provêm da energia eólica, nuclear, gás natural, biomassa e outros. Para tanto, segundo dados do MAB (2003), cerca de um milhão de pessoas foram atingidas diretamente pela construção de barragens, 34 mil km² de terra foram alagadas e o país pode se “orgulhar”, além do mais, de possuir os maiores lagos artificiais do mundo (Tucuruí, com 2.430 km²; Sobradinho, com 4.214 km²; Balbina, com 2.360 km²; Serra da Mesa, com 1.784 km² e Itaipu, com 1.350 km²). Vainer (2004, p. 190) declara que “existe uma ‘cegueira’ na elaboração dos EIA-RIMAs, pois nenhum deles foi capaz de prever a existência de movimentos de resistência, colocando um ‘ponto cego’ no instrumento teórico que coloca os atingidos como incapazes de se constituírem e lutarem por direitos e interesses”. Mesmo com a ‘cegueira’ destes estudos e seus relatórios, a história aponta para as diversas formas de resistência dos atingidos por barragens em todo o Brasil.

Se durante o regime ditatorial brasileiro, as resistências se caracterizaram pelas reivindicações por reassentamentos, ou indenizações justas por suas terras (os casos das barragens de Sobradinho e Itaipu), assumem configurações mais politizadas a partir do

³⁵ Informação obtida no site do MME. Disponível em: <www.mme.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2007.

processo de re-democratização e evoluem para o próprio questionamento da construção da barragem, tal como aconteceu em Itaparica, na Bahia; em Tucuruí, no Pará e nas hidrelétricas da Bacia do rio Uruguai, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, os atingidos passam a perceber que, além da luta isolada na sua barragem, deveriam confrontar-se com o modelo energético nacional e, para isso, seria necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil.

Ainda com a organização regionalizada e com nomes distintos para cada comissão de barragens criada nos estados, em abril de 1989, em Goiânia/GO, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do país. Segundo lideranças que participaram deste processo, foi um momento em que se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país e deste encontro saiu a decisão de constituir uma organização mais forte de intervenção nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Assim, em março de 1991, em Brasília/DF, no 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, é fundado o Movimento dos Atingidos por Barragens, com o propósito de ser um movimento nacional, popular e autônomo, para a organização e articulação de ações contra as barragens a partir das realidades locais. Ainda neste congresso, é instituído o dia 14 de março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, data que desde então é tida como dia de luta e mobilização em todo o país.

O MAB, enquanto organização social, existe unicamente no Brasil, no entanto, em outras partes do mundo também existem iniciativas de resistência à construção de barragens. Da articulação dessas iniciativas resultou o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, realizado com participação de 20 países em março de 1997, em Curitiba/PR, onde se decidiu pela unificação internacional das lutas e institui-se o dia 14 de março como Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Fruto desta articulação e por pressão dos atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997 é criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, movimentos de atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. Segundo informações do site do MAB, “a CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial, bem como propor

alternativas. Deste debate resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões”³⁶.

Frank e Fuentes (1989, p. 24) dizem que “poucos movimentos são ofensivos, no sentido de buscar a transformação da ordem estabelecida, e progressistas, no sentido de buscar uma ordem melhor para si mesmos e para o mundo”. Para os autores, a grande maioria dos movimentos é defensiva, buscando proteger conquistas recentes e particularizadas. No MAB, visualizo um processo que evoluiu de uma luta defensiva para uma luta no âmbito progressista e ofensiva, pois o foco da organização das famílias atingidas por barragens evoluiu das reivindicações por indenizações justas por suas terras e reassentamentos nos anos 70, para ações mais politizadas de questionamento e até mesmo impedimento da construção da barragem³⁷ nos anos 80.

E a partir do ano 2000, já como organização nacional consolidada, o MAB entende que seu papel na sociedade é mais amplo e, pelas alianças estabelecidas entre o movimento, outros movimentos sociais e segmentos de esquerda da sociedade, tem como horizonte a constituição de uma sociedade socialista, a ser construída também sob alguns pilares definidos no 2º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, realizado em março de 2006, em Curitiba/PR. Segundo as definições centrais deste encontro,

É necessário construir um modelo energético alternativo, com a utilização dos recursos naturais, que sirva aos interesses da classe trabalhadora, hoje e no futuro. [...] Lutamos também para combater a exportação de produtos de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista. O MAB é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. (Fragmentos da Carta do 2º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens)³⁸

Hoje o MAB tem um caráter contestador, reivindicatório e propositivo, está organizado em 14 estados do Brasil e, em sua trajetória de mais de 20 anos enquanto movimento nacional, procura despertar e potencializar a conscientização, a participação e a organização de cerca de 60 mil³⁹ brasileiros atingidos pela construção dessas usinas hidrelétricas, vitimados em suas vidas, moradias, trabalho, relações sociais e culturais pelo

³⁶ História do MAB. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia.html>>. Acesso em: 18 out. 2007.

³⁷ O primeiro eixo previsto para a implantação da UHE Machadinho, no rio Uruguai, foi impedido pela organização dos agricultores. Anos depois, o projeto foi retomado, mas com a instalação do canteiro de obras em outro local, atingindo um número menor de famílias.

³⁸ A carta na íntegra está em anexo.

³⁹ Dados do 1º Encontro Nacional do MAB, realizado em 2003.

avanço desenfreado do capital nacional e internacional. É deste contexto que surge a resistência, organização e luta das populações atingidas por barragens em todo Brasil.

Apesar disso, é preciso esclarecer que os próprios atingidos por barragens afirmam não serem contrários à produção de energia, inclusive por hidrelétricas, assim como não são contrários ao desenvolvimento do país. O que se discute é o destino da energia elétrica e a questão que hoje o movimento coloca para a sociedade é a seguinte: energia para quem e para quem? Segundo o próprio MAB, o desenvolvimento anunciado e a bandeira do progresso hasteada em todos os locais onde se constroem barragens não é para todos, mas sim para um desenvolvimento privado. E isso ficou mais claro a partir de 2001, depois do processo de privatização do setor elétrico brasileiro, em que muitas empresas da indústria eletrointensiva⁴⁰ saíram vencedoras dos processos de licitação para construção de barragens e geração de energia, buscando nos empreendimentos hidrelétricos a eletricidade necessária para satisfazer suas necessidades presentes e futuras. É o caso da Alcoa, acionista majoritária da UHE Barra Grande. Há 40 anos no Brasil, ela é subsidiária da Alcoa Inc., líder mundial na produção e transformação do alumínio. Esse contexto fica oculto e a própria empresa afirma produzir energia para o desenvolvimento do país. Na realidade, grande parte da energia produzida nas barragens tem destino certo: suas indústrias de alumínio, aço e celulose. Segundo Bermann, 48% da energia produzida no país é destinada à indústria, enquanto apenas 25% da energia é destinada às residências (2002, apud CARVALHO, 2005, p. 367). Esta é uma crítica feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragens e por autores como Carvalho (2005, p. 368), que diz: “enquanto a energia é utilizada dessa forma, 5.074.400 residências não têm acesso à energia elétrica no Brasil, o que equivale a 20.297.600 habitantes”.

Portanto, o problema dos atingidos por barragens, segundo o próprio MAB, não é somente social, mas político. Ou seja, os militantes não se sentem vítimas apenas da falta de terras com a inundação de suas propriedades, também são vítimas do modelo elétrico brasileiro, privilegiando as empresas e não o povo brasileiro. A grande afirmação do movimento é que a energia não deve ser considerada uma mercadoria, mas um patrimônio do povo brasileiro.

⁴⁰ Segundo Bermann (2004), são consideradas como atividades industriais eletrointensivas as indústrias de cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose. Tratam de setores produtivos que se caracterizam por consumir uma quantidade muito grande de energia elétrica para cada unidade física produzida.

3.2.2 As particularidades da organização na região sul do Brasil

Conforme Scherer-Warren (2007), a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do rio Uruguai teve resistência dos agricultores desde dezembro de 1979, quando, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi realizada uma primeira reunião no município de Chapecó/SC com a presença de representantes de Igrejas, entidades locais e agricultores para discutir a problemática que estava se instalando na região com a implantação do chamado “Projeto Uruguai”, constituído pela construção de 25 usinas hidrelétricas no rio Uruguai pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), na época uma empresa estatal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)⁴¹. Pelo resgate histórico feito por Scherer-Warren (2007, p. 3), a partir desta reunião foi criada a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), “destinada a refletir sobre o que desde então foi definido como um problema social a ser enfrentado”.

Na Bacia do rio Uruguai, “a configuração e a dinâmica da reação dos pequenos produtores ao Projeto Uruguai, sem sombra de dúvida, teve a ver diretamente com a atuação da CRAB e posteriormente do Movimento dos Atingidos por Barragens”, afirma Scherer-Warren. Segundo ela,

além das iniciativas em termos da organização do movimento, várias outras foram encaminhadas para mobilizar os agricultores familiares e para pressionar a Eletrosul em relação às problemáticas em pauta. Foi, assim, divulgada a notícia da implantação das hidrelétricas e desnaturalizadas suas implicações sócio-ambientais, contrapondo-se ao discurso do progresso e dos benefícios para a região, veiculado pela Eletrosul, uma identificação de danos e perdas, especialmente para os agricultores ocupantes das áreas requeridas para os empreendimentos do Projeto Uruguai, identificando-os como vítimas, politicamente nomeadas de atingidos, constituindo-se em novos sujeitos políticos. (2007, p. 4)

Estas ações na região sul foram desencadeadas quando as obras ainda estavam sendo planejadas, organizadas pelos atingidos dos dois estados e, no início, teve forte interferência da igreja católica progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A presença da igreja católica nessa região foi tanta que

a politização da problemática das barragens (...) manifestou-se na apropriação e ressemantização de símbolos cristãos, como é o caso da utilização de cruzeiros para substituir os marcos colocados pela Eletrosul para definir as áreas a serem alagadas,

⁴¹ Segundo Grzybowski (1987, p. 29), “na época, a concretização deste projeto significaria o deslocamento compulsório de 40 mil famílias”.

retirados através de rituais realizados em diferentes localidades da Bacia do Uruguai. (SCHERER-WARREN, 2007, p. 6)

Zonin (1994) localiza a organização dos atingidos por barragens na região sul em três fases. A primeira é a de um movimento localizado na região de abrangência da UHE de Machadinho e UHE de Itá, as primeiras barragens instaladas na bacia, tendo um caráter reivindicatório e contrário à expropriação e, uma duração de cerca de cinco anos, de 1980 a 1985. A segunda fase é a de um movimento regionalizado, vai até 1989 e caracteriza-se pelo aumento do número de militantes e o deslocamento para outras regiões da bacia do rio Uruguai. Já a terceira fase, identificada pelo pesquisador a partir de 1989, é a de um movimento nacional, com a aproximação da região sul às demais regiões do país em eventos nacionais e com o aumento do poder de pressão do movimento em relação ao setor elétrico nacional.

É claro que estas fases não são estanques e que, de 1994 para cá, podemos incluir outras fases dentro desta última apontada por Zonin. Hoje, na região sul, o Movimento dos Atingidos por Barragens tem outra configuração, com uma coordenação que agrega representantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, apesar de guardar as características culturais, sociais, econômicas e de poder político de intervenção local, seguem a orientação nacional, numa perspectiva comum de luta de classe, compreendendo como principal inimigo o imperialismo econômico que se manifesta através das grandes empresas que se instalam nas regiões para a construção da obra, geração e distribuição da energia, como é o caso das barragens da Foz do Chapecó⁴², Campos Novos⁴³ e Barra Grande, entre outras, localizadas na Bacia do rio Uruguai.

3.3 O contexto da luta na região de abrangência da UHE Barra Grande

Em geral, todo grande empreendimento de infra-estrutura implantado no Brasil é constituído por acionistas. Não é diferente com a Usina Hidrelétrica Barra Grande. Na licitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), feita em 1999, venceu o consórcio com o nome fantasia BAESA, formado pela empresa Alcoa Alumínio S.A., com 42,17% das ações; CPFL Geração de Energia S.A., com 25%; Camargo Corrêa Cimentos

⁴² A UHE Foz do Chapecó está em construção.

⁴³ A UHE Campos Novos já foi construída.

S/A, com 9%; Companhia Brasileira de Alumínio/Votorantim, com 15% e DME Energética Ltda, com 9% das ações.

Quanto aos seus aspectos logísticos, a UHE Barra Grande está localizada no vale do rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS, a cerca de 43 km da sua confluência com o rio Canoas. A união dos dois rios conforma o rio Uruguai, de extrema importância para o sul do Brasil e uma das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. A usina tem uma potência máxima instalada de 708 MW, que equivale a 20% do total de energia consumida no Rio Grande do Sul, seu muro tem 185 metros de altura e 665 metros de extensão e o lago formado inundou uma área de aproximadamente 8.140 hectares. Como o rio Pelotas faz divisa entre dois estados da federação, o órgão ambiental responsável pela concessão de licenças para a construção da obra é o IBAMA. Ao todo, nove municípios são atingidos pela barragem: Cerro Negro, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Anita Garibaldi do lado catarinense, e Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus do lado gaúcho. Nestes municípios, 1500 famílias foram atingidas diretamente com essa construção.

Feitas estas considerações, vale destacar que o embate social que circundou a região foi violento a partir de 2001, quando o IBAMA concedeu a Licença Instalação (LI). Desse modo, dois campos foram formados e até hoje divergem: de um lado, o Movimento dos Atingidos por Barragens e as ONGs de caráter ambientalista⁴⁴, com o discurso contra a empresas construtoras, em defesa das famílias e do meio ambiente e, de outro, as emissoras de rádio da região e as empresas construtoras da obra, com o discurso do desenvolvimento e do progresso.

O momento de maior acirramento político ocorreu em novembro de 2004, três anos depois de iniciado o canteiro de obras, quando a BAESA apresentou ao IBAMA um levantamento dos locais a serem desmatados. Por este levantamento, descobriu-se que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), documentos necessários para obter a LI, entregues ao IBAMA em 1998, omitiram a existência de uma imensa área de floresta de araucárias, entre outras espécies típicas da Mata Atlântica do sul do país. O RIMA havia reduzido a área de floresta primária a ser alagada de 2.077 para 702 hectares; a área de floresta em regeneração, de 2.158 para 860 hectares e a área de floresta em estágio médio ou inicial de regeneração, de 2.415 para apenas 830 hectares. Além

⁴⁴ A principal ONG ambientalista que se envolveu com o caso Barra Grande foi a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI).

disso, segundo Prochnow (2005, p. 7), “o relatório não fazia menção clara sobre os campos naturais, presentes em mais de 1000 hectares”.

Caso os reais dados do levantamento florestal estivessem mencionados no EIA/RIMA, poderiam embargar a instalação da obra, pois a LI foi concedida em junho de 2001, menos de um mês após vigorar a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n° 287, de 27 de maio de 2001, que protege as espécies ameaçadas de extinção, no caso, a floresta de araucárias localizada em uma das últimas reservas do país.

Frente as fraudes que estavam sendo descobertas, em setembro de 2004 o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Rede de ONGs da Mata Atlântica e a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses impetraram uma Ação Civil Pública na Justiça Federal de Florianópolis/SC que suspendeu liminarmente a Licença de Operação (LO). Por pressão das empresas, que logo sentiram o impacto que o caso alcançaria, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região suspendeu a liminar e a obra continuou. No entanto, não seguiu conforme desejava o consórcio. As denúncias que o MAB e as ONGs ambientalistas acionaram na imprensa ganharam repercussão sob o emblema “a hidrelétrica que não viu a floresta”. Assim, Barra Grande virou um caso internacional, inclusive com uma mesa redonda no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre/RS, e com a ida de repórteres da Rede BBC, de Londres, até o local onde estava sendo construída a barragem.

A denúncia da fraude ecoou no governo federal como um caso de “falência institucional”, conforme depoimento da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O eco bateu na imprensa nacional e teve direito a uma coluna da jornalista Mirian Leitão, no jornal *O Globo*:

De um lado, um paredão de concreto de 180 metros pronto para iniciar a geração de 650 MW de energia. De outro, quatro mil hectares de mata atlântica, com araucária, árvore pré-histórica em extinção. É o dilema de Barra Grande. Conflitos entre preservar a natureza e produzir energia sempre vão existir. Mas este é emblemático. Até porque a licença prévia foi dada como se fosse o caso de uma mata sem importância quando, na verdade, é um patrimônio ambiental [...].

Na mesma coluna, o Diretor Superintendente da BAESA, Carlos Alberto Miranda, eximia-se dizendo que “o consórcio havia ganhado a licitação que já tinha uma licença ambiental prévia e que o inventário do licenciamento prévio não acusou a existência daquela vegetação”. Não imaginava o diretor que em breve as denúncias alcançariam o fato de que a Engevix Engenharia Ltda., responsável pela fraude na elaboração do EIA/RIMA, é responsável também pelo projeto básico e executivo da usina, bem como pelo fornecimento e

montagem dos equipamentos da subestação de distribuição de energia⁴⁵. Além disso, a Engevix tem como principais clientes a CPFL e a DME⁴⁶, e entra como acionista na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em outros empreendimentos com as demais empresas do consórcio BAESA⁴⁷. Portanto, podemos inferir que a relação entre o consórcio e a empresa de engenharia é bastante próxima e que a fraude no EIA/RIMA da UHE Barra Grande tenha interesses mútuos.

O escândalo nacional foi tão grande que o IBAMA decidiu multar a Engevix em 10 milhões de reais pela fraude, o caso se arrastou até o início de 2006, quando o IBAMA cassou o registro da empresa no Cadastro Técnico Federal. No entanto, a Engevix recorreu, não pagou a multa e continua se destacando no ramo, inclusive com organização de eventos, como o que aconteceu em Florianópolis, em outubro de 2007. Segundo o jornal *Gazeta Mercantil* (Agenda), de 10 de outubro de 2007:

Florianópolis recebe profissionais e especialistas em barragens de todo o mundo, de 25 a 27 de outubro, para o III Simpósio de Barragens de Enrocamento com Face de Concreto. O evento é realizado pelo comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), sob a organização da Engevix Engenharia. No evento, profissionais da Engevix apresentarão trabalhos sobre as hidrelétricas de Itá, Campos Novos, Barra Grande e Itapeba.⁴⁸

Para termos uma idéia mais ampla da cobertura da imprensa na época da denúncia, trago dados do principal jornal de Santa Catarina, o *Diário Catarinense*, da RBS. Segundo Medeiros (2005, p. 66), de 23 de outubro de 2004 a 23 de novembro do mesmo ano, período em que foi feita a denúncia e o MAB iniciou suas mobilizações mais intensas, o jornal “publicou 13 matérias relacionadas à Barra Grande, sendo que destas, 11 foram escritas pelo mesmo repórter e seis foram manchete”. Ele ressalta que, das 13 matérias veiculadas, nenhuma delas aborda a situação da mata de araucárias que seria encoberta e também não menciona que o consórcio BAESA é formado pela subsidiária de uma multinacional e por grandes grupos nacionais do ramo energético e de cimentos.

Mesmo com a cobertura pela imprensa, o que chamou a pauta sempre foram as questões ambientais e problemas com o IBAMA que “entravava o desenvolvimento do país”.

⁴⁵ Informações obtidas no site do consórcio BAESA. Disponível em: <www.baesa.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2007

⁴⁶ Informação obtida no site da Engevix Engenharia Ltda. Disponível em: <www.engevix.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

⁴⁷ Informação obtida no site da Engevix Engenharia Ltda. Disponível em: <www.engevix.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

⁴⁸ Informação obtida no site da Engevix Engenharia Ltda. Disponível em: <www.engevix.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2007.

Os problemas sociais raramente vieram à tona e, quando surgiam, foram censurados, como esclarece o jornalista Rodrigo Vianna, ex-repórter da TV Globo, demitido após se recusar a assinar um abaixo-assinado defendendo a última cobertura eleitoral da emissora, as eleições de 2006. Em entrevista ao site *Fazendo Media*⁴⁹, Vianna conta o episódio em que sua matéria sobre Barra Grande foi censurada pela Rede Globo:

Eu fiz um Globo Repórter sobre hidrelétricas no Brasil. E esse Globo Repórter nunca foi ao ar. Ele foi produzido, ele foi gravado, ele foi editado, ele foi mandado para o Rio de Janeiro e veio um retorno de que ele não iria ao ar. Era um Globo Repórter sobre hidrelétricas e o enfoque era mostrar o impacto social e ambiental na hora de construir uma usina. Nós mostrávamos o impacto nas populações que moram nas áreas que foram alagadas, o Movimento dos Atingidos por Barragens, mostrávamos uma hidrelétrica na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul que estava em obra e que tinha tido um problema sério porque o primeiro laudo ambiental tava em desacordo com a realidade. Na hora em que foram fazer o segundo laudo descobriram que lá dentro onde haveria o alagamento havia floresta nativa, uma área muito grande que seria prejudicada. Isso não estava no laudo original que tinha autorizado o início da obra. E nós fomos cobrar da empreiteira, a obra tava paralisada, tava uma confusão danada. Então a gente mostrava a questão da população e o meio ambiente, o drama, o Ibama no meio do caminho. [...] Aparentemente a nossa matéria não batia com a linha oficial da emissora.

Mesmo que só em 2004 tenha se deflagrado o conflito pela descoberta da fraude, o MAB vem se organizando na região de Barra Grande desde a concessão da Licença Prévia (LP) pelo IBAMA, em dezembro de 1999. De lá pra cá, os camponeses organizaram inúmeros protestos, trancamentos de rodovias e ocupações da barragem. No final de 2004, quando estavam sendo feitas as denúncias, os agricultores permaneceram acampados nas vias de acesso à obra durante meses, famílias inteiras se deslocaram para lá e várias foram as estratégias criadas para tornar público o ataque aos direitos do cidadão e ao meio ambiente.

Nesse período, a direção nacional do MAB concentrou forças para ampliar o debate do caso e fortalecer uma rede de apoios nacionais e internacionais, numa tentativa de impedimento da barragem, assim como aconteceu com a barragem de Machadinho na década de 80. No entanto, segundo lideranças do MAB, “a BAESA fazia *lobby*, aplicava a política do fato consumado, pois 80% da obra já estava concluída, e pressionava o Ministério de Minas e Energia e o Ministério Público Federal para que abrissem caminho para concessão da LO”, a última licença necessária para início da geração de energia, o que aconteceu em 04 de julho de 2005.

Em 2006, depois de já estar produzindo energia⁵⁰, a situação em torno da usina ainda continuava tensa, a área já estava toda encoberta pela água e os problemas com as famílias

⁴⁹ Vide referências bibliográficas.

⁵⁰ A produção de energia iniciou em 1º de novembro de 2005.

ainda não tinham sido totalmente resolvidos. Foi quando um grupo de quase 500 pessoas ocupou o escritório da BAESA, em Anita Garibaldi. Mais uma vez, assim como em todas as outras situações de protesto, a polícia entrou em ação, mas agora com um complicador, cinco agricultores foram levados presos sem justa causa. “Uma prisão política”, dizem os entrevistados, pois só levaram os coordenadores da mobilização. “As cenas de selvageria foram assistidas por todo o Brasil, através do *Jornal Nacional*, da Rede Globo”, informa boletim publicado pelo MAB⁵¹, após o confronto.

O boletim do MAB anunciava ainda que “a mobilização aconteceu em função dos acordos assumidos pela BAESA há mais de um ano ainda não terem sido cumpridos”, entre eles a aquisição de terras para reassentamento das famílias, liberação de crédito para investirem na agricultura, recuperação sócio-econômica e cultural das comunidades atingidas, entre outros. Já da parte da BAESA, em seu boletim publicado em março de 2006⁵², consta que:

O lamentável episódio ocorrido no último dia 15 de fevereiro, quando o escritório da BAESA foi invadido por integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os colaboradores da empresa foram mantidos como reféns jamais terá justificativa. Nada, absolutamente nada, pode justificar a invasão, o cárcere privado, as ameaças e a humilhação sofrida pelas pessoas que estavam cumprindo seu trabalho. E, embora o incidente jamais se justifique, o Diretor Superintendente da BAESA, Carlos Alberto Bezerra de Miranda, fez questão de responder a todos os itens da pauta de reivindicações apresentada pelo MAB.

Depois desta ação, todo aparato administrativo e de gerenciamento da BAESA transferiu-se para Florianópolis/SC, os camponeses ficaram sem ter com quem negociar diretamente os casos pendentes, e as famílias que não possuíam o título da terra, meeiros ou arrendatários, permanecem sem nada até hoje⁵³, dois anos após o trancamento das comportas para a formação do lago. O que permanece no município é a sede do Centro de Atendimento Socioambiental Caminhos da Serra, que fornece atendimento a turistas e pesquisadores, repassando informações a respeito da usina.

A última mobilização⁵⁴ aconteceu em fevereiro de 2007, quando o MAB ocupou uma madeireira em Anita Garibaldi e formalizou junto ao Ministério Público Federal de Lages a denúncia de que a BAESA e madeireiros da região estavam desviando grande parte das toras de araucária da área do lago, desrespeitando um termo de acordo assinado pelo consórcio,

⁵¹ Informativo Barra Grande (MAB), de fevereiro de 2006.

⁵² Informativo Barra Grande (BAESA), de março de 2007.

⁵³ Período da última viagem de campo, outubro de 2007.

⁵⁴ Considerando a última viagem de campo.

Ministério Público Federal, Movimento de Atingidos por Barragens, IBAMA e Ministério de Minas e Energia, que destinava as toras de araucária para a construção de casas populares. A assinatura deste acordo foi o que permitiu o início da operação da barragem.

Frente a todas estas situações, reconheço o papel hegemônico e contra-hegemônico dos envolvidos com a UHE Barra Grande, vista como um caso emblemático da voracidade do capitalismo, para o qual “o crime compensa”, como dizem as ONGs ambientalistas. E foi nesse cenário que o MAB congregou grande parte da população que ficou a mercê da especulação fundiária pelas empresas de capital nacional e estrangeiro. Depois de muitas mobilizações, protestos e confrontos com a polícia para que a BAESA reconhecesse as famílias como atingidas e as indenizasse conforme o direito de cada uma, estão sendo implantados reassentamentos onde tentam reconstruir suas vidas e resgatar sua cultura.

Todavia, mesmo com a implantação dos reassentamentos, a hegemonia do consórcio BAESA, no caso das indenizações, foi mantida pelo poder econômico que detinha. Em caso de mobilizações, as negociações e a “quebra de braço” eram constantes. A ocupação da obra ou dos escritórios pelos camponeses era a maneira que o povo tinha para pressionar e demonstrar organização; a retirada, muitas vezes, era a única forma de continuarem com as negociações, pois quem detinha o capital financeiro para os reassentamentos eram as empresas.

Por outro lado, a sedução por parte do dominador vinha pela cooptação de algumas pessoas com espírito de liderança dentro do movimento, desmobilizando-o. Segundo lideranças do MAB, esta cooptação era exercida por cargos oferecidos aos agricultores durante a construção da obra, por algum tipo de indenização especial e até por doação de dinheiro a algumas pessoas.

No entanto, a resistência permanecia e em certos momentos o conflito levou aos embates entre a polícia e os camponeses, como mencionei anteriormente. “A polícia, a mando das empresas, foi a força repressora da organização popular, dizem que quando a cooptação não desmobiliza, a repressão deve desmobilizar”, afirmam os atingidos. A ligação entre a polícia militar de Santa Catarina e as empresas é estreita. Com recursos das empresas, foram construídos o Batalhão da Polícia Militar, em Anita Garibaldi/SC, e o Quartel da Guarnição Especial da Polícia Militar, em Lages/SC⁵⁵ e, como já houve inclusive prisões de militantes que protestavam para a garantia de seus direitos, as famílias reconhecem na polícia o “braço

⁵⁵ Dados do Informativo Barra Grande (BAESA), de abril de 2006.

armado” do consórcio e não a segurança para a organização. Isso, aliás, é o que quase sempre acontece em torno de organizações e protestos populares.

Contudo, ao invés da desmobilização das pessoas, o que se percebe é o fortalecimento da consciência de classe, que junto a outros instrumentos que o movimento utiliza, como formação de grupos de base e formação política, leva o conjunto de pessoas envolvidas a desenvolverem uma identidade de projeto. Isso acontece, conforme declara Castells, quando os atores sociais, “utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (1999, p. 24). No meu ponto de vista, é este o quadro que origina as identidades de projeto, às quais associo os integrantes do MAB.

Estas identidades surgem na medida em que os camponeses se contrapõem aos atores hegemônicos, sejam eles as empresas construtoras da barragem, os bancos que financiam a obra ou as empresas de comunicação da região. As identidades de projeto (CASTELLS, 1999, p. 426) “tomam a forma de movimentos sociais de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede”. É o que observo no MAB que, com uma estratégia nacional de intervenção social, constitui-se em movimento social, conforme propõe Castells.

Como medida para amenizar os aspectos negativos que a barragem causou entre os atingidos, o consórcio BAESA, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), organizou um DVD, denominado *Barra Grande – Fronteiras*, e um livro, intitulado *Fronteiras sem divisas: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande*. Com as duas produções, o consórcio fez um levantamento do patrimônio cultural da região que deve retornar à noção de hegemonia, ou seja, as produções são instrumentos que legitimam a ação do consórcio frente à comunidade na medida em que esta, ao dar seu depoimento durante o levantamento de dados, não se coloca na posição de vítima da barragem, mas numa posição favorável e de bom grado para com os organizadores. Preocupados em resgatar aspectos históricos e culturais da região de abrangência de Barra Grande, Pozenato e Ribeiro, no livro de 375 páginas repleto de depoimentos e fotografias, não refletem sobre a condição social das famílias que ficaram desabrigadas. O mesmo acontece com o vídeo de 39 minutos.

Com a construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande, o consórcio BAESA permanecerá na região por 35 anos, podendo ter esse prazo renovado pelo mesmo período. Portanto, a exploração de energia elétrica pelo grupo de empresas está garantida por, pelo menos, uma geração.

Em novembro de 2006, instalou-se na cidade uma sede do Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (IBENS). Conforme publicação do jornal local,

o empreendimento Barra Grande recebeu um forte aliado para superar o desafio de implantar projetos de auto-sustentação para as famílias reassentadas pela empresa. Trata-se do IBENS, uma organização sem fins lucrativos, que firmou parceria com a Fundação Alcoa Internacional, Instituto Alcoa e Instituto Camargo Corrêa. O IBENS recebeu 50.000 dólares da Fundação Alcoa Internacional para a construção de um Centro de Formação de Educação Ambiental em Anita Garibaldi. (Jornal *Correio dos Lagos*, de 22 de novembro a 06 de dezembro de 2006)

Para os coordenadores do MAB, esta é mais uma estratégia do consórcio BAESA de cooptar os camponeses com medidas compensatórias como as que propõem esse instituto. O fato de ser vinculado à Alcoa e a Camargo Corrêa já causa preocupações entre os militantes do MAB. Diante de todos esses fatos, ficam expostas as “feridas” que se criaram nesses oito anos desde que se iniciaram os conflitos entre os dois blocos: MAB e ambientalistas, e BAESA e imprensa local. É claro que a juventude vai assimilando todas essas questões e a reelaboração disso traz conseqüências que se refletem em outros ambientes, como a recepção radiofônica, por exemplo.



Figura 6 – Vista aérea da Usina Hidrelétrica Barra Grande (Vide créditos na lista de ilustrações).



Figura 7 – Vista do barramento do rio Pelotas e início do lago da Usina Hidrelétrica Barra Grande.



Figura 8 – Assembléia do Movimento dos Atingidos por Barragens em novembro de 2004 (Vide créditos na lista de ilustrações).

3.4 Os jovens militantes

O tema juventude sempre despertou interesse na pesquisa social. Nesta investigação, o interesse é pelo fato de ser um período em que o senso de identidade se (re)define conforme a recepção e as mediações que estão envolvidas na vivência juvenil. Para Novaes (2000, p. 46), “biologicamente, o jovem é aquele que, em tese, está mais longe da morte, mais predisposto à vida, tem o gosto pela aventura e a curiosidade pelo novo. Em consequência, tem um lado mais propenso ao revolucionário”, neste sentido, Erickson lembra que

na juventude, os quadros de dependência infantil, começam evoluindo lentamente: já não compete meramente aos mais velhos ensinar aos jovens os significado da vida. É o jovem que, por suas ações e reações, diz aos velhos se a vida, tal como lhes foi representada, contém alguma promessa vital; é o jovem que traz consigo o poder de confirmar aqueles que o confirmam, renovar e regenerar, de rejeitar o que está no poder e revolucionar. (1987, p. 259 apud SOUSA, 1999, p. 25)

Já Groppo (2000) define a juventude como uma categoria social. Para ele, a juventude é uma representação sócio-cultural, uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos a ela atribuídos na sociedade moderna. Na visão de Groppo, a juventude como categoria social é condicionada pela sociedade, pelas relações que mantém, pelas instituições de que faz parte. Por este conceito, a juventude de Anita Garibaldi, contemplada neste estudo, é amplamente condicionada pela situação de classe, que determina a participação no Movimento dos Atingidos por Barragens e, por sua vez, possibilita e incita a militância e o espírito revolucionário entre os jovens.

Ainda sobre a conceituação de juventude, Abramo (1992, p. 20 apud GROPPPO, 2000, p. 26) afirma que abrange “a noção de transitoriedade, na qual a juventude antecede a vida social plena, a noção de projeto, sendo a etapa juvenil como estágio de preparação para uma vida posterior socialmente plena, e a noção de crise e ruptura”. Entre os entrevistados, identifiquei estas três noções, todas elas perpassando o período da inserção no movimento social. Ou seja, coincidentemente à fase da vida pela qual estão passando, o movimento social inicia uma ação articulada na região onde vivem e, pelas condicionantes de sobrevivência, inserem-se nele a princípio apenas como membros e, depois, como militantes orgânicos.

Pelo trabalho de campo e com as entrevistas feitas, mapeei o nível de inserção de cada jovem pesquisado. Dez, entre quatorze, consideram-se militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens. Três deles disseram que estão a caminho da militância. Mesmo fazendo todas as tarefas que um militante faz, ainda não podem se considerar militantes, pois “esta palavra é muito pesada” e, como mencionaram, para ser militante “a pessoa tem que estar na luta por pelo menos dez anos” (conforme referência à fala de um assessor do MAB). “Ser militante é ter uma história de vida e uma história de luta. Tem que ter conseguido alguma coisa em prol das pessoas. E eu estou a caminho, porque a minha história é muito pequena ainda”, reforçou uma entrevistada.

Quanto ao significado da militância, vários deram o sentido da dedicação ao movimento:

“É carregar a bandeira do movimento, se identificar sem ter vergonha de ser o movimento.” (Maria, 21 anos)

“É defender o MAB, ajudar no que for possível.” (Bia, 16 anos)

“É estar disponível para o movimento, estar na ‘peleia’⁵⁶ e trabalhar em grupo.” (Liana, 19 anos)

“É seguir a linha do movimento.” (Martinha, 16 anos)

“É estar indignado, correr atrás de justiça.” (Fabiano, 18 anos)

“É conseguir ver as coisas de um modo diferente, juntar o povo para lutar contra esse sistema.” (Andréia, 20 anos)

Portanto, a militância pode ser resumida em poucas palavras: aderir sem restrições à causa do Movimento dos Atingidos por Barragens e participar afetiva e efetivamente desta organização. E como pude perceber pelas observações, os jovens que entrevistei se dedicam e constroem o MAB em Anita Garibaldi. É certo também que muitas pessoas adultas acompanham o MAB na região, mas é inegável o papel da juventude como protagonista do trabalho de base do movimento: a maioria dos entrevistados é responsável pelas turmas de alfabetização, outros assumem a tarefa de coordenar e articular os municípios e os grupos de base das comunidades da região, um deles é o responsável pelo gerenciamento dos recursos da associação dos atingidos pela barragem, uma das moças é responsável por coordenar o projeto de aqüicultura desenvolvido pelo MAB no lago da barragem⁵⁷, sem mencionar a contribuição que dão nos cursos e encontros de formação.

Guardadas as proporções e as diferenças de atuação da juventude do MAB, Hobsbawn ilustra a excepcional participação de uma geração de jovens na Revolução Cubana:

até a década de 1970 o mundo no pós-guerra era na verdade governado por uma gerontocracia, em maior medida do que na maioria dos períodos anteriores, sobretudo por homens, no fim, ou mesmo no começo, da Primeira Guerra Mundial [...]. Um líder com menos de 40 anos era uma raridade, mesmo em regimes revolucionários surgidos por golpes militares, um tipo de mudança política em geral, promovida por jovens oficiais subalternos, porque esses têm menos a perder que os mais graduados. Daí muito do impacto internacional de Fidel Castro, que tomou o poder com 32 anos. (1995, p. 319)

Grosso (2000) afirma que, pela forte intervenção da juventude em Cuba, assim como em outras tentativas, principalmente dos universitários na década de 60, a imagem da juventude da política passou desde então a ser associada à militância radical de esquerda,

⁵⁶ Termo usado para designar luta.

⁵⁷ Assim como o projeto de alfabetização de jovens e adultos, o projeto de aqüicultura é desenvolvido em âmbito nacional.

invertendo uma associação mais comum na primeira metade do século XX. Sartre (1960, p. 115 apud Groppo, 2000, p. 224) explica que isso se deu ao fato de que naquele país, “os novos desempregados descobriram que o desemprego não era o efeito de um acidente, mas apenas seu destino. Bruscamente, as massas jovens negaram o sistema que lhes negava a vida”.

Considerando a distância no tempo e a diferença no processo de construção histórica, o que aproxima os jovens cubanos da época e os jovens do MAB de hoje é a negação do sistema que lhes negava (e nega) melhores condições de vida, tanto no nível estrutural da sociedade cubana da época, quanto num nível mais imediato (mas também estrutural) em Santa Catarina, em função da construção da UHE Barra Grande.

A identificação com Che Guevara e a apropriação de sua simbologia num contexto de luta é uma constante entre os movimentos sociais, mas principalmente entre os jovens. Durante o período em campo pude perceber uma quantidade significativa entre eles de camisetas, agendas, pôsteres e adesivos com fotos ou dizeres de Che. E conforme as falas ouvidas, não significa apropriar-se de um símbolo que tornou-se “famoso”, com o uso da sua imagem pela indústria cultural, mas significa valorizar o conteúdo político da imagem de Che Guevara. No entanto, o hibridismo cultural é perceptível quando, ao ser estimulada a lembrar de um personagem pobre de telenovela, uma das entrevistadas mencionou um que, em seu quarto, trazia um quadro do revolucionário.

Não podemos negar que os jovens que se mobilizam em função de mudanças sociais são minoria, mesmo assim Novaes (2000) diz que seu ponto de vista sobre a participação da juventude de hoje é positivo. Segundo ela, através de atividades culturais e experimentos sociais, podemos trazer para a agenda pública a questão dos sentimentos e contribuir para mudanças de mentalidade. Historicamente pode-se dizer que a cultura juvenil evoluiu de uma “época de ouro” nos anos 50, para uma fase contestatória positiva nas décadas de 60 e 70, que teve seu auge nos movimentos contra-culturais, e que hoje ela se apresenta de forma fragmentada e em grande parte alimentada pela indústria cultural. No campo, a presença da indústria cultural se efetiva pela intensa penetração dos veículos de massa inspirando valores urbanos no cotidiano juvenil, e, conforme Lopes (1988, p. 25), funcionando como uma “socialização antecipada, resultante do efeito-demonstração do estilo de vida urbano”. É o que também menciona Durston:

a comunicação, através de seus meios massivos como a televisão e o rádio, tem exposto os jovens camponeses a um maior contato com as informações, privilegiando a socialização, uma vez que a expansão desses meios tem sido

acompanhada de uma crescente diversidade de mensagens transmitidas. (1998 apud SPANEVELLO, 2003, p. 37-38),

Considero que, se os meios de comunicação conquistaram uma importância social significativa na medida em que foram se difundindo e evoluindo tecnologicamente, também deve ser levada em conta a re-significação do público no que concerne à recepção de suas mensagens, principalmente, pelos jovens com nível de reflexão um pouco mais elevado, proporcionado pela participação em organizações sociais como o MAB, por exemplo. Portanto, no que tange à consciência de classe, quando observamos a juventude engajada nos movimentos, devemos olhá-la de modo diferente em relação à maioria dos jovens em geral, principalmente por uma capacidade maior de leituras de oposição frente ao conteúdo hegemônico veiculado pelos meios de comunicação.

Contudo, o pertencimento de classe não garante um padrão dominante de leitura, pois outros fatores incidem no processo de recepção. Pelas modalidades de decodificação apontadas por Stuart Hall (2003), além da leitura de oposição, nas análises é perceptível também a leitura hegemônica-dominante e a leitura negociada do conteúdo radiofônico e televisivo, o que revela a presença do hibridismo cultural: de um lado, uma cultura juvenil camponesa que já não é a mesma, cada vez mais se assemelha à cultura juvenil urbana, com identidades que tendem a se organizarem de acordo com o molde urbano-ocidental que foi vinculado à juventude do mundo inteiro pelo consumo do fluxo midiático; e por outro, esta mesma juventude é militante, mantém acesos os princípios de uma sociedade diferente, centrada na justiça social, na distribuição da renda e da terra, na negação das multinacionais, entre outros.

É o que percebi ao entrevistar os jovens desta pesquisa. Se por um lado eles consomem músicas, programas televisivos e radiofônicos, apropriando-se do sentido conotado, de forma direta e integral, e decodificando as mensagens nos termos do código referencial, por outro, através da formação que o MAB lhes proporciona, tomam consciência a respeito da condição de subalternos na sociedade capitalista. Cito duas conseqüências imediatas dessa formação: uma delas é a não aceitação das mensagens radiofônicas, que denigrem o movimento do qual fazem parte, a outra é a luta contra empresas privadas que lhes tiraram o meio de produção e o sustento de suas famílias.

Acredito que essa postura é resultado da presença de um grande número de jovens envolvidos, direta e indiretamente, nas manifestações e demais espaços de organização pela oportunidade que o MAB lhes proporciona. Na região de análise, além dos jovens

entrevistados, outros tantos se destacam no engajamento social. “Na nossa região é mais os jovens que estão organizando as mobilizações, a luta”, confirma uma entrevistada. Ela explica o início de sua militância:

“No começo eu estava meio perdida, me chamaram se eu queria ir dar aula, né. Aí eu fui de cara, tô dentro, podem colocar meu nome lá. Aí começaram a me chamar, a ir nos cursos. Fui no encontrão que teve em agosto do ano passado, em Brasília. E vendo o depoimento das pessoas, isso incentiva bastante.” (Janice, 19 anos)

Utopicamente, a inserção política da juventude contemporânea pode significar a re-ascensão da época em que a militância significava, entre outras coisas, sair às ruas para protestar. A atual desmobilização juvenil é fruto de uma série de valores atrelados ao mundo pós-moderno, e, no dizer de João Pedro Stédile⁵⁸, referência da esquerda nacional, um dos cinco desafios dos movimentos sociais é proporcionar espaços de inserção da juventude, principalmente dos jovens urbanos, resgatando a dignidade e o sentido de fazer política, ou seja, dando-lhes oportunidades de militância.

A fala de Stédile aproxima-se da afirmação de Sousa (1999, p. 28), para a qual “a militância transforma a vida do jovem, educa-o e lhe dá um suporte para criar estratégias que fortalecem sua subjetividade em conflito”, além de ser um espaço onde o jovem pode dirigir sua ação, marcada pelas exigências concretas da proposta coletiva.



Figura 9 – Jovens militantes do MAB, integrantes da pesquisa.

⁵⁸ Em palestra proferida no 2º Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, julho de 2006, Brasília/DF.

CAPÍTULO 4

A RECEPÇÃO A PARTIR DAS MEDIAÇÕES

Este capítulo é dedicado à descrição e análise das entrevistas, a fim de compreender o modo de vida dos jovens camponeses, suas atuações e perspectivas e como, a partir disso, elaboram o sentido atribuído ao conteúdo radiofônico e televisivo. A riqueza de detalhes que as entrevistas carregam é fundamental para elucidar de que forma isso acontece. Para tanto, trabalho duas categorias mediadoras da recepção, a cotidianidade e o movimento social. Além delas, o viés de classe aparece como estruturante das práticas de recepção. Neste capítulo, esboço o mapa do consumo midiático e aprofundo aspectos da recepção televisiva e radiofônica pelos jovens da pesquisa.

Conforme Lopes (1999, p. 124), “a realidade não é suscetível de apreensão imediata”, por isso a estratégia tida como ideal para coleta de dados foi a etnografia. Nas quatro viagens de campo que realizei, além de entrevistar quatorze jovens, pude conviver com oito famílias, pernoitando em suas residências, envolvendo-me nas tarefas do dia-a-dia e alimentando-me com o que me serviam. Assim pude me inserir na cultura desses jovens e absorver, ao menos um pouco, do que conforma o modo de vida de cada um deles. Também passei longas horas conversando com os pais e avós dos entrevistados que me contaram histórias de vida, como se eu fosse uma das poucas pessoas que ainda se interessasse pelo passado. Além disso, acompanhei noticiários e telenovelas com as famílias, o consumo de música pelos jovens e pude observar o espaço da casa destinado aos aparelhos de rádio, TV e DVD, quase sempre os únicos além do aparelho captador do sinal da antena parabólica.

Enfim, pela estratégia metodológica adotada, a cada retorno para casa, minha bagagem de dados empíricos aumentava consideravelmente, e acredito que, somente assim, fui capaz de compreender minimamente como os aspectos da cultura, permeados pela classe, estão inseridos no cotidiano familiar, escolar e de trabalho. Frente a isso, considero que a interpretação é um desafio para o pesquisador que conviveu e se envolveu com os sujeitos de análise e, escolher os dados mais importantes, quando quase tudo interessa, é uma tarefa árdua pois, nas terras que abrigam os entrevistados, a vivência do jovem camponês se frutifica em experiências que reinventam a cotidiano, provocando o pesquisador a fazer um esforço para perceber além da constatação dos fatos.

A convivência com os entrevistados ainda me permitiu apontar como o movimento social está na casa de cada um dos jovens e confunde-se com o dia-a-dia das famílias. Assim, uma das finalidades deste capítulo é possibilitar o entendimento de como a vivência coletiva pela participação no Movimento dos Atingidos por Barragens, tem um significado de resistência à lógica da fragmentação da sociedade contemporânea e, como nos faz pensar Sousa (1999), apesar de admitirmos que a história mudou, nela cabem ainda os sujeitos e suas utopias.

No total de quatorze jovens entrevistados, dez são moças e quatro são rapazes, com idade entre 16 e 22 anos. Somente um deles mora com amigos, os demais residem com a família. Do total de entrevistados, três moram na cidade de Anita Garibaldi em função do trabalho e onze moram na zona rural. Destes onze, nove moram em reassentamentos. Apesar de ter sido reassentada, a família de Carla reside em uma comunidade rural não caracterizada como reassentamento rural coletivo, assim como a família de Fabiano. No entanto, pelo fato de não possuir o título da terra alagada pela barragem na qual plantava, a família de Fabiano não teve direito à indenização pelo consórcio BAESA. Estes dois jovens moram, respectivamente, na comunidade de Rincão dos Salmórias e na comunidade de Santo Anjo.

Os demais moram nos seguintes reassentamentos: Reassentamento Rural Coletivo Santa Catarina (Bia), Reassentamento Rural Coletivo 15 de Fevereiro (Mariana, Elisa, Martinha, Andréia, Rodrigo, Janice), Reassentamento Rural Coletivo Anita I (Cheila e Liana). Dois dos três jovens que moram na cidade, apesar de serem integrantes do MAB, não foram atingidos pela obra: Maria não é natural da região, mas casou-se com um jovem do movimento, e Sandro sempre participou por influência de tios e primos, mesmo que as terras de sua família não tenham sido atingidas pelo lago da barragem.

Dez dos quatorze jovens entrevistados são solteiros. Dentre os solteiros, duas moças têm filhos e moram com os pais (Cheila e Liana). Dos jovens casados, Janice e Rodrigo formam um casal, tem um filho e residem com a família de Janice. Tanto Maria quanto Ivan também possuem um filho e ambos residem com seus respectivos cônjuges. Portanto, seis dos quatorze entrevistados têm filhos pequenos, ou seja, mesmo jovens, já assumem responsabilidades da vida adulta, como o casamento e filhos. Dos entrevistados, alguns são irmãos: Janice e Mariana, Andréia e Martinha, Ivan e Rodrigo.

4.1 Mediações empíricas

O intuito aqui é apresentar a interpretação dos dados empíricos a partir do que propõe Martín-Barbero sobre o conceito de mediação que, em termos genéricos, quer dizer o deslocamento dos processos comunicativos para o espaço da experiência do sujeito, possibilitando o entendimento sobre a interação entre produção e recepção, conforme pontua Escosteguy (2001). É o que faço a partir das duas categorias mediadoras da recepção, a cotidianidade e o movimento social, tidas como organizadoras e reorganizadoras da percepção da realidade em que estão inseridos os jovens desta pesquisa.

4.1.1 Cotidianidade

A cotidianidade é a primeira categoria de análise e é um dos espaços fundamentais para a recepção e decodificação, além de responsável pela organização espacial e temporal do cotidiano. É na cotidianidade, repleta de tensões, que acontece a interpelação fundamental para a tomada de posturas e, conseqüentemente, para a conduta de cada um frente às situações que o fato de ser atingido por uma barragem coloca em suas vidas.

Neste sentido, Nilda Jacks afirma que “o indivíduo, mergulhado em seu cotidiano, está também em sua cultura, portanto, está atravessado por todas as práticas, imagens, valores e símbolos que a constituem”. Ela complementa com a idéia de que

para os estudos de recepção que visam a análise das mediações que sofre o processo, conhecer o cotidiano dos receptores é uma forma de captá-las através de certas práticas que o configuram, conhecer essas práticas cotidianas, na verdade, é a forma mais depurada e mais decantada de conhecer a cultura de certo grupo social. (1999, p. 131)

4.1.1.1 Cotidiano familiar

É no cotidiano familiar que se explicitam os conflitos ou se fortalecem as afinidades entre pais e filhos, refletidos na visão de mundo e na atuação cotidiana dos jovens desta pesquisa. De acordo com Martín-Barbero (2001, p. 305), “não se pode entender o modo

específico que a televisão emprega para interpelar a família sem interrogar a cotidianidade familiar enquanto lugar social de uma interpelação fundamental para os setores populares”. E, para perceber quais são as relações que se estabelecem neste “lugar social” e como elas se constituem, traço um panorama dos elementos que circundam o modo de vida familiar de cada um dos jovens pesquisados.

Quanto à constituição das famílias e ao estado civil dos pais, Liana, Martinha e Andréia têm os pais separados e moram com o pai. Carla tem o pai falecido e os demais têm os pais casados. Antes de serem deslocados das antigas comunidades, expulsos pelo lago da barragem, a renda para a manutenção familiar provinha principalmente da agricultura. Como segunda fonte de recursos, alguns pais também trabalhavam como balseiro⁵⁹, caminhoneiro, negociante de animais em pequena escala, pastor de igreja evangélica, costureira ou artesã. Na agricultura, tinham uma economia de subsistência, produziam para o consumo familiar e só comercializavam o excedente, como é o caso da maioria das famílias camponesas da região. Plantavam principalmente feijão, milho e “miudezas”⁶⁰ e, além do sustento para a família, também separavam o alimento para os animais, guardado em galpões durante o resto do ano.

Hoje, depois de quase todas as famílias atingidas pelo lago da barragem estarem reassentadas, os hábitos não mudaram muito e, aos poucos, retomam a produção de outrora. Se comparados aos anos vividos nas antigas comunidades, nos reassentamentos as famílias chegaram recentemente. Os mais velhos, como é o caso do Reassentamento Rural Coletivo Anita I, tem cerca de quatro anos e os reassentamentos mais novos têm menos de dois anos, como é o caso dos Reassentamentos Santa Catarina e 15 de Fevereiro. Na última viagem de campo, os moradores destes dois reassentamentos de campo ainda estavam construindo a capela, o centro comunitário e o campo de futebol.

Uma das mudanças que ocorreu com a vinda para a nova comunidade é que, no processo de negociação com o consórcio BAESA e indenização das famílias, os camponeses conquistaram uma equipe de agrônomos e técnicos agropecuários que, sob coordenação do MAB, estão acompanhando a instalação dos reassentamentos e, nas propriedades, estão introduzindo a produção de frutas e hortaliças e a criação de gado para a venda do leite, aumentando a rentabilidade familiar.

A grande maioria dos pais é envolvida com o Movimento dos Atingidos por Barragens e esteve presente nas principais mobilizações desde que o movimento começou a ser

⁵⁹ Funcionário público do município de Anita Garibaldi, que fazia a travessia de carros pela balsa, sob o rio Pelotas.

⁶⁰ “Miudezas”, na fala dos entrevistados significa a produção de cebolas, mandioca, batatas, amendoim e outras cultivares produzidas em pequena escala, quase sempre pelas mulheres (mães e filhas), próximas à casa.

organizado na região. Nas palavras dos jovens, os pais “participam do movimento quando tem ato, dão uma força nas mobilizações” e, “mesmo que eles não tenham nenhuma tarefa concreta, participam das ações”. Além das mobilizações, alguns pais são coordenadores dos núcleos de base, a forma nuclear e básica para a composição do MAB enquanto movimento social:

“Na comunidade o pai ajuda como coordenador do grupo.” (Janice, 19 anos)

“O meu pai é coordenador de grupo aqui no reassentamento. Ele sempre participa de reunião para decidir alguma coisa pra comunidade. A mãe acompanha, vai junto.” (Rodrigo, 20 anos)

Ao afirmarem isso, os jovens expressam a consciência de que a conquista da terra é fruto da organização, ou seja:

“Pelo envolvimento do meu pai com o movimento é que nós ganhamos a terra. Agora ele ajuda, vai nas mobilizações, em viagens, é coordenador de grupo.” (Andréia, 20 anos)

“Foi na luta que a gente conseguiu o reassentamento, por isso meu pai é envolvido com a comunidade.” (Cheila, 17 anos)

Portanto, a imagem do pai é o símbolo da conquista, a grande maioria dos jovens menciona que são os pais que participavam dos acampamentos, das mobilizações, das coordenações. O papel da mãe no processo de conquista da terra é secundário e poucas vezes mencionado: ela participou como coadjuvante, sendo a responsável por cuidar da casa quando os demais saíam “para a luta”, por preparar o alimento para que o pai e os filhos levassem para as mobilizações e para os acampamentos e, depois, por permanecer na antiga comunidade por algum tempo até que o marido terminasse de construir a nova casa no reassentamento.

O foco do trabalho não é a questão de gênero, mas é interessante perceber quem administra os negócios da casa e qual a tarefa do pai e da mãe na família. Dos entrevistados, sete admitem que, na família, quem administra os negócios é o pai, cinco jovens dizem que é o pai e a mãe em conjunto e dois dizem que é a mãe quem administra. Já sobre a tarefa de cada um na família, a grande maioria afirma que a mãe é responsável pelo trabalho em casa e do cuidado com os filhos, e o pai é o responsável pela lavoura e pela criação de animais. Na família de Sandro, a única em que a mãe também tem renda própria, ela é responsável pelo pagamento de contas menores e o pai pelas contas mais dispendiosas.

Portanto, nas questões extrafamiliares, como nos negócios com bancos, venda da produção e participação no MAB, a mulher tem um papel secundário e, nas tarefas relativas ao espaço doméstico, possui relevância maior. Já no caso das filhas, estas têm mais liberdade, podendo participar ativamente do MAB, estudar e outras coisas não concebidas para as mães, como permanecer por mais tempo nos acampamentos ou fazer viagens longas para encontros em outras regiões ou estados.

Com a observação em campo, percebi que depois de conquistarem reassentamento, os pais tornaram-se menos ativos politicamente. Hoje se preocupam menos com o MAB e mais com a produção e organização da nova propriedade e, em seu lugar, incentivam a participação dos filhos. A fala de Mariana confirma isso: “Agora o pai participa bem menos, mas já participou muito, meu pai foi até preso por causa das mobilizações do MAB, agora ele cuida mais da roça e nós vamos pra luta”. Carla diz que um dos irmãos e a mãe sabem da importância do trabalho que ela faz e incentivam sua participação. Os irmãos Ivan e Rodrigo relatam que no começo foi difícil, pois a família tinha medo do envolvimento com a polícia, mas agora dão bastante apoio. No caso de Bia e outras jovens, os pais incentivaram para que fossem educadoras das turmas de alfabetização:

“Fizeram a proposta para o pai e o pai me sugeriu. Aí que eu me interessei e comecei a participar mais ativamente. A gente sempre foi do MAB, o pai e a mãe sempre participaram, agora menos, né. É um movimento social, né, a gente faz um trabalho de graça para ajudar as pessoas, enquanto militância. A gente ajuda as pessoas por livre e espontânea vontade.”

Somente três jovens não possuem o incentivo da família: Andréia, Sandro e Liana, sendo que os pais de Sandro e Liana não são inseridos no movimento. Ele afirma que o pai nunca incentivou, mas também não o proibia de participar, sua inserção aconteceu, principalmente, pela influência de tios e primos que foram atingidos diretamente pela barragem e sempre o convidavam para participar das mobilizações. Andréia menciona a falta de clareza política do pai que não a incentiva para participar: “O pai precisa de mim na comunidade para ajudar na roça, eu entendo que ele não tem a clareza política que eu tenho hoje, por isso não quer que eu participe”. Pelo fato de Liana ter um bebê, seu pai insiste para que fique mais em casa para cuidá-lo e não incentiva mais sua participação no MAB.

Esta já não é a mesma situação de Cheila, segundo ela, “quando as atividades são longe de casa, agora que tenho o nenê, a mãe vai junto pra ajudar na ciranda infantil⁶¹. Eles

⁶¹ Ciranda infantil é o nome dado ao ambiente que acolhe as crianças levadas pelos pais às atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais.

incentivam, arrumam o dinheiro, até porque nós somos o movimento, nós que somos os atingidos”. Portanto, por parte da família, a maioria dos pais incentiva a participação dos filhos, nos casos que não o fazem é por necessidades familiares que acreditam ser mais relevantes ou pela falta de conhecimento sobre a organização.

A importância da família para a conservação e o repasse dos valores é uma das coisas mais lembradas pela juventude entrevistada. Dentre eles, foram citados o respeito, a humildade, a dignidade, a confiança, a segurança, a amizade, o companheirismo, o caráter e a educação. Alguns dos valores mencionados são ligados à luta no MAB, como o respeito, citado por Fabiano e considerado “fundamental para continuar na luta”, ou a manifestação contrária às injustiças sociais, mencionada por Maria: “na nossa educação, eles (os pais) trabalharam muito essa questão de se indignar frente às injustiças”. Nesse sentido, a citação de Rodrigo também é importante: “O que eu aprendi bastante com o pai é lutar pelo que é nosso de direito”.

O fato de não assistir a novelas pela má vontade do pai é citado por Carla e retrata uma tentativa de conservar os valores de uma família tradicional:

“Faz pouco tempo que nós temos televisão, faz uns três anos, antes onde nós morava não tinha luz, então não tinha como assistir televisão e o pouco que nós assistia era na casa dos outros. Agora que tem luz eu assisto um pouco, o pai não deixava, porque ele dizia que nós ia fazer besteira, é aquela visão machista, né. Ele dizia que se a gente visse muita novela a gente ia aprender a brigar em casa, porque geralmente na novela passa muita briga em casa, né.”

Por ser evangélica, a família de Cheila também interfere no consumo de mídia, tanto que não possuem televisão em casa; com relação ao rádio, ela faz a seguinte afirmação:

“Como minha família não gosta que a gente ouça qualquer música, às vezes ligo o rádio pra dar aquela ‘acertadinha no relógio’. De vez em quando, eu gosto de ouvir o jornal local, o jornal das Sete, que é o jornal do Brasil. Também na rádio de Campos Novos, agora não sei se está pegando, mas tinha o informativo do MAB e do MST que nós ouvia.”

As duas jovens que mencionam a oposição da família com relação ao consumo midiático, manifestam certa contrariedade a esta atitude familiar. O relato de Carla explicita que o fato de seu pai não a deixar assistir a telenovelas está ligado ao machismo do mesmo. Já o relato de Cheila sobre a ‘acertadinha no relógio’ manifesta uma estratégia usada pela jovem para conferir o horário anunciado na programação e trapacear a mãe para poder ouvir músicas que não as evangélicas, as únicas permitidas na residência, como percebi quando estive em sua casa.

Além de todos os valores citados como aprendizados deixados pela família, os jovens disseram que a “família é o eixo”, “a base para suas vidas”, “o porto seguro para onde sempre podem retornar”. Apesar disso, apenas dois jovens relacionaram a família com a transmissão de costumes, tradições e modo de vida dos pais e avós. Assim, formulo o questionamento: a família de hoje tem tempo para transmitir ensinamentos aos filhos? As respostas foram dadas a partir do ritmo de vida dos pais. Sandro afirma que os pais que moram no interior e que “têm um ritmo de vida mais lento” conseguem transmitir ensinamentos aos seus filhos, o que não acontece com os pais que têm emprego na cidade. A mesma opinião tem Maria que, além da “vida corrida” dos pais que possuem emprego, menciona que o pouco tempo de lazer em casa não é preenchido com os filhos, mas com a TV.

Cinco jovens têm uma visão crítica com relação ao pouco tempo destinado aos filhos em função da presença da televisão e o “pouco tempo” a que se referem não diz respeito às suas próprias famílias, mas às famílias em geral. Ao que parece, para Fabiano, Liana, Andréia e Maria, esta postura é fruto da mediação do movimento social, pois são militantes bastante politizados, com destaque para Andréia e Fabiano que, além da mediação do movimento social, sofrem a mediação do cotidiano escolar de forma bastante incisiva para uma leitura de oposição ao conteúdo televisivo, como trata o item 4.1.1.3. Já no caso de Cheila essa postura é fruto da influência da religião:

“Hoje os pais deixam os filhos por muito tempo na frente da televisão, isso influencia muito no cotidiano, a televisão ensina muita porcária para as crianças.” (Cheila, 17 anos)

“Nas cidades, os pais chegam em casa e ao invés de conversar com os filhos vão assistir televisão ou então o filho vai jogar videogame.” (Fabiano, 18 anos)

“Eu acho que a televisão pode implicar no pouco tempo para transmitir ensinamentos, lá em casa a gente fica sem a assistir às novelas para escutar o pai e os conselhos dele, e nas outras famílias eu acho que não acontece isso.” (Liana, 19 anos)

“Também os pais deixam muito os filhos em escolas e as escolas de hoje não ensinam tudo o que uma criança precisa. Também a televisão influencia. Até outro dia foi uma vizinha lá em casa e deu os parabéns, e dizendo que quando estive lá nunca viu a televisão ligada, porque isso influencia muito no dia-a-dia, no cotidiano. A televisão ensina muita porcária para as crianças.” (Andréia, 20 anos)

“Antigamente existia mais convívio com a família, hoje não se tem muito tempo para conversar, moram na mesma casa, mas parecem estranhos e a televisão rouba o espaço de convivência.” (Maria, 21 anos)

Por outro lado, com as oito famílias que convivi, permanecendo em suas residências para pernoitar, pude verificar que a presença da TV compete com a convivência entre os

membros da família. Digo isso pois senti dificuldades de acompanhar a programação televisiva com todos os membros reunidos. Se permaneciam por algum tempo conversando depois do jantar ao redor da mesa, por exemplo, o fato de ligar a TV os dispersava. Quase sempre somente os filhos permaneciam no ambiente, os pais se recolhiam para os quartos, ou dedicava-se a outros afazeres. Portanto, posso inferir que, para os pais, a TV tem um papel secundário, pois se retiravam quando ela era ligada, os que permaneciam no local eram os filhos; isso aconteceu na casa de Bia, Fabiano, Janice, Mariana e Rodrigo. Destes, somente Fabiano associa o pouco convívio entre pais e filhos à presença da TV, sendo que as famílias a que se refere são urbanas, distintas da sua realidade de camponês.

Segundo Bonin (2005), o espaço familiar é um lugar construído por relações, investido de significação, carregado de apego emocional, de sentimento de pertença, ou seja, o espaço familiar é a manifestação de um investimento de sentido num espaço e, para ser fiel ao pressuposto de que a recepção não é apenas um momento, pela prática etnográfica pude verificar como o popular-memória e o popular-massivo convivem no espaço da família camponesa. Quanto aos locais de recepção, o ambiente da casa reservado à televisão e ao aparelho de som é um ambiente quase “sagrado”. Localizados junto aos demais objetos de valor simbólico como a bíblia, imagens de santos e fotografias de familiares, e ornamentado com flores e guardanapos, estes aparelhos têm um lugar de destaque e o ambiente não é acessível aos membros da família a qualquer hora do dia, mas somente pela manhã, antes de saírem de casa, e à noite, quando as pessoas sentam novamente para assistir à televisão, quando já estão “limpas” do trabalho do dia, ou seja, assim como na igreja, para o consumo televisivo as pessoas só se apresentam em condições distintas das condições de trabalho. Existe, portanto, uma situação ideal e uma preparação para o momento de estar em frente à TV.

A relação com o rádio já não é a mesma. Além do aparelho mais sofisticado, adquirido pela família em função da insistência dos filhos mais jovens, e que permanece junto à televisão no ambiente especial da casa, existe um aparelho de rádio mais simples que acompanha as famílias no dia-a-dia do trabalho. Percebi que, para os mais velhos, a preferência é para notícias e o aparelho localiza-se também junto ao galpão, onde permanecem por mais tempo no serviço com o gado e outros afazeres, e até no bolso da camisa dos homens quando saem para o trabalho na lavoura. E mesmo que a maioria dos jovens diga que ouve notícias, o uso do rádio para eles é principalmente para o consumo de

música⁶², o que acontece também pelo celular, através dos modelos mais modernos e cobiçados que, assim como o rádio de bolso do pai, é levado junto do corpo. A cultura oral, típica de comunidades rurais, é então midiaticizada pelo rádio ou pelo celular.

No que se refere à religiosidade, é mais uma vez no cotidiano familiar que percebo um traço significativo da relação do popular-memória com o popular-massivo. Na região onde desenvolvo o trabalho, a crença em São João Maria⁶³ é parte da memória e da religiosidade popular. Ainda hoje existem os chamados afilhados de São João Maria, crianças doentes cujos pais davam o nome de João Maria Antunes, por exemplo, numa promessa de cura. Um senhor com quem conversei declarou: “Aqui perto tem um poço onde São João Maria passava, parava e benzia. São João Maria é famoso aqui na região, lá onde eu morava também tem o poço que ele benzeu, tem várias histórias sobre ele”.

O fato é que, na maioria das casas dos que relataram sobre a presença de São João Maria, existem quadros ou pôsteres do Padre Marcelo Rossi, um ícone da religião midiaticizada, sobre o qual os mais velhos nos falaram com veemência semelhante aos casos de cura ligados ao monge. No entanto, entre os jovens, a lembrança mais forte é do Padre Marcelo, as informações sobre São João Maria são menores, o que revela um contato mais próximo da juventude com símbolos massivos.



Figura 10 – Ambiente da casa de um dos entrevistados reservado à televisão e ao aparelho de som.

⁶² O gosto pela música é diverso, mas a preferência é para músicas de bandinha, sertanejas e gauchescas.

⁶³ Mencionado no item 2.2.1, sobre “A Guerra do Contestado”.



Figura 11 – Ambiente da casa de um dos entrevistados reservado à televisão.

4.1.1.2 Cotidiano no trabalho

Dos quatorze jovens entrevistados somente Elisa e Fabiano disseram que atualmente não trabalham, mesmo assim Fabiano se considera militante do MAB. Com relação aos demais, trabalham com a família, para o MAB, ou em ambos. Dos que trabalham para o movimento, oito jovens trabalham como educadoras nas turmas de alfabetização de jovens e adultos, num projeto desenvolvido em nível nacional. São elas: Carla, Martinha, Janice, Liana, Mariana, Bia, Andréia e Cheila. Trabalhar ou “militar”⁶⁴ no movimento torna-se a alternativa de renda, já que o trabalho exclusivo com a família, na maioria dos casos, torna-os financeiramente dependentes dos pais. Assim, a inserção no movimento como educador popular é referência de trabalho em uma relação de militância, não caracterizada como uma relação entre patrão e empregado.

Do total de entrevistados, Ivan, Rodrigo e Sandro são os únicos contratados e recebem salários regularmente. Os demais, como é o caso das oito educadoras e de Maria, que coordena o projeto de aqüicultura⁶⁵, não têm uma renda mensal fixa e dependem de convênios firmados entre o MAB e o governo federal.

A relação entre patrão e empregado só é experiência de vida para quatro jovens que já trabalharam como babás (Andréia e Martinha), garçom (Sandro), em uma sorveteria e nos Correios (Janice). Esta situação, na maioria dos casos dos jovens da região que sofrem o

⁶⁴ Expressão usada pelos jovens para se referirem à militância.

⁶⁵ Mencionado no item 3.4, sobre “Os jovens militantes”.

êxodo rural, é estimulada pela pequena quantidade de terras da família, insuficiente para garantir a renda, e pela falta de oportunidades de emprego que marca o cotidiano dos jovens, ocasionando a saída para cidades maiores como Lages e Campos Novos, em Santa Catarina, e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Para as moças, é recorrente o trabalho como babá, reforçando uma das conclusões de minha pesquisa anterior⁶⁶, na qual a maioria das moças que saem da casa dos pais para trabalhar na cidade, assumem ofícios como o de babás.

Mesmo que a maioria dos entrevistados encontre no MAB uma fonte (mínima) de renda, o cotidiano de trabalho dos entrevistados está bastante ligado à agricultura. Com exceção da família de Sandro e de Liana, cujos pais eram caminhoneiro e balseiro, respectivamente, todas as demais sempre dependeram da agricultura para sobreviver. Depois da barragem, só o pai de Sandro continuou não sendo camponês, ainda é caminhoneiro. O pai de Liana foi reassentado e hoje mantém a família com a produção agrícola e, assim como os demais, enfrenta os desafios da profissão nos dias de hoje.

Os jovens entrevistados são bem conscientes desta realidade e, entre as principais dificuldades do trabalho no campo que apontam, está o baixo preço do produto no momento da venda, o que desestimula os agricultores, principalmente a juventude, e em várias situações ocasiona o êxodo rural, como já mencionei. É o que relata Rodrigo:

“Você trabalha, trabalha, trabalha e os teus produtos não valem nada. Isso é uma coisa que me preocupa, pois conversando com as pessoas, muitas delas sentem vontade de largar a roça e ir pra cidade. Trabalhar para a sobrevivência dá bem, mas trabalhar com o objetivo de vender o que produziu, não dá mesmo, é muito complicado.”

Outras dificuldades apontadas são as intempéries da natureza que prejudicam a produção, os altos juros cobrados pelos bancos aos empréstimos concedidos, agravando as dívidas dos camponeses, a falta de incentivo pelos governos, a falta de mão-de-obra na família, pois muitas vezes os filhos foram morar na cidade, a pouca quantidade de terras, a dificuldade de comercialização dos produtos e, por fim, o enfrentamento ao atual modelo de agricultura:

“É difícil os trabalhadores quererem acompanhar o atual modelo de agricultura, a monocultura, eles não tem mais aquela visão de trabalhar com a enxada lá na roça. É só veneno e máquinas e tudo mais, e isso torna a produção muito cara,

⁶⁶ ROSSATO, A. **Movimentos sociais e recepção midiática na formação da identidade dos jovens camponeses**. 2003. 103f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

inviabilizando a comercialização. No fim das contas você trabalha o ano todo de graça.” (Andréia, 20 anos)

Dos onze jovens que moram no interior e ajudam a família nas tarefas do dia-a-dia, Elisa, Mariana, Liana e Carla não gostariam de levar uma vida no campo, principalmente pelas dificuldades de ser camponês nos dias de hoje.

Bia, Janice e Rodrigo desejam morar no campo, mas não gostariam de trabalhar exclusivamente na agricultura, a não ser que tivessem certas condições para isso, tais como trabalhar na própria terra e existir mais incentivo de programas federais. Os quatro restantes (Martinha, Andréia, Fabiano e Cheila) gostariam de viver no campo e ter sua própria família, trabalhando na agricultura, principalmente pela simplicidade da vida do camponês e pela saúde, em virtude da alimentação sem agrotóxicos.

Portanto, mesmo com as dificuldades do trabalho, sete jovens que moram no interior e dois dos que moram na cidade (Ivan e Maria), num total de nove jovens, têm no horizonte a perspectiva de serem camponeses e se envolverem com a criação e trato de animais, com a produção de frutas e hortaliças e a produção de leite, indo para o galpão de manhã cedo e à noite, como presenciei nas viagens de campo. Este cotidiano no trabalho direciona a leitura de oposição ao conteúdo televisivo de cinco jovens que desejam permanecer no campo, os quais negam a representação do camponês desenvolvida pelas telenovelas, por exemplo:

“É como eu falei, eles não colocam a vida real das pessoas pobres que vivem no campo, colocam como pessoas que se vestem mal, que falam mal, tem uma forma de pronunciar as palavras bem diferentes, colocam um sotaque que não é o real de um agricultor. Que um agricultor não fala tão mal assim, nós não falamos tão mal assim, nós não somos aquele caipira relaxado como eles retratam a maioria das vezes. É essa a imagem de uma pessoa pobre, de um agricultor.” (Cheila, 17 anos)

“Geralmente o camponês aparece rasgado, sujo e não é isso.” (Bia, 16 anos)

“Que são caipira e que a roça é o fim do mundo.” (Martinha, 16 anos)

“Muitas vezes aparecem dormindo com as vacas, conversando com os bichos, eu não durmo com os bichos.” (Janice, 19 anos)

“Mostram que não dá para viver no sítio, que lá as pessoas trabalham, trabalham, trabalham e nunca têm nada.” (Andréia, 20 anos)

Além disso, existe uma crítica ao modelo de exploração agrícola que é representado pela TV. Alguns dizem que só são representados os grandes proprietários que possuem milhares de hectares de terra: “Quando é relacionado ao agronegócio, daí mostra fazendas modernas, tecnologia de última geração e grande produção, mas quando é alguma coisa

relacionada à agricultura camponesa, sempre aparecem marginalizados. Sempre a desgraça de alguém, a seca e outras coisas”, relata Rodrigo.

4.1.1.3 Cotidiano escolar

Em relação ao nível de escolaridade, somente Sandro tem ensino superior concluído, estudou Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Liana e Carla estão cursando a faculdade de Letras pela Universidade Castelo Branco⁶⁷. Rodrigo, Maria, Andréia e Fabiano concluíram ou estão fazendo cursos técnicos na área agrícola e de saúde. Janice, Bia, Elisa, Ivan e Cheila concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio e Martinha e Mariana pararam de estudar no 3º ano do Ensino Médio.

Como na maioria das comunidades rurais, os pais dos jovens entrevistados não foram alfabetizados ou estudaram muito pouco, em geral fizeram até a 4ª série primária. Este fato é determinante para a nula ou mínima presença de jornais entre a maioria dos camponeses mais velhos, limitando também o acesso às informações produzidas pelo MAB, quase sempre panfletos ou boletins impressos, únicos instrumentos disponibilizados esporadicamente para informação de sua base. Já com os irmãos é diferente, a grande maioria estuda ou já concluiu o ensino médio, em alguns casos fazem curso superior, facilitando o acesso aos jornais e materiais produzidos pelo movimento.

A participação no MAB é decisiva para a elevação do grau de escolaridade dos jovens quando comparados com a realidade dos camponeses da região, mesmo que o nível de escolaridade dos jovens em geral tenha melhorado pelas oportunidades de transporte das comunidades do interior até a cidade, como tive oportunidade de presenciar, pegando uma carona com a kombi da prefeitura que leva e traz os alunos do interior para a cidade.

Uma das características dos movimentos sociais camponeses da Via Campesina⁶⁸ com relação à educação é a organização de turmas que vão desde a alfabetização infantil, como as escolas itinerantes do MST, até cursos de graduação e pós-graduação em convênios com universidades, como acontece com a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UEGRS), com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo. Além destas referências de ensino, os movimentos da Via

⁶⁷ A Universidade Castelo Branco disponibiliza ensino à distância, modalidade adotada pelas entrevistadas.

⁶⁸ Mencionada no item 3.1, referente à “Movimento social: conceituação e aplicação”.

Campesina também destinam militantes para estudar Medicina e Agronomia em países como Cuba e Venezuela, em convênios com estes países, numa perspectiva de solidariedade de classe entre os povos.

Os jovens do MAB também têm estas possibilidades de estudo, quatro dos entrevistados já estudaram ou ainda estudam nestas escolas. Maria é técnica em Agropecuária Ecológica pela Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceieiro (FUNDEP)⁶⁹, situada em Ronda Alta/RS. Andréia e Fabiano fazem o curso técnico em Saúde Comunitária pelo Instituto de Educação Josué de Castro (ITERRA)⁷⁰, localizado em Veranópolis/RS. Janice estudou na Escola Latino-Americana de Agroecologia⁷¹, que funciona em um assentamento do MST, o Assentamento do Contestado, no Paraná.

Para esta pesquisa, considerar o estudo em escolas ligadas aos movimentos sociais é relevante, pois nelas o sistema é de internato e sob um regime de alternância, com períodos em casa, com a família, e períodos na escola. Nos períodos que passam na escola, permanecem sob um sistema que os disciplina a cumprirem determinados acordos feitos coletivamente. Pelo que pude perceber, as escolas ligadas aos movimentos sociais possuem um alto grau de responsabilidade frente ao engajamento social e à conduta dos seus alunos na sociedade. Quem seleciona e destina os alunos a esta modalidade de educação é o movimento e, ao ingressar na escola, o jovem não vai em busca de um conhecimento somente em benefício próprio, mas em busca do conhecimento para posteriormente aplicar na sua organização. As escolas mencionadas são concebidas política, metodológica e pedagogicamente pelos movimentos que integram a Via Campesina, com exceção do ITERRA, que é coordenado apenas pelo MST e concede vagas aos demais movimentos da Via Campesina.

Mesmo os jovens que ainda não estudam em escolas dos movimentos sociais têm interesse em frequentá-las, principalmente pela modalidade de ensino, “voltado para a realidade das pessoas, a partir da pedagogia do oprimido”. Segundo Maria, tais escolas “buscam manter viva as raízes, porque até então nenhuma escola convencional consegue

⁶⁹ A FUNDEP é uma instituição de ensino gerenciada por alguns movimentos da Via Campesina, entre eles o Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Mulheres Camponesas e Pastoral da Juventude Rural. Reconhecida pelo MEC, oferece cursos técnicos agropecuários, com nível de ensino médio e enfoque para a agroecologia. Além do curso regular, oferece cursos aos militantes dos movimentos, com destaque para a comunicação popular e saúde comunitária.

⁷⁰ O ITERRA também oferece cursos formais reconhecidos pelo MEC, além de cursos informais. Esta escola é do MST, que disponibiliza vagas aos militantes de outros movimentos sociais. Vale mencionar que tanto o ITERRA como a FUNDEP, em convênio com a UERGS administraram duas turmas de Pedagogia da Terra, sediadas no ITERRA e duas turmas de Administração Rural, sediadas na FUNDEP.

⁷¹ A Escola Latino-Americana de Agroecologia também é do MST e disponibiliza vagas aos outros movimentos.

manter viva as nossas raízes”. Além disso, os dois jovens que estudam no ITERRA mencionam o interesse pela formação política que o instituto oferece, um dos eixos pedagógicos deste modo de educação, como afirma Andréia:

“Na escola tem uma formação política muito boa que ensina os jovens a ter uma visão diferente do mundo de hoje, diferente do que passa nos jornais e na televisão, nas revistas. Porque eu entrei lá com uma visão reduzida da sociedade, tem a parte dos pobres e a parte dos ricos, eu não sabia disso, quando entrei lá comecei a perceber.”

Ser educador popular nas turmas de alfabetização de jovens e adultos⁷² é também uma forma de inserção no cotidiano escolar, senão a forma privilegiada de cotidianidade escolar. Como mencionei, oito dos quatorze entrevistados são educadores das turmas de alfabetização organizadas pelo MAB. Todos os relatos manifestam o sentimento de gratificação pelo protagonismo neste processo de alfabetização. O que mais os motiva é a força de vontade das pessoas idosas em aprender. Contam que a maioria dos alunos não sabia escrever nem mesmo o próprio nome e, pelo relato de Liana, o primeiro desejo dos homens depois da alfabetização é tirar a carteira de motorista e, das mulheres, é conseguir fazer seu caderno de receitas. Outros associam a educação de jovens e adultos ao conhecimento da realidade, no cotidiano de suas vidas, ou então à concessão de um direito de todo cidadão que até então lhes fora negado, que é o direito à educação, por fim, à independência com relação à leitura nos mais diversos ambientes, como no supermercado, por exemplo:

“E eles começam a perceber as coisas erradas que acontecem, tipo: não são mais logrados no leite que vendiam, não precisa mais a mocinha do mercado ir lá fazer as compras para eles. Então eles contam a história de vida deles e isso é muito gratificante.” (Andréia, 20 anos)

“Se um dia eles vão comprar alguma coisa, eles não precisam colocar o dedão lá no papel, que eles possam assinar o nome, ter esse orgulho, esse prazer.” (Maria, 21 anos)

“O objetivo da educação do MAB é formar pessoas, não ensinar só o x ou y, mas ensinar a partir da nossa realidade, o preço do feijão...” (Ivan, 17 anos)

“Eu tinha um aluno que se chamava Gilmar, ele não sabia ler nem escrever, ele começou na aula e me disse: professora, a única coisa que eu quero aprender é o meu nome pra onde eu for não ter que ficar colocando o dedão. Eles têm vergonha.” (Martinha, 16 anos)

⁷² As turmas de alfabetização de jovens e adultos fazem parte de um projeto que o MAB instala nos municípios onde tem organização e atua numa perspectiva de ação em nível nacional, em convênio com a Eletrobrás e com o Ministério da Educação (MEC), através do projeto Brasil Alfabetizado.

Mesmo que seis jovens entrevistados não sejam educadores nas turmas de alfabetização, todos eles sabem qual é o objetivo do projeto desenvolvido pelo MAB e, pelas respostas, dizem que a alfabetização não se destina somente ao ensino da leitura e da escrita, mas que tem um objetivo maior: esclarecer os alunos acerca do seu papel na sociedade e do modo como a sociedade está organizada, ou pelas palavras de Fabiano: “entender como o poder atua na sociedade”.

Portanto, pelos dados empíricos, podemos inferir que a escola não é somente o espaço da reprodução das desigualdades, mas também lugar de confronto entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. Além disso, a relação que os jovens mantêm com o cotidiano escolar, seja para a própria educação, seja para a educação de outros jovens e adultos, é interessante, pois parte de um princípio de educação postulada por Paulo Freire, em que a realidade local está diretamente atrelada à metodologia de ensino. Assim, a pedagogia do MAB, baseada em Freire, contribui para a consciência crítica e para uma leitura de oposição à mídia, na medida em que incorpora no cotidiano escolar elementos da realidade que refletem a cultura em que estão inseridos, conforme menciona Fabiano. Segundo ele, quem está educando as pessoas não é mais a escola, mas sim a mídia, “Todo mundo vê que a mídia não passa só o que é certo”, no entanto, “hoje os movimentos sociais estão se unindo para mostrar o que é a educação no campo”.

De fato, os movimentos sociais, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), estão aperfeiçoando a proposta de educação no campo pela apropriação de conceitos e práticas que, até pouco tempo atrás, não estava na pauta dessas organizações. Foi o que presenciei no 2º Encontro Nacional da Educação do MAB, realizado em outubro de 2007, em Brasília, do qual seis entrevistados também participaram e que contou com a pessoa responsável pela coordenação do PRONERA, que esclareceu a proposta pedagógica de educação do campo que está sendo adotada pelos demais movimentos sociais camponeses e que vem dando certo pelo Brasil afora.

Presenciei a aplicação desta pedagogia na aula de uma turma coordenada por Andréia, que tem o Ensino Médio completo, faz curso de técnico em Saúde Comunitária no ITERRA e já participou de vários cursos de formação promovidos pelo MAB. Ela propõe a um grupo de quinze mulheres idosas que desenhem o local onde moravam antes da barragem e o local onde moram agora. Depois do desenho, provocou uma breve reflexão e pediu que escrevessem uma pequena história a partir do que haviam feito. Nos desenhos, representaram a casa na antiga comunidade, algumas desenharam a horta, outras separaram a folha ao meio e fizeram duas imagens, de um lado representaram a casa onde moravam, de outro o lago da barragem.

Apenas três mulheres desenharam o local onde moram atualmente, retratando a vida nova na casa e alguns animais. Pela reflexão após a atividade, percebi, nos relatos das mulheres, o saudosismo de uma terra que ficou submersa, mas que ainda está na lembrança de doze delas. Desse modo, a escola é o ambiente de reviver o que foi presente em suas vidas durante muitos anos, como a casa, por exemplo.

Esta postura com relação à educação e pelas respostas que obtive a respeito do ensino formal nas escolas de Ensino Médio, constato que a avaliação dos jovens sobre o ensino tradicional é negativa. A maioria deles considera que o ensino não é bom o suficiente, conforme o grau de educação que almejam receber. Somente Cheila e Elisa têm uma avaliação positiva do sistema educacional: “ao invés de estarem na escola, um bom número de jovens hoje estão nas ruas assaltando e é na escola onde se aprende que assaltar, roubar e ser bandido não é uma coisa boa”, diz Cheila. No entanto, a atitude de Elisa é conformista quando afirma que “os jovens com oportunidade têm uma boa educação, e para ter oportunidade basta querer”.

Os doze jovens que avaliam negativamente o sistema de ensino tradicional criticam a falta de incentivo do governo para a estruturação de salas de aulas e bibliotecas, mas o que se repete em várias situações é a crítica ao método de ensino aplicado hoje nas escolas. As respostas mais relevantes são as seguintes:

“As professoras ensinam o que não tem significado para as pessoas, a maioria das pessoas lê e não sabe o que leu, porque para elas não é isso o que interessa. Os professores passam uma coisa pronta já, tipo uma receita.” (Martinha, 16 anos)

“Até o segundo grau você tem uma educação voltada só para o vestibular, aprende para passar no vestibular. Para mim, educação teria que ensinar qual o papel da pessoa na sociedade, quem explora quem é explorado, mas você aprende a contar e pronto, você não aprende a pensar e refletir, só estuda para passar nas provas buscando um emprego.” (Sandro, 22 anos)

“A escola tenta terminar com a cultura do povo e colocar um novo conceito na cabeça das pessoas. Se você for conversar com a juventude que estuda, tentam negar a cultura deles, tentam negar que são filhos de camponeses. Por que o próprio sistema educacional hoje ensina que ser filho de camponês e valorizar as suas raízes é uma questão vergonhosa.” (Maria, 21 anos)

“As escolas fazem das pessoas uma manobra, ensinam só para crescer no mercado de trabalho, para ter uma vida boa, mas a maioria não consegue ser rico.” (Andréia, 20 anos)

“Falta uma verdadeira formação humana nas escolas e o acúmulo de conhecimento é para aplicar em uma empresa.” (Liana, 19 anos)

Eles ainda fizeram outras considerações com relação à escola. Pelo parecer de dois entrevistados, “com a privatização do ensino pela existência das escolas particulares”, muitos jovens não conseguem estudar em virtude de dificuldades financeiras e por isso ficam de fora da escola, já que os colégios públicos estão lotados. Em outra situação, Ivan relaciona o ensino escolar de agora com o ensino na época em que seu pai fez os anos iniciais. Segundo ele, “a educação de agora é bem mais fraca, pois o pai faz muitas contas que eu não consigo fazer, mesmo já concluindo o Ensino Médio”.

A respeito do cotidiano escolar podemos inferir que a participação no MAB contribui significativamente para a elevação do grau de escolaridade dos jovens, os quais possuem uma avaliação crítica sobre o sistema de ensino formal. Acredito que tal avaliação tem origem na possibilidade de freqüentarem cursos de aperfeiçoamento disponibilizados pelo MAB para os educadores populares. Além disso, Andréia e Janice, além de serem educadoras, têm sua formação em escolas ligadas aos movimentos sociais, assim como Fabiano e Maria, o que, no meu ponto de vista, aguça o senso crítico dos mesmos e direciona para o fortalecimento da consciência da subalternidade frente à realidade em que estão inseridos.



Figura 12 – Uma das alunas das turmas de alfabetização de jovens e adultos.

4.1.2 Movimento social

Segundo Escosteguy (2001) a crença na ação social como pressuposto essencial para os estudos culturais parece estar sendo posta em xeque por alguns analistas culturais da atualidade. Mesmo assim, acredito que a origem da vertente latino-americana dos estudos culturais, embasada na ação dos movimentos sociais, continua com peso relevante para o entrelaçamento com o âmbito acadêmico.

Foi com este pensamento que, com a segunda categoria de análise, meu interesse situa-se em compreender como a participação no Movimento dos Atingidos por Barragens garante determinadas posições político-ideológicas que se refletem nas leituras que fazem do fluxo radiofônico e televisivo. Como já pontuei no item 3.3, o MAB se caracteriza como um instrumento de disputa pela hegemonia a partir da luta de classe, ou melhor, o movimento é contra-hegemônico na medida em que demarca aos seus integrantes condutas sócio-culturais de resistência e de reivindicação frente à hegemonia do consórcio BAESA.

4.1.2.1 Pertencimento de classe e engajamento

Apesar da pouca idade⁷³, a metade dos jovens entrevistados já têm uma inserção no MAB com cerca de cinco ou seis anos e participam desde as primeiras mobilizações que ocorreram em função da construção da barragem. Seis deles tem uma inserção mais recente, de um ano ou dois, e somente Elisa é mais afastada do movimento, disse que participou apenas de uma mobilização e que, na família, quem mais participa é o pai. Geralmente a iniciação dos jovens no movimento acontece em reuniões, mobilizações ou encontros e cursos de formação. Todos eles, com exceção de Elisa, já participaram de atividades em vários níveis de inserção, desde os núcleos de base nas comunidades e cursos para militantes iniciais, até instâncias de coordenações. As atividades mais lembradas e de maior relevância são as atividades nacionais e as que envolveram conflitos com a polícia:

“Eu fui numa conferência pela redução do preço da energia em Minas Gerais em 2006, fiquei quase um mês lá trabalhando com as pessoas. O movimento estava

⁷³ Os jovens têm entre 16 e 22 anos.

começando a crescer naquela região, então nós fomos em dois de cada estado. Aí nós estava acampada em mais ou menos 250 pessoas no centro da cidade. A polícia bateu em várias pessoas, teve dias que não deixavam nós sair, foi bem complicado, porque as pessoas de mais idade que participavam pela primeira vez ficaram assustados. Aí teve outro dia que a gente foi sair e acabou dando confronto lá na CEMIG, na central de energia de Minas, e muitas pessoas ficaram feridas, machucaram os braços, um ficou de cadeira de rodas.” (Carla, 18 anos)

“Eu participei da Conferência da Terra e da Água, em 2004, em Brasília, também participei do acampamento que recebeu a relatora da ONU, em 2005, em Celso Ramos, aqui perto.” (Martinha, 16 anos)

“Participei de muitas atividades, ocupações da obra e do escritório que deu conflito com a polícia, de marchas, da assembléia popular em Brasília em 2005.” (Liana, 19 anos)

“Eu participo das mobilizações, eu acho importante isso, por que o coletivo tem certa garantia. Se fosse só um atingido reivindicar seus direitos não ia conseguir, mas como vai todo mundo consegue.” (Rodrigo, 20 anos)

O sentimento de pertença de classe é o que revela o grau de envolvimento com a organização. Quando perguntei por que eles estavam no MAB, as respostas não variaram muito: alegaram desde a influência familiar até o senso de indignação e de justiça, “Isso tudo que a gente vive faz com que nasça uma revolta dentro de você, que você tem que estar envolvida”, revelou uma das moças. Dizem que, se no começo participavam por influência dos parentes, depois se sentiam “apegados” e responsáveis pelo MAB, é o que relata Carla:

“Eu entrei, mas não tinha aquela idéia do que eu ia fazer, mas agora a gente se apega, se acostuma e não consegue deixar de lado. Por mais que fique meio parada, você não consegue deixar, porque as lutas que a gente faz são de grande importância e se qualquer um de nós sair, imagina a falta que vai fazer.”

Além disso, dizem que estão no movimento pelo espírito de rebeldia e indignação frente à atual sociedade e também por terem consciência da importância da transformação da sociedade. A formação que o movimento lhes proporciona é fundamental para a tomada dessa postura e para a conseqüente participação:

“Praticamente eu dedico toda minha vida ao MAB, até os finais de semana a gente se dedica aos cursos de formação. Aí eu penso, será que nós vamos conseguir mudar? E eu quero dar a maior força pra mudar, porque depende de todos nós.” (Ivan, 17 anos)

“Por toda a formação que eu tive, que vem já de algum tempo. A gente tem uma visão diferente das coisas e sonha na verdade com uma nova sociedade, um novo modelo de agricultura. Esta é a utopia.” (Maria, 21 anos)

“Hoje eu tenho uma visão mais política, por isso eu participo.” (Andréia, 20 anos)

“No movimento eu tive cursos de formação que me levaram cada vez mais para a luta.” (Liana, 19 anos)

“Estou no MAB pra construir uma sociedade diferente, uma sociedade justa, que não haja roubo, que não haja fome no Brasil, que a água seja de todos.” (Fabiano, 18 anos)

“Eu estou pela causa dos meus companheiros, por causa da educação, se esse projeto continuar, eu quero continuar. Pra ajudar as pessoas, porque o Movimento dos Atingidos por Barragens somos nós e nós temos que ajudar as pessoas a conseguir a terra. Então tem que mobilizar mais e mais e ajudar os outros.” (Cheila, 17 anos)

“Eu acho que pela questão do pai, né. Por ele já estar participando e por nós, né, que somos atingidos pelas barragens. Também pela indignação, por ver muitas causas que não são liberadas e tem muitas injustiças que são cometidas pelos grandes.” (Janice, 19 anos)

“É importante e mais do que justa essa luta, e estou nessa atividade por que eu gosto de “lutar”⁷⁴ na agricultura. Se fosse para outro lugar eu estaria trabalhando com veneno e grandes máquinas, sou camponês e não adianta competir com os grandes.” (Rodrigo, 20 anos)

Ou seja, a pertença de classe e a experiência de militância vão ao encontro de características apontadas como geralmente típica dos camponeses, e segundo Martins

as atividades e lutas sociais tendem a ser lutas verdadeiramente comunitárias, motivadas pelo sentimento do dever em relação ao outro, pelo elementar motivo de que o próprio camponês é membro do corpo coletivo do “nós”, de que o outro faz parte. São relações de reciprocidade, motivadas por uma orientação social básica que tem o outro como referência. (2002, p. 80)

Portanto, esse pertencimento de classe os unifica no que Castells (1999) chama de identidade de projeto, manifestada pelo desejo de transformação social, no sentido de serem protagonistas da construção de uma sociedade mais justa, “a nova sociedade” da qual fala Maria, ou então o socialismo, proposta de sociedade a ser concretizada, estabelecida no horizonte do movimento. Outro traço importante é o destaque para a situação de classe, colocando “os grandes” como os causadores da injustiça. Nas palavras dos entrevistados, os grandes podem ser os latifundiários: “Sou camponês e não adianta competir com os grandes” (Rodrigo); ou os construtores da barragem: “Somos atingidos pelas barragens e tem muitas injustiças cometidas pelos grandes” (Mariana).

O sentido da pertença ao MAB também se revela pelas reações quando questionados sobre o que seria diferente se não participassem dessa organização: “Eu não sei o que seria de mim”, “Seria bem diferente”, “Minha vida seria mais vazia”. Portanto, a participação no

⁷⁴ No dizer deste entrevistado, lutar é sinônimo de trabalhar.

movimento preenche um espaço significativo de tempo no cotidiano desses jovens. Conforme apontam Cardoso (1985) e García Canclini (1985), referindo-se ao período de abertura política na América Latina, “os movimentos sociais politizaram questões antes consideradas privadas, introduzindo uma série de mudanças na vida cotidiana das pessoas” (apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 45).

Além disso, os jovens associam a participação no movimento à conquista da terra, ao acúmulo de conhecimento e à formação da consciência crítica:

“Se nós não tivesse participado, a gente não tinha ganhado nada, porque essas terras foram todas uma conquista do MAB.” (Bia, 16 anos)

“Acho que não teria o conhecimento que eu tenho hoje, e nem a formação profissional, com enfoque na agricultura ecológica, isso eu não teria.” (Maria, 21 anos)

“Se eu não estivesse não MAB não teria a consciência que eu tenho hoje, eu não entenderia bem o funcionamento da sociedade, porque aqui tu tem acesso com mais facilidade à informação que não é repassada para a grande maioria das pessoas.” (Sandro, 22 anos)

O fato de serem participantes do MAB também foi fundamental para que continuassem residindo no município. Cinco jovens citaram que, provavelmente, estariam trabalhando em alguma empresa fora de Anita Garibaldi ou fazendo faculdade em outras cidades. Além disso, o movimento foi responsável por resgatar a identidade de camponês da juventude:

“Talvez eu estaria trabalhando numa empresa. Às vezes eu me imagino como qualquer um desses jovens que tem aqui na cidade, empregado num mercado, ou sei lá. Até depois que eu vim pra cá recebi várias propostas de emprego e se eu pensasse na questão financeira eu já tinha ido. Mas com a ajuda que eu recebo do MAB eu consigo viver bem e não tenho o que reclamar. E aqui é uma coisa que eu gosto de fazer, de estar em contato com o pessoal. Até essa semana eu e uns companheiros ficamos uns dias em Florianópolis articulando encontros com o pessoal dos sindicatos e isso é muito bom, eu aprendo muito com isso. O que a cada dia eu aprendo no MAB equivale ao que eu aprendo em um ano no coleginho onde eu estudo. Pra mim, o espaço de aprendizado dentro do movimento é todo lugar, porque a gente luta com o povo, a gente aprende com o povo. Cursos de formação é uma grande coisa que o MAB proporciona a todos os jovens aqui da região.” (Ivan, 17 anos)

“Eu era uma pessoa preconceituosa, tinha vergonha de morar no sítio, eu tinha vergonha de morar na roça, sabe o que é sentir vergonha disso? Eu aprendi desde pequena a ter vergonha do meu pai, a ter vergonha da minha família e agora, nossa, a única coisa que eu tenho é o reassentamento, é o único bem material que eu tenho, porque também é parte minha, porque é da minha luta. Pra mim não existe melhor curso de formação do que um acampamento, ali eu vivi a situação mais importante pra eu poder me tornar membro do MAB.” (Martinha, 16 anos)

O ato inserir-se no MAB desperta o engajamento, inicialmente frágil, mas que, aos poucos, caracteriza-se pela dedicação de grande parte do tempo ao movimento. Constatado que a inserção oportuniza a compreensão do sistema social e sua transformação, reforçado pela identidade de projeto, identificada como princípio do próprio Movimento dos Atingidos por Barragens.

4.1.2.2 O fato de ser atingido pela barragem

Todos os entrevistados se identificam como “atingidos por barragem”, uma expressão forte que, isolada, carrega um tom negativo, pois comumente ser atingido lembra ser ameaçado, como nas situações em que somos atingidos por algum objeto ou moralmente. No entanto, há uma identificação das pessoas com o termo, e não uma relação problemática com ele, apesar de não ser uma expressão oriunda da região de análise e seu uso é consenso desde a origem da organização de camponeses, a qual leva a expressão no próprio nome: Movimento dos Atingidos por Barragens.

Foi o impacto negativo da construção da obra que levou as famílias a se engajarem no MAB, pois todas elas moravam em comunidades do interior antes de serem atingidas pela barragem. E, se ser atingido não é outra coisa senão lutar para não perder sua condição social de camponês, conforme mencionei no item 2.3, o que as barragens representam é justamente a ameaça de migração forçada e para local indefinido, ou seja, insegurança e incerteza quanto ao futuro da família camponesa.

Portanto, a reação contrária à construção das obras acontece pela ameaça que representam ao modo de vida e pela eminência de perder a terra. “A perda da terra significa a perda de seu principal meio de produção e, portanto, da garantia de sua sobrevivência” (SCHERER-WARREN, 1990, p. 30). Tal ameaça se estende também à condição de camponeses:

Deixar aquela terra significa também perder o trabalho nela investido. Um investimento que muitas vezes durou toda uma vida, que traz embutido um projeto de vida realizado ou em realização. São construções (moradias e benfeitorias), são pomares e hortas são lavouras e campos de pecuária e assim por diante. São justamente os mais velhos que lamentam mais estas perdas, visualizando a impossibilidade de recomeçar a vida em outro local. Neste caso, a memória sobre a participação no processo de colonização atua como um fator a mais na rejeição à migração. (SCHERER-WARREN, 1990, p. 31)

São Vicente, Bom Jesus, São Jorge, São Roque, Arroio do Soita e Tafona, estes são os nomes das comunidades submersas pelo lago da barragem, de onde tiveram que sair nove dos quatorze jovens entrevistados porque “alagou todas as terras que o meu pai plantava”, ou então porque “a maioria das terras onde nós plantava ficou debaixo da água e nós tivemos que sair porque não teria mais terras para plantar”, e ainda porque “São Vicente agora está tudo coberto de água” e “o terreno do pai foi atingido e depois que a água chega no lugar, você não pode mais trabalhar”. Conforme tais depoimentos, “plantar e trabalhar naquelas terras” não são apenas verbos sem sentido para as pessoas que foram deslocadas, representam modos de vida, aspectos da cultura camponesa que ficaram submersos.

Antes, durante e depois do deslocamento compulsório as famílias se organizaram em busca de reassentamentos. O que os jovens entrevistados mais recordam desse processo é a união e a luta dos atingidos, num sentimento de coletividade. No entanto, o processo de conquista não foi nada tranquilo, as ordens de despejo, as ameaças e o sentimento de insegurança eram uma constante na vida de cada uma das famílias. Uma das estratégias usadas pelo consórcio era a solução isolada de cada um dos casos, fragilizando a organização dos agricultores. O que os jovens recordam é “das famílias todas unidas na hora de lutar para conquistar” e “das negociações, que sempre a empresa estava tentando tapar os nossos olhos e deixar alguns companheiros de fora, não reassentar alguns companheiros. Por isso nós estava ‘peleando’ para conseguir para todos.”

Como a estratégia do consórcio era a negociação isolada dos casos, algumas famílias tiveram o direito negado: “O terreno do pai foi negado várias vezes. Eles alegavam que o pai tinha como sobreviver com o que sobrou de terra. Mas não dava pra fazer lavoura, tinha só um pedaço, depois eles reconheceram o nosso direito”, afirma Janice. As famílias atingidas indiretamente, que não tiveram terras alagadas, arrendatários de terras atingidas ou que não possuíam o título legal da terra, não foram indenizadas, como é o caso da família de Ivan, Rodrigo e Fabiano. Rodrigo depõe: “Minha família não foi reassentada, mas eu tenho consciência da luta, participei de muitas mobilizações e sei como foi sofrido”. Somente Elisa e Mariana demonstraram alegria com a saída da antiga comunidade, pois lá os terrenos eram íngremes e o trabalho na agricultura muito difícil: “lá as terras eram piores do que aqui”, “lá era muito ruim de trabalhar, eu ajudava direto”, afirmam respectivamente.

“Se a luta é árdua a recompensa é garantida”, afirma Carla. Muitos são os bons momentos vividos pelos jovens enquanto militantes do MAB. O reassentamento é visto como um troféu, e o dia 15 de fevereiro⁷⁵ de 2006, a data que marcou a conquista da terra na região.

“Nossa! Tem tantas conquistas na nossa região que se for bem relatado... A gente vê as outras barragens que tiveram poucas conquistas, mas nós aqui garantimos muita coisa, mesmo abaixo de luta, mas garantimos. Alguns ainda não foram reassentados, tem alguns casos negados, mas nós estamos refazendo o levantamento pra garantir pra todos.” (Ivan, 17 anos)

“Até pra nós conseguir esse salãozinho, nós tivemos que nós organizar, ir lá na frente da BAESA, com faixa, cartazes, senão nós não ia ganhar. Fomos recebidos mal, com palavras agressivas, não foi fácil mas nós conseguimos.” (Cheila, 17 anos)

Em termos gerais, para os jovens da pesquisa, bons também são os momentos de convivência, o aprendizado, as conversas com os companheiros, viagens realizadas, etc. No entanto, vários foram os maus momentos no MAB, os confrontos com a polícia são os mais lembrados, pois marcaram com violência a organização dos camponeses. Principalmente, as prisões e as fugas da polícia revoltam muito as pessoas, como foi o caso da prisão do pai de Mariana e Janice e a fuga de um familiar de Carla:

“Um ponto negativo que ficou bem marcado foi a prisão do pai, e um ponto positivo foi a festa depois que eles saíram da prisão. Foi uma festa enorme, ficou marcado, eu nunca vou me esquecer.” (Mariana, 17 anos)

“A gente vê os companheiros baleados, levados pela polícia e não poder fazer nada, isso é uma coisa muito triste, saber que as pessoas têm que fugir da polícia, ficar um tempo longe de casa, longe da família. E a gente sem saber onde a pessoa está, se a polícia pegou ou ainda não pegou, essas coisas eu acho bem triste.” (Carla, 18 anos)

“Eu lembro de ter levado uma cotovelada de um policial em baixo do queixo, a gente teve um confronto direto com a polícia aqui em Anita. Foi logo no começo da nossa luta. Foi muito triste porque os policiais jogaram bomba de gás lacrimogêneo. Naquela época havia muito conflito mesmo, foi horrível, porque no ato maior que fizemos era muita gente e todo mundo correndo por causa das bombas, aquilo era violência total contra nós.” (Martinha, 16 anos)

“Um momento foi quando eu estava com o meu companheiro e nós tivemos que nos esconder por causa da repressão. Acho que foi o momento mais horrível que nós vivemos dentro do movimento.” (Andréia, 20 anos)

“Mau momento é quando um bicho vale mais que um homem, às vezes o capitalismo dá mais valor a uma vaca, do que a um revolucionário. Isso é um momento ruim, mas traz mais indignação pra lutar, né.” (Fabiano, 18 anos)

⁷⁵ O dia 15 de fevereiro é significativo para os atingidos, pois nesta data ocorreu um dos confrontos mais violentos entre a polícia e o MAB. Em homenagem à data, um dos últimos reassentamentos recebeu o nome de Reassentamento Rural Coletivo 15 de Fevereiro.

Portanto, o fato de ser atingido pela barragem é marcado na vida de cada um dos jovens de forma variada, seja pelos bons ou maus momentos. Constatamos que essa situação foi responsável pela complexificação do modo de vida da maioria deles, desde a saída da antiga comunidade, até a possibilidade de conhecer pessoas que convivem com a mesma problemática, entre tantos outros elementos que poderia citar aqui. Maria, pelo fato de não ser natural da região, e Elisa, por se envolver pouco com a organização, são as que menos carregam o sentido de ser atingidas por barragens, mesmo assim se identificam como sendo do MAB. Portanto, ser atingido por barragem de fato e ser do MAB, às vezes, podem não coincidir: nem todos os atingidos pela UHE Barra Grande integram a organização de camponeses, por outro lado, ser do movimento significa identificar-se com os princípios do mesmo, não necessariamente a pessoa precisa ser atingida por uma barragem, como é o caso de Maria e Sandro.



Figura 13 – Família atingida pela barragem, moradora do Reassentamento Anita I, Anita Garibaldi/SC.

4.1.2.3 Participação política dos jovens

O ponto de vista sobre a participação da juventude em geral na sociedade é positiva. Nas palavras de Martinha, “apesar de terem a idéia capitalista, os jovens são mais críticos, com a capacidade de se indignar”. A maioria dos entrevistados acredita que os jovens em geral têm um grande potencial de participação, no entanto, não querem se envolver com organizações de intervenção social. Os motivos para a não inserção é diversificado, vai desde o pouco incentivo dos pais, passando pela monotonia das experiências existentes, pelo

envolvimento com drogas, pela falta de união entre os jovens e perda de marcas culturais. Outros afirmam que a juventude não se envolve mais por não encontrar espaço de atuação ou desconhecer os movimentos sociais:

“Os jovens de hoje só querem saber de diversão, não existe mais aquela revolta natural da juventude que existia nos jovens de antigamente.” (Cheila, 17 anos)

“A organização da juventude nas comunidades rurais já não é mais tão forte, como por exemplo, foram os grupos organizados pela igreja católica.” (Carla, 18 anos)

“Qual jovem camponês hoje que assume a identidade de um camponês. Se você perguntar se ele prefere passar a noite escutando uma música norte-americana ou atuar no movimento social, o que eles vão dizer?” (Maria, 21 anos).

“Na sociedade, hoje o que a maioria dos jovens fazem não vem mudar em nada, eles não se importam com o amanhã, eles não querem saber de nada.” (Ivan, 17 anos)

“A juventude não tem espaço, ela não é respeitada, eles tentam buscar o mercado de trabalho, tentam atuar na sociedade, só que dali a pouco é tido como alguém que não tem capacidade.” (Bia, 16 anos)

“Os jovens parecem um cavalo que tem aquelas viseiras que impedem de ver para os lados.” (Andréia, 20 anos)

O motivo mais citado para a pouca atuação da juventude e para a falta de engajamento é a presença da mídia, em especial da televisão, fator presente em cinco depoimentos. Percebo que apenas Carla tem esse posicionamento em função do cotidiano familiar, seu pai negava a presença da TV em casa, pois a televisão traria má influência para os filhos, depõe a jovem. Por coincidência, em sua casa e na casa de Ivan e Rodrigo, a luz elétrica e a presença da TV é recente (cerca de cinco anos), o que também marcaria o menor apego a tal mídia. No meu ponto de vista, o principal motivo para que a maioria desses cinco jovens tenha um posicionamento assim é a mediação do MAB, bem como o cotidiano escolar, no caso de Fabiano e Andréia, que estudam no ITERRA, local que estimula um firme posicionamento ideológico dos atores sociais, e possivelmente influa na leitura que fazem da TV. A mediação do movimento é presente na posição dos cinco jovens, já que do total de jovens entrevistados, estes são os mais atuantes politicamente, com exceção de Carla, que também é a única dos cinco que não gostaria de continuar sendo camponesa.

“Os jovens preferem ficar assistindo TV do que fazer qualquer outra coisa.” (Carla, 18 anos)

“Sei lá se os meios de comunicação ajudaram a colocar alguma coisa de bem na cabeça dos jovens ou ajudou a embananar mais, eu acho que ajudou a embananar mais.” (Rodrigo, 20 anos)

“O motivo principal para a pouca atuação é a questão da mídia, o que eles colocam na TV, o sistema capitalista que o mundo vive.” (Ivan, 17 anos)

“A juventude se forma no segundo grau e quer ter um emprego, fazer uma faculdade, ser rico. Eles foram criados dessa forma, a sociedade e a televisão ensinaram assim.” (Andréia, 20 anos)

“Não é que a juventude não tenha vontade, ela não tem o conhecimento porque a mídia já impõe um mundo pronto pros jovens.” (Fabiano, 18 anos)

Quando se referem à interferência da mídia na atuação da juventude, não estão se referindo às suas vidas, mesmo que pela observação *in loco*, essa separação entre o ‘nós’ e o ‘eles’ não funcione de forma tão rigorosa, como explanarei no item 4.3.

Pelos depoimentos dos entrevistados, os demais jovens que participam do MAB são atuantes, compõem a maior parte dos militantes e sustentam o movimento: “se você convida a juventude, eles se responsabilizam, assumem junto”, “eles se envolvem bastante, ajudam nas comunidades, nas turmas da educação, nas mobilizações, eles têm uma visão bem aberta de como é a sociedade”. No entanto, é necessário “que os mais velhos contem mais a história do MAB, como começou e como está indo hoje”, além de “dar mais espaço para essa juventude, que é a forma de manter o movimento vivo”.

Sobre qual seria o papel da juventude no movimento e na sociedade, as respostas foram bem variadas, mas em um ponto quase todas elas convergiram: o papel da juventude seria o de assumir mais postos de liderança nas comunidades e mobilizar mais jovens para a participação social. Segundo Sandro, a necessidade é de “uma agitação direcionada, todos agitam, mas para outras direções que não são para melhorar a sociedade”. Essa referência de Sandro é semelhante à de Maria, quando afirma que “a indignação dos jovens não está voltada para o lado certo”. Ou seja, a “agitação direcionada” e o “lado certo” referem-se ao direcionamento da rebeldia, própria da juventude, para a organização da sociedade e/ou inserção em movimentos sociais.

Ainda com relação à juventude, percebo que os entrevistados têm preconceito frente aos jovens urbanos. Apenas Sandro sempre morou na cidade, mesmo assim o rapaz expressa forte identidade camponesa pela ligação familiar com o campo e, apesar de mencionar que hoje em dia os camponeses são já bastante semelhantes aos jovens urbanos, considera que estes sejam “mais malandros e menos humanos” que os rurais. O preconceito com os jovens urbanos é devido, principalmente, às facilidades que a vida na cidade possibilita, ocasionando poucas responsabilidades aos jovens urbanos, comparados aos jovens camponeses que levam uma vida de trabalho pesado desde os anos iniciais. A convivência familiar é tida como um

ponto positivo para os jovens camponeses em relação aos jovens urbanos, a qual, pelo trabalho dos pais ou pelo envolvimento maior com os amigos, fica prejudicada. Além disso, os jovens camponeses mencionam que o lazer na cidade é um fator de maior integração entre a juventude, no entanto, referem-se a ele de forma pejorativa, pois “só querem saber de festas”:

“Eu acho que os jovens urbanos não tem muito tempo para a família deles porque eles estão ocupados mais com essas coisas de amizades e ficam a maior parte do tempo fora de casa. E os do campo já convivem mais com a família, se vai fazer um trabalho, o filho vai junto. Lá na cidade não tem como levar o filho junto.” (Martinha, 16 anos)

“A gente pensa mais nas coisas, os jovens da cidade são filhos de papai, têm tudo nas mãos. E a gente não, né, se a gente quer alguma coisa, a gente sabe que tem que correr atrás, não vai ficar esperando a vida inteira. Os da cidade são mais acomodados.” (Bia, 16 anos)

“Eu me afino melhor com os jovens do interior, porque eles têm mais a cabeça pensada, porque eles já passaram por mais sofrimento, porque os jovens da cidade geralmente, nem todos, mas uma boa parte, nasceram e se criaram às custas dos pais, não sabem de onde vem o dinheiro, não sabem o que é trabalhar. Os jovens do campo já não. Desde pequeno já estão ajudando as famílias.” (Ivan, 17 anos)

“Os urbanos sempre têm aquela pinta. Os do sítio são mais humildes.” (Andréia, 20 anos)

“O urbano tem muitas discriminações com os rurais, né. Diz: ‘Aquele lá é da roça, é um caboclo, é um caipira, um colono’. E o do campo também diz que o da cidade é um playboyzinho. Mas acho que deveriam parar e se conhecer melhor. Eu também chamava os caras na praça de playboy.” (Fabiano, 18 anos)

“Os rural são mais simples, têm um modo de falar diferente. A maioria, nem todos, mas a maioria dos jovens que vivem nos sítios não tem maldade, são bem diferentes dos da cidade, que tem mais informação, sai pra tudo que é lugar, é bem diferente. Tem um modo diferente de falar, de se vestir. Os jovens do campo não têm muita informação, só através do rádio e da TV. Muitos não têm nem telefone. Tem alguns lugares que ainda não tem luz elétrica, não tem luz, não tem nada.” (Cheila, 17 anos)

“Os jovens urbanos têm uma mentalidade diferente dos jovens rurais, eles não são maduros, não crescem, são meio abobados. Já os rurais, talvez por causa das dificuldades são mais maduros, têm uma experiência mais carregada, mais forte.” (Janice, 19 anos)

“Os jovens da cidade querem ser os tais porque moram na cidade, têm carro e ficam desfilando com o som ligado até enjoar, se acham os lá em cima. E nós do interior gostamos mais de no final de semana jogar um futebol, e ir no campo e dar umas risadas. É assim, e lá na cidade não é assim, lá tem outros interesses.” (Mariana, 17 anos)

“Eu acho que talvez seja o nível de vida, que o jovem urbano por mais que não tenha um nível de vida bom, que ele quer ter computador, eu vejo cada pobretão, do povão, que mesmo que a gente convida para participar das mobilizações, eles se negam.” (Liana, 19 anos)

Os primeiros contatos dos camponeses com a cultura urbana acontecem no cotidiano escolar e, neste espaço, é comum sentirem vergonha de se assumirem como tais, negam sua identidade de camponeses e se colocam numa posição inferior aos jovens urbanos. A expressão “colono” é usada pelos jovens urbanos, principalmente na escola, para legitimar a inferioridade dos camponeses, e ser chamado dessa forma é uma humilhação para jovens que não conseguem sentir orgulho de suas origens. Martín-Barbero (2001, p. 146) diz que a escola “assinala o ponto de partida na difusão de um sentimento de vergonha entre as classes populares de seu mundo cultural”. Esse sentimento, expõe o autor, acaba sendo de culpa e menosprezo de si mesmas (das classes populares) na medida em que se sentem irremediavelmente prisioneiras da in-cultura: “Nossa, quando eu morava no sítio e estudava na cidade a minha carteira era a última, parecia que todo mundo olhavam para mim, que eu era diferente, eu tinha muita vergonha”, relata Andréia.

A valorização dos jovens só acontece quando eles começam a participar de alguma organização social. Ao proporcionar a oportunidade de serem educadores das turmas de alfabetização o MAB parece ser o responsável pelo resgate e valorização da cultura camponesa, pois sete dos nove jovens que criticam posturas dos urbanos são educadores, são eles: Cheila, Andréia, Bia, Mariana, Liana, Janice e Martinha.

Ronsini (1993) desenvolveu um estudo empírico com mulheres camponesas e constatou que elas se identificam como inferiores às urbanas em termos de aparência pessoal, de educação e de poder de consumo. Por outro lado, as práticas culturais dessas mulheres funcionam no sentido de sedimentar o saber transmitido pelos antepassados, seus valores, seu modo de vida, não permitindo que sua identidade se altere significativamente. Com relação à presente pesquisa, nove dos quatorze entrevistados têm preconceito frente aos jovens urbanos e fazem críticas às suas condutas. Mesmo assim, destes nove, sete manifestam o desejo de serem camponeses, são eles: Fabiano, Ivan, Cheila, Andréia, Bia, Janice e Martinha. Quatro destes também são educadores, conforme pontuei acima.

A relação entre o urbano e o rural manifestada pelo cotidiano escolar e pelo resgate da cultura camponesa ao inserir-se no MAB traduz-se nas leituras de oposição que fazem da representação televisiva do camponês, tido como caipira pela fala de três jovens:

“A Mirna era bem caipira, falava tudo errado, queria arrumar um marido de todo jeito e ninguém gostava dela.” (Mariana, 17 anos)

“‘Ela não me quere’, dizia o Carreirinha, botaram o cara falar tudo errado.” (Martinha, 16 anos).

“Eles não colocam a vida real das pessoas que vivem no campo, colocam um sotaque que não é o real de um agricultor. Que um agricultor não fala tão mal assim, nós não falamos tão mal assim” (Cheila, 17 anos)

4.2 A estruturação das práticas de recepção pelo viés de classe

A classe social é um fator importante para detectarmos os modos de apropriação do rádio e da TV, ou seja, é um elemento estruturante das práticas de consumo e de recepção, da produção cultural dos jovens investigados, bem como da produção do sentido daí decorrente. Além de se manifestar empiricamente em todas as fases do trabalho de campo, a classe funciona como uma categoria de mediação estrutural por determinar as duas outras categorias, a cotidianidade e o movimento social. Ou seja, “as mediações só ganham sentido ao serem relacionadas entre si, dentro de determinado contexto” (LOPES et al., 2002, p. 43), e o contexto de que falo está imerso nas práticas sociais vivenciadas pelos jovens de classe popular dessa pesquisa.

Portanto, o espaço privilegiado para apreender alguns dos aspectos das práticas sociais em análise foi a residência dos entrevistados. E, se considero as famílias pertencentes à classe subalterna, faço-o a partir das observações e entrevistas. Das onze residências que visitei, avalio que os nove jovens que moram em reassentamentos têm a casa com melhores condições. A casa de Fabiano e Carla, que não moram em reassentamentos, são as mais humildes. Nos reassentamentos, as residências são praticamente novas e foram conquistadas pelos agricultores no processo de luta por indenização do consórcio BAESA. São feitas de alvenaria e o tamanho de cada uma delas é condizente com o número de membros de cada família. As famílias que tinham melhores condições financeiras, investiram dinheiro próprio para aumentar o tamanho em uma peça ou mais.

Descrevo o ambiente familiar das irmãs Janice e Mariana, moradoras do Reassentamento Rural Coletivo 15 de Fevereiro, e de Fabiano, que não foi reassentado. A família de Janice e Mariana, com quem permaneci por mais tempo, é composta por oito pessoas, contando com o bebê de Janice. Moram em uma casa aumentada em duas peças do projeto original: possui três quartos, dois banheiros (um para o uso doméstico e o outro para uso do trabalho), uma área conjugada de cozinha e sala e uma área de serviço. Possuem os eletrodomésticos básicos: geladeira, freezer, fogão a lenha e fogão a gás, uma televisão, aparelho de DVD, aparelho de som e aparelho de telefone móvel. Não possuem telefone fixo,

computador, máquina fotográfica, inclusive pediram emprestado a minha câmera para fotografar o terreno, os galpões e a casa, pois moravam no local há sete meses e não haviam fotografado.

Nas três vezes que pernoitei na casa das moças, ocupei a cama de um dos irmãos. Quanto à alimentação, basicamente toda ela é produzida pela família e os alimentos preferidos são as frituras, como massas e carnes fritas. Consomem carnes de todos os tipos, com exceção de carne de caça, cujo consumo não presenciei. Também ovos, feijão, arroz, batata, farofa, e paçoca de pinhão, pão, queijo. Outro hábito é o consumo do leite não cozido, bebido com café logo após a ordenha da vaca e conhecido como camargo. Não é comum o consumo de saladas e frutas. Quanto ao abastecimento de água, são construídos poços artesianos nos reassentamentos, dos quais as famílias se abastecem, mediante a cobrança de uma taxa necessária para o pagamento da conta da luz que movimenta o motor do poço. Assim como todas as famílias reassentadas, a casa de Janice e Mariana não dispõe de rede de tratamento do esgoto e coleta de lixo. A família também não dispõe de automóvel e as compras feitas na cidade são transportadas do ponto de ônibus, na rodovia, até a casa com um carrinho de mão, num trajeto de aproximadamente um quilômetro e meio.

A residência de Fabiano é bem mais humilde, feita de madeira, com peças pequenas e teto baixo. Na casa, moram seis pessoas adultas e ela possui cinco peças: três quartos, uma cozinha e um banheiro. Dois irmãos moram ao lado com a avó, em função do pequeno tamanho da casa dos pais. Possuem uma geladeira, fogão a gás e uma televisão. O rádio é emprestado de um amigo e não possuem, entre tantas outras coisas, telefone fixo ou celular. Na noite em que pernoitei em sua casa, ocupei uma das camas que me foi oferecida. São consumidos ovos, feijão, arroz, pão, leite, salada, mandioca, carnes de frango e caça e quirela, um prato típico da região feito à base de milho, todos os alimentos são preparados pela mãe. Não existe saneamento básico e coleta de lixo, e a água para consumo doméstico é recolhida de uma fonte natural, encanada até a casa. Assim como na família de Janice e Mariana, não possuem automóvel e todo o deslocamento até a cidade é feito de ônibus, depois de andar aproximadamente três quilômetros a pé. Além disso, uma das áreas de terras que a família plantava era arrendada e ficou submersa pelo lago. Como não detinham o título desta terra, não tiveram direito a reassentamento. O pouco de terras restante é insuficiente, tanto que, dos oito irmãos, três já saíram de casa para trabalhar em Caxias do Sul.

Estes dois casos são exemplares e os demais não se diferenciam muito, se considerarmos a situação de reassentado e não reassentado. E apesar das condições de vida terem melhorado depois da conquista da terra, podemos afirmar que a subalternidade

permanece também para as famílias reassentadas. Portanto, a condição de classe demarca todas as citações que seguem e, em parte, determina o posicionamento de cada um dos jovens frente à recepção midiática. Porém, é preciso esclarecer que o pertencimento de classe, por si só, não garante determinada leitura do conteúdo midiático. Mesmo assim, constato que, para Fabiano, Maria, Ivan, Rodrigo, Cheila, Andréia, Bia, Sandro, Martinha, ou seja, para nove dos quatorze jovens, a leitura crítica da mídia acontece, principalmente, pela consciência da subalternidade que, no meu ponto de vista, é, em grande medida, atribuída a um conjunto de fatores oriundos da mediação do movimento social.

No que se refere à auto-definição de classe, nenhum jovem entrevistado se define como sendo de classe alta e, mesmo que todos eles sejam pobres, com condições difíceis de sobrevivência como presenciei em campo, cinco dos quatorze jovens se consideram de classe média:

“Eu não vou dizer que me considero pobre porque a gente não passa miséria, não passa necessidade. Mas não me considero rica, então me considero de classe média.” (Carla, 18 anos)

“Nós, eu e a minha família, graças a Deus, a gente tem como sobreviver, não estamos na classe pobre, totalmente o contrário. Temos comida saudável, casa, e o pai conseguiu criar os filhos, né.” (Elisa, 20 anos)

“Média, assim... nunca tive nada de muito luxo, mas também nunca passei fome. Não compro tênis da marca, roupa de marca, mas sempre tive uma roupa boa para usar.” (Liana, 19 anos)

“Eu me considero de classe média, porque baixa eu não sou e alta também não. E graças a Deus vivo tranqüila.” (Janice, 19 anos)

“Nós que moramos aqui no sítio e temos como sobreviver, eu não me considero pobre, eu acho que sou classe média, porque tenho onde morar, tenho o que comer, tenho um dinheirinho que dá pra se manter. Os pobres não têm o que comer, a saúde também não, não têm estudo, não têm o que vestir”. (Mariana, 17 anos)

Constato que as cinco jovens são as menos envolvidas politicamente com o MAB, portanto, possuem uma menor consciência da subalternidade e apenas Janice gostaria de continuar sendo camponesa. Avalio que elas manifestam esta posição por acharem que se encontram em uma situação intermediária ao se compararem com a classe dos pobres e dos ricos. Ou seja, considerar-se de classe média e não de classe baixa, no imaginário delas, é não igualar-se à representação da pobreza veiculada pelos noticiários televisivos.

Faço esta constatação pois, conforme as cinco jovens que se consideram de classe média, nos telejornais, os pobres “nunca têm uma boa profissão”, são: varredores de rua, catadores de lixo e papel, engraxates, pedreiros, operários, são empregadas domésticas,

diaristas. Também aparecem como menores abandonados, pedintes de esmolas, “a impressão que dá é que eles não fazem nada, são desempregados, traficantes”. Quanto à vestimenta, são maltrapilhos, mal vestidos, sujos, têm “a imagem de uma pessoa que não gosta de trabalhar, que não se arruma”, ou então, aparecem “com as roupas meio inadequadas e falando coisas feias, totalmente incorreto”. Na aparência física, “são sem dentes” e, quanto à etnia, “sempre colocam no noticiário quem é pobre e preto”. Aparecem tristes, mas, “na novela são um pouco mais felizes do que na realidade”.

A mesma avaliação da representação dos pobres nos noticiários é feita pelos outros nove jovens que se consideram pobres. O que diferencia os dois grupos é que, para as jovens que se autodefinem como de classe média, a pobreza é uma condição de vida bastante diferente da delas e, mesmo sendo de classe baixa, não são “tão pobres” como os pobres retratados pela TV. Já os que se autodefinem como pobres têm consciência da sua subalternidade, possivelmente porque, destes nove, seis sejam bastante envolvidos com o MAB e oito manifestem a vontade de continuar sendo camponeses.

Os que se dizem pobres, são mais atuantes no MAB e pretendem continuar morando no campo compreendem seis jovens, os quais considero que tenham maior consciência da situação de classe, são eles: Fabiano, Maria, Ivan, Rodrigo, Cheila e Andréia. Além disso, os que se autodefinem pobres têm uma leitura realista dos telejornais, mesmo que critiquem o fato de só ser representado o lado negativo da pobreza.

O ponto de vista dos jovens sobre o que significa ser pobre possui dois aspectos: a carência de bens materiais e a pobreza de conhecimento e de “cultura”, como fala Maria:

“Pelo atual modelo econômico, ser pobre é uma pessoa excluída de tudo, não ter acesso à saúde, não ter acesso à educação, não ter bens materiais, não ter uma casa. São duas formas de caracterizar o pobre, uma é aquela pessoa que não têm bens materiais, uma pessoa que não tem uma casa para morar, uma casa própria, não tem terra, não tem nada. E a outra forma de caracterizar a pobreza é a falta de conhecimento.”

Somente Ivan e Elisa associaram a pobreza à falta de oportunidades. Sandro, Fabiano e Rodrigo associaram-na à falta de consciência de classe:

“Pobre é não ter noção do seu papel na sociedade. Se você não tem noção de qual jogo você faz parte, você não tem chance nenhuma de sair e deixar de ser explorado.” (Sandro, 22 anos)

“Não vou dizer que ser pobre é uma coisa feia. As vezes tu é pobre, mas é digno e as vezes é rico em cima do pobre, ganhou a riqueza explorando o pobre.” (Fabiano, 18 anos)

“Pobre para mim seria alguém que não é capaz de sentir alguma indignação com aquilo que fazem com os outros.” (Rodrigo, 20 anos)

As respostas sobre o que significa ser rico também tiveram dois enfoques. A riqueza como um valor, associada à sociabilidade das pessoas, como por exemplo, a amizade e companheirismo, e a riqueza com origem na exploração de uma classe sobre a outra. O fato de serem militantes do MAB e terem uma consciência de classe mais apurada contribui para que mais entrevistados se refiram a este segundo enfoque. Seis jovens responderam neste sentido: “Rico não trabalha, cresce nas costas dos outros” (Andréia), “Me diz quem hoje que se acha rico que não explora os pobres” (Ivan), “Rico se caracteriza pelo carrão, pela mansão, pela exploração” (Carla), “O rico é explorador” (Fabiano), “Ser rico é explorar os outros, e explorar os pobres” (Maria). “O que caracteriza um rico? Podemos ver pela quantidade de bens materiais que ele possui, por mais que se saiba que ele não trabalhou para ter estes bens, mas sim explorou outras pessoas mais humildes” (Sandro).

Com relação ao poder de compra dos ricos, com exceção de Bia e Liana, que mencionaram a riqueza como fator de sociabilidade e não de classe social, os demais jovens apontam que os ricos podem comprar todas as coisas que os pobres não têm acesso, como saúde, alimento, moradia, educação, lazer, carros. Pela síntese de Rodrigo, “no pensamento capitalista, ser rico é acumular bens”. Mais do que isso, Cheila diz que “Os ricos compram até a dignidade dos pobres. E isso que é o pior, que os pobres deixam se levar pelo dinheiro dos ricos”, e Maria afirma que “Os ricos compram as idéias das pessoas, por que se você tem dinheiro pode manipular as idéias das pessoas”.

Já com relação ao poder de compra dos pobres, dizem que o que estes adquirem é o mínimo: “dependo do grau de pobreza, o pobre não pode ter nem uma casa decente, imagina o resto”, diz Bia. Cinco jovens comparam a pobreza e a riqueza relacionando-as com o poder de compra de alimentos:

“Os pobres vivem do arroz com feijão, os ricos não, eles tem carne com frequência, quase todos os dias. Pobre é muito difícil de ter isso na mesa.” (Carla, 18 anos)

“O rico consegue comprar um alimento de melhor qualidade, consegue comprar um alimento orgânico, já o pobre tem que procurar o que está em promoção, normalmente é um alimento de péssima qualidade.” (Maria, 21 anos)

“O pobre pode comprar farinha e sal pra fazer o pão de cada dia e o rico pode comprar chocolate, pode comprar docinho pra oferecer de aperitivo e esse aperitivo o pobre nunca vai poder ter.” (Fabiano, 18 anos)

Mesmo com a possibilidade que os ricos têm de comprar muita coisa, três jovens disseram que os pobres são mais felizes que os ricos ou então se referem às atividades do cotidiano acessíveis aos pobres:

“Os ricos se preocupam mais com a vida financeira do que com o resto. O pobre não, ele espera engordar o porco, não para matar e vender, mas para fazer uma festa em roda, né.” (Carla, 18 anos)

“No lazer, é jogar uma bola, quando tem dinheiro compra uma cerveja pra tomar com os amigos, escutam uma música com os amigos quando tem um rádio, né. Às vezes enche a cara num boteco porque fica desgostoso da vida. O rico não, ele faz viagens, vai a shoppings.” (Janice, 19 anos)

“O que adianta ter dinheiro se o rico não pode comprar a saúde e a felicidade? Por mais que um pobre esteja sofrendo para comprar um pacote de arroz, ele pode ser mais feliz que o rico.” (Mariana, 17 anos)

Se a noção de riqueza da maioria dos entrevistados passa pela consciência de classe, no meu entendimento também passa pela representação televisiva da riqueza, pois o significado que dão para tal é o mesmo dado aos personagens de telenovelas que representam os ricos. As principais características e o nome de personagens ricos mais lembrados em telenovelas são Beatriz, da novela *Sete Pecados*, e Antenor, da novela *Paraíso Tropical*, ambas as telenovelas da Rede Globo. As caracterizações para Beatriz foram as seguintes: “Ela quer sempre mais”, “Ela faz de tudo para conseguir, nem que precise pisar em cima dos outros para conseguir”, “Ela é uma patricinha mimada, tem uma mansão, compra tudo o que quer e só quer saber de burguesinhos”. Já as caracterizações de Antenor são as seguintes: “Tentam passar a imagem de que, apesar de rico e arrogante, ele é íntegro e honesto”, “Ele é um cara grosso, mandão e a mulher tem ficar subordinada às vontades dele”, “Ele tem muito dinheiro explorando os empregados”.

Dos quatorze jovens entrevistados, somente Elisa, que afirma ser de classe média, gostaria de ser rica e ambiciona ter uma empresa. Os demais não gostariam de ser ricos, principalmente por que as pessoas se aproximam dos ricos por causa do dinheiro e não pela verdadeira amizade. Os nove jovens que se consideram pobres (Rodrigo, Fabiano, Bia, Andréia, Maria, Sandro, Martinha, Ivan e Cheila) dizem que, no máximo, gostariam de ser de classe média para poder viver melhor:

“Eu tendo uma condição de sobreviver bem, tendo o que comer, o que vestir, dando pra fazer uma festinha, tendo um bom conhecimento, pra mim já está bom, não precisa ter milhões no banco, sabe?” (Martinha, 16 anos)

“Não quero ser rica, eu quero ter uma vida digna para poder criar meu filho. Tendo comida na mesa e uma casa para mim morar já chega.” (Cheila, 17 anos)

O interessante é que a única jovem que considera impossível um mundo sem pobreza é a única jovem que ambiciona ser rica. Além disso, Elisa também é a menos engajada de todos os entrevistados, aliás, quase não participa dos cursos oferecidos pelo MAB, o que reforça a constatação de que a participação no movimento contribui para uma consciência de classe melhor definida. A posição de Elisa está impregnada pela ideologia do desempenho disseminada na sociedade. Segundo tal ideologia, não cresce social e economicamente quem não quer, ou seja, a pobreza é um problema individualizado: “Seria muito difícil um mundo sem pobreza, porque muitos não se interessam. Se tivesse trabalho e o governo oferecesse oportunidade, muitas pessoas não iam querer. É culpa das pessoas”, afirma a moça.

Mesmo sendo um pouco distinta, a posição de Ivan também carrega a ideologia do desempenho:

“Se acabar com o latifúndio e com o minifúndio e der oportunidade igual para todos, só continua pobre se não quer trabalhar. Porque tem muitos vadios, e tem pessoas com preguiça até de pensar.”

Mesmo assim, ele aponta que uma das alternativas seria acabar com o minifúndio e com o latifúndio, para isso, continua: “é necessário que os governos e organizações da sociedade civil proporcionem oportunidades às pessoas e não dar apenas dinheiro ou esmolas”. Outras considerações visualizam um mundo sem pobres, mas colocam ressalvas para isso, tais como eliminar o capitalismo e fazer a distribuição da renda:

“Dentro do capitalismo, com o cenário que está hoje, é impossível, a solução seria o socialismo, a propriedade coletiva porque o capitalismo aumenta o número de pobres a cada dia.” (Sandro, 22 anos)

“Sem o acúmulo de pobreza ou riqueza, onde nem todo mundo vai poder ter sua piscina porque vai faltar água, ou ter um carro, pois não teria como se deslocar nas ruas.” (Rodrigo, 20 anos)

“Se as pessoas repartissem o que elas têm, poderia ter um mundo mais justo, sem pessoas morando na rua, sem passar fome, sem pegar doença, porque hoje em dia a doença do pobre também é culpa do rico que bota todo esgoto em cima dos pobres.” (Fabiano, 18 anos)

E quais são as causas da pobreza no Brasil? As respostas variam entre a má distribuição de renda, falta de educação de qualidade e de empregos e a concentração de terras. Dentre estas citações, as mais recorrentes são a má distribuição de renda e a falta de empregos,

mencionadas dez vezes. Deste total, cinco jovens referem a necessidade do governo federal fazer a reforma agrária, como modo de acabar com o latifúndio e distribuir a renda. Mais uma vez, os que opinam dessa forma são os que têm uma consciência da subalternidade melhor definida:

“Nossa! Eu pra mim, todos os latifúndios que existem no Brasil deveriam ser desapropriados, porque o cara que ta lá, tem a terra por algum motivo, se ele roubou, matou, por algum motivo, tem a terra. Então eu acho que as terras deveriam ser repartidas, entrar em negociação. O meu pai praticamente com doze hectares de terra. Ele arrendava também, com muita dificuldade ele criou nós com esse pouco de terra.” (Ivan, 17 anos)

“O latifúndio é uma injustiça e deve ser combatido com reforma agrária.” (Martinha, 16 anos)

“É uma praga, né. Porque nos países ricos já foi feita a reforma agrária, que bem a fundo é uma medida capitalista, só no Brasil, que de tão atrasado que é, ainda não foi feita. Isso é lamentável, como aquela fazenda em São Gabriel de 13.000 hectares, que serve só como reserva de dinheiro. E milhões de pessoas ali sem nada, querendo produzir.” (Sandro, 22 anos)

“Eu acho que o latifúndio impõe um modo de agricultura que não é o nosso. Tem que acabar com isso pra ter mais vida digna no campo.” (Fabiano, 18 anos)

“Eu acho que a luta da reforma agrária tem que continuar e mais do que nunca. Existem muitas terras para serem conquistadas. Tem muita terra parada sem produzir nada.” (Rodrigo, 20 anos)

Se para alguns jovens a causa da pobreza está no latifúndio, tal visão se dá em função do combate dos fazendeiros à atuação do MAB, principalmente por fatores ideológicos e pelo fato do MAB ser bastante próximo ao MST, que historicamente faz lutas pela desapropriação dos latifúndios para a reforma agrária. A aproximação entre os dois movimentos sociais acontece de várias formas, primeiro, porque que na região de Anita Garibaldi, mais precisamente em Campos Novos/SC, existem alguns assentamentos do MST e os assentados, em diversas vezes, participam de ações conjuntas com o MAB na cidade, além de ações organizadas pela Via Campesina, das quais todos os movimentos participam. Em segundo lugar, essa proximidade se dá pela interferência das escolas do Movimento Sem Terra onde alguns jovens estudam e pelas reuniões do MAB que colocam o MST como parceiro. Por isso as seguintes posições:

“Se as terras dos fazendeiros não têm uma ocupação, então eles ficam com medo porque o pessoal dos movimentos pode chegar com o argumento de terra improdutiva, entrar pra cima da terra e conseguir a posse das terras.” (Carla, 18 anos)

“Os fazendeiros nunca moraram na beira do rio pra ver o que é sofrer, né. Eles nunca foram se acampar com nós. O fazendeiro é poderoso porque roubou do povo, ninguém consegue tanta terra sozinho.” (Fabiano, 18 anos)

“Os fazendeiros não têm nenhum tem ligação com o MAB, porque se um fazendeiro foi atingido pela barragem, a empresa acertou diretamente com eles, pra eles a BAESA não pagava o mesmo tanto que pra nós, pra eles pagava mais. O hectare nosso vale menos que o mesmo hectare deles, aí fica a pergunta no ar: por quê?” (Cheila, 17 anos)

“Eles têm uma visão negativa dos movimentos, porque ficam sabendo das coisas pelos meios de comunicação e a gente sabe que os meios de comunicação não expressam realmente o que aconteceu.” (Janice, 19 anos)

Pelas respostas, posso inferir qual a posição da juventude do MAB frente aos fazendeiros e ao latifúndio. Como não podia deixar de ser, é a posição de classe que mais uma vez ressalta. Os jovens responsabilizam os fazendeiros como um dos culpados pela situação de pobreza que vivem hoje, principalmente em virtude do poder de barganha que possuem para tabelar os preços dos produtos no momento da venda:

“Eu considero que o latifúndio seja o grande culpado pela situação que nós estamos vivendo na agricultura hoje, porque assim, quem tem bastante terra produz bastante, mas na hora de vender não vai se preocupar se der alguma quebra. Agora pra quem planta pouco como nós, chega na hora de vender, se o produto é pouquinho, o preço for pouquinho, então ele só vai se ralar. Agora se não existisse os grandes latifundiários, seria bem diferente para nós.” (Carla, 18 anos)

“Enquanto a gente trabalha muito mais que eles, eles ganham um preço muito melhor na venda, porque as indústrias às vezes são deles mesmos. Enquanto o pequeno agricultor tem que trabalhar, trabalhar, trabalhar, e vai vender as coisas e não tem nem preço, às vezes fica até devendo.” (Bia, 16 anos)

Para os jovens, a forma como a desigualdade social se expressa é múltipla. Acontece desde a diferença no tratamento das pessoas em hospitais até a falta de trabalho, passando pelo modo de vestir, pelo preconceito com os negros, principalmente se eles forem pobres. Sobre o preconceito, Sandro diz que hoje o maior preconceito não é entre brancos e negros, mas entre pobres e ricos. Três jovens disseram que é na favela que podemos perceber melhor como se expressa a desigualdade, “lá não tem nada, enquanto no condomínio do lado tem de tudo”, afirmou Maria. A desigualdade social através da concentração de terras é mencionada por Cheila e Liana; esta referiu também as empresas construtoras de barragens como concentradoras dos bens públicos:

“Constroem cada vez mais barragens, eles não estão gerando só energia, eles estão cercando o nosso rio, a nossa água, que é a água doce que a gente bebe. Eles estão cercando e não deixam a gente chegar perto. Aí está a diferença, o pobre mais pobre e o rico cada vez mais rico.”

Nesse mesmo sentido, mas com um pouco mais de profundidade, mesmo expressando com suas próprias palavras, Fabiano mencionou a pirâmide social existente na sociedade:

“Tem uma pirâmide que nós tava estudando, que o povo pobre está segurando os ricos. Onde os ricos estão comendo, tem toda aquela alimentação. O povo não deixa desequilibrar, mas ele tem que deixar desequilibrar pro rico cair. O povo tem que ter essa consciência. E o governo está a favor do capitalismo, joga lá uma cesta básica, um salarinho de 20 reais da Bolsa Família. É um aperitivinho pro povo agüentar e segurar por mais tempo os ricos lá em cima. Se o povo não aceitar esse aperitivinho ali, ele derruba o capitalismo.”

Sobre os motivos de no Brasil ter mais pobres do que nos países desenvolvidos, três jovens não concordam com essa afirmação. Dizem que nos países desenvolvidos também existem muitos pobres, só que não aparecem para não demonstrar a fragilidade dos países ricos: “Não vão querer mostrar na mídia que lá existem pobres, porque se isso acontecer estariam se rebaixando, então existe sim pobreza nos países ricos, mas fica muito camuflado, encoberto”. Os demais concordam que aqui as pessoas são mais pobres e dão alguns motivos, um deles, citado por Sandro, está na origem do nosso país: “O Brasil foi colonizado, explorado desde o início e isso se reflete até hoje”. Outras razões para que tenhamos mais pobres que nos países ricos é o acúmulo de riquezas, falta de investimento do governo e, mais uma vez é lembrada a concentração de terras. Dois jovens mencionaram que, mesmo depois da nossa colonização, ainda os países ricos estão levando embora a nossa riqueza:

“As empresas de fora vem explorar o povo aqui dentro, aumentando o nosso nível de pobreza, os nossos bens estão indo lá para fora, você pode ver pela questão das barragens. O povo estava vivendo bem plantando na beira do rio, daí vem uma empresa, manda o povo embora e fica explorando o rio.” (Maria, 21 anos)

“Hoje em dia os países desenvolvidos são os que estão roubando as nossas riquezas, eles estão se desenvolvendo cada vez mais porque eles vem aqui e tiram as nossas riquezas, eles não se preocupam em investir no povo brasileiro, eles vem e retiram o que é nosso. Daí o povo fica na rua.” (Fabiano, 18 anos)

Somente Elisa não soube dizer por que aqui temos mais pobres. Mas frente a tanta carência, porque a maioria dos pobres não se organizam para lutar por seus direitos? Para quatro jovens os meios de comunicação são os culpados pela falta de organização popular e, mais uma vez, a mediação do movimento social atua na leitura que fazem da mídia e da sociedade.

“Acho que até desanimam de ver na televisão essa roubalheira dos políticos. Aí tentam procurar emprego e não conseguem, aí vem aquelas ajudas do governo... eu

não sou contra, mas tem gente que se acomoda por causa de 80 reais. Não correm atrás das coisas.” (Bia, 16 anos)

“Na verdade os pobres acreditam que o rádio e a televisão passa só verdade. Então tu entra num bairro de pobres, eles comentam que o MAB é baderneiros, essa idéia vem do rádio e a TV.” (Ivan, 17 anos)

“Falta de conhecimento, hoje os pobres não têm muito conhecimento, eles mesmos são manipulados pela própria mídia. Tem muita gente da terra que foi morar na cidade e está passando fome. Mas se você for convidar para entrar nos sem-terra, o que eles vão dizer se a rede Globo só mostra que o MST invade as terras? Por isso que o povo é manipulado por um pequeno grupo que domina ele.” (Maria, 21 anos)

“Eles são ensinados de que devem obedecer um modelo de sociedade, então se não tem ninguém que ajude a abrir a cabeça deles, através da mídia e dos meios de comunicação eles vão ter sempre a mesma visão.” (Andréia, 20 anos)

Além da influência da mídia, cinco jovens ligaram a falta de iniciativa à falta de lideranças nas comunidades para ajudar na organização das pessoas. Mais uma vez somente Elisa não soube dizer por que as pessoas não se organizam para buscar seus direitos e, novamente, Fabiano mencionou aspectos ligados à hegemonia para colocar seu pensamento:

“Eu acho que o pobre, principalmente na cidade, vive uma luta pra matar a fome. O capitalismo dá um empreguinho, uma ajudinha, mas o pobre tem que ficar em casa parado, tem que ficar neutro, não pode ficar se movimentando, se mobilizando. Então o pobre sabe que ele está sendo pisado pelo capitalismo, mas ele não está fazendo nada.”

Os demais jovens associaram a desmobilização popular ao fato de os pobres já estarem acostumados a viver com a pobreza, conformados com a situação: “o pobre se contenta por muito pouco. Eles acham que estão naquela vida porque nasceram e é natural estar daquele jeito, que tem que ser daquele jeito e que vão morrer assim”, mantêm-se alienados, pois “não consegue ter informação suficiente para ter consciência e a partir daí buscar uma mudança”, por medo dos ricos, “como o elefante que ficou muito grande, mas que fica amarradinho no circo, eu acho que é esse o nosso papel, abrir a visão do povo”; assim permanece a dominação dos ricos, “os ricos não querem que os pobres se organizem, pois se isso acontecer, se os pobres se organizar e lutar, podem tirar o que é deles e isso o que o rico quer”.

No que diz respeito às alternativas que os jovens apontariam para solucionar a desigualdade social no nosso país, cinco deles mencionaram que é primordial que se faça a reforma agrária, esta é a principal alternativa. A segunda alternativa lembrada por quatro jovens é a geração de empregos, e a criação de projetos de educação, principalmente para os jovens e adultos, conforme dois deles. Somente Bia e Janice mencionaram que para solucionar os problemas sociais os governantes deveriam proporcionar empregos, distribuir

melhor a renda e dar assistência social às famílias. Programas assistenciais do governo como o Bolsa Família⁷⁶ são questionados por alguns entrevistados: “As pessoas pobres vivem na cidade com a ajuda do Bolsa Família e do Bolsa Escola e se elas fossem para a terra produziriam o seu alimento”, afirmou Maria, 21 anos. Mais uma vez a mídia é citada, agora como fator que impede a solução das desigualdades sociais:

“Nos outros países pelo que dá para acompanhar o povo tem uma mínima organização, agora no Brasil não tem nada, e principal motivo disso, na minha opinião, é a televisão. O principal responsável para a desinformação e a alienação do povo brasileiro é a rede Globo que tem o monopólio da mídia. E 95% da população assiste novela eles passam o que eles querem. E é uma instituição que defende apenas os interesses das elites.” (Sandro, 22 anos)

“Para avançar na distribuição de renda precisa ter mais igualdade e união dos trabalhadores, para isso a gente conseguir derrubar a mídia, cortá o meio de comunicação deles.” (Fabiano, 18 anos)

4.3 Mapeamento do consumo midiático e aspectos da recepção televisiva e radiofônica

Depois de descrever o papel das categorias de mediação, podemos compreender com mais propriedade como acontece o processo de recepção. Ciente de que, na sociedade atual, o fluxo midiático se insere no cotidiano das pessoas através de diversos meios, a princípio farei um breve mapa do consumo de mídia, abordando o consumo de jornal, internet, cinema e teatro, além do consumo televisivo e radiofônico, para os quais dou um destaque mais amplo, pois compreendo que o consumo não acontece de forma compartimentada e que, portanto, existe uma integração de sentidos atribuídos ao conteúdo do rádio, advindos do sentido atribuído ao conteúdo veiculado por outras mídias, como a televisão, por exemplo.

4.3.1 Mapa do consumo de mídia

⁷⁶ O “Bolsa Família” é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com a [Lei Federal 10.836, de 09 de janeiro de 2004](#).

A partir deste mapa do consumo midiático, o interesse é saber o que está presente no cotidiano dos jovens, de que forma acontece a recepção e com que intensidade é o contato com tais mídias. Tenho presente que o contexto onde os jovens estão inseridos não propicia o acesso a muitos meios, ou seja, o fato de serem camponeses subalternos e residirem em um município pequeno e sem muita estrutura de comunicação não facilita o contato com expressões culturais como teatro e cinema, por exemplo, ou então a assinatura de jornais e a compra de aparelhos de áudio e vídeo modernos.

Os jornais são acessíveis a todos os entrevistados e o mais lido é o jornal *Brasil de Fato*, citado por oito dos entrevistados. Este veículo é de circulação nacional e tem como público prioritário a esquerda brasileira. A acessibilidade aos jovens é facilitada pelos exemplares disponibilizados na secretaria do MAB de Anita Garibaldi, assim como também todos os educadores das turmas de alfabetização têm acesso pela assinatura financiada pelo movimento. Além desse jornal, é referido o jornal local, *Correio dos Lagos*; o jornal regional, *Correio Lageano*, de Lages/SC; o jornal de circulação estadual, *A Notícia* e os jornais de circulação estadual no Rio Grande do Sul, *Correio do Povo* e *Zero Hora*.

Depois das rádios, o jornal é o segundo canal de maior veiculação de notícias sobre a BAESA e, pelo resgate da história do *Correio dos Lagos*, de Anita Garibaldi, constato que o jornal se fortaleceu paralelamente à construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Depois de inativo por seis anos, foi reeditado em outubro de 2003, em pleno processo de construção do muro da barragem. Na primeira edição depois de reativado, o jornal destinou uma página tanto para o MAB quanto para o consórcio BAESA veicular suas informações. O MAB teve o espaço de outubro de 2003 a maio de 2004 e, posteriormente, somente em momentos de conflito mais intenso foram veiculadas algumas notas. Já o consórcio possui este espaço até hoje, além de matérias sobre o funcionamento da barragem, produz notícias sobre a ação e investimentos das empresas nos municípios da região, divulgadas no espaço publicitário chamado “Usina de Notícias”. As manchetes anunciam:

BAESA investe mais de R\$ 3 milhões em obras na região (Edição n° 10, de março de 2004)

BAESA entrega equipamento para a Pastoral da Criança (Edição n° 12, de abril de 2004)

BAESA resgata a cultura da região (Edição n° 16, de junho de 2004)

Obra gera empregos para a região (Edição n° 21, de 4 a 18 de setembro de 2004)

BAESA vai permanecer por 35 anos na região (Edição n° 24, de 16 a 30 de outubro de 2004)

Usina trouxe o progresso (Edição nº 33, de 26 de fevereiro a doze de março de 2005)

A leitura que os jovens fazem desse conteúdo é totalmente opositiva, pois “o progresso anunciado pela BAESA não é o mesmo progresso que o nosso”, afirmam. Aqui cabe uma explicação referente ao sistema de comunicação do consórcio que possui um jornalista responsável pela produção de notícias. As mesmas notícias são publicadas no jornal local, *Correio dos Lagos*, no Informativo BAESA, produzido mensalmente pelo consórcio e distribuído gratuitamente na comunidade, no site do consórcio e nas duas rádios de Santa Catarina que veiculam seus comunicados, a rádio Clube e a rádio Transamérica, ambas de Lages. Essa confusão é refletida por Ivan, que faz uma declaração interessante a respeito das notícias no jornal local:

“O *Correio dos Lagos* trás notícias da região, mas são mais divulgadas as notícias que elevam as prefeituras ou a BAESA, tem uma página inteira para a BAESA, eles colocam que a BAESA conseguiu Pronaf⁷⁷ para os reassentamentos, por exemplo, como se fosse eles que tivessem dado, quando isso foi uma conquista nossa.”

Por isso, no imaginário dos jovens, não existe diferença entre o que é veiculado no jornal local, nas rádios e no boletim informativo do consórcio BAESA, pois as notícias são as mesmas, o que muda é a concordância dos tempos verbais, para se adaptar à temporalidade da divulgação pelos veículos.

Como a maioria dos jovens menciona, o grande volume de informações sobre o consórcio nos veículos de comunicação da região se deve ao patrocínio do consórcio, o que confirmado por uma das funcionárias do jornal por mim entrevistada. Segundo ela, como o jornal tem distribuição gratuita, o que mantém sua circulação são os patrocínios do comércio local e, durante muitos meses, o único patrocinador foi o consórcio BAESA. Assim, é natural que o jornal *Correio dos Lagos* veicule informações que “eleve a BAESA”, como se referiu Ivan.

Com relação ao uso da internet, nenhum deles tem acesso em casa, sete jovens não têm acesso regular à rede de computadores, mas já acessaram para pesquisas escolares, além de receber e enviar e-mails e entrar em sites de relacionamentos, como o Orkut, por exemplo. Os outros sete jovens têm acesso à internet freqüentemente em *lan houses* ou na secretaria do MAB, são eles: Fabiano, Maria, Ivan, Rodrigo, Andréia, Sandro e Liana. Estes, além de

⁷⁷ PRONAF significa Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é um sistema de crédito rural do governo federal com o objetivo de proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

fazerem o mesmo uso dos demais, também buscam informações no site do movimento, acessam o conteúdo de jornais e comunicam-se com outras pessoas pelo Skipe ou MSN⁷⁸. Portanto, para os jovens pesquisados, a internet é usual para entretenimento, comunicação e informação.

Teatro e cinema não estão presentes no cotidiano dos entrevistados. Dez dos quatorze jovens nunca foram a uma sala de cinema e nunca assistiram a uma peça de teatro. Os que já tiveram acesso a cinema e teatro foram uma única vez e há muito tempo atrás. Apesar da grande circulação de capital pela instalação da UHE Barra Grande⁷⁹, a cidade de Anita Garibaldi não possui salas de cinema e não disponibiliza acesso a essa modalidade cultural aos seus habitantes. Sobre isso reclama Andréia: “Nunca fui, não tem aqui na minha cidade. Teatro, poxa, eu gosto tanto, valorizo tanto e nunca entrei num teatro”. Fabiano, que estuda na escola dos movimentos sociais, também nunca foi numa sala de cinema convencional, mas disse que, na sua escola, foram criativos o suficiente para disponibilizar este espaço:

“Na minha escola nós temos o nosso cinema, não é de cadeirinha assim, nem aquele telão, mas nós temos também um cinema e um teatro. É um grupo de teatro muito bom e a gente não faz teatro só do socialismo, mas também sobre a realidade e sobre a luta de classes hoje em dia. E teatro de rua também é legal e passa um conhecimento para a gente.”

Dos veículos de comunicação mais usados para buscarem informação, o primeiro da lista é o rádio, citado por cinco jovens: Cheila, Andréia, Janice, Martinha e Carla. Na seqüência está a televisão, mencionada quatro vezes (Rodrigo, Bia, Mariana e Elisa), e a internet, referida três vezes (Fabiano, Ivan e Liana). Mesmo que treze jovens tenham acesso a jornais, este não é o canal mais usado para se informarem, somente quatro jovens (Carla, Andréia, Cheila e Sandro) têm preferência também por jornais. O rádio é citado por Martinha, com destaque pelo fato de que

“quando vai dar uma notícia no rádio você não pega e troca de estação. E a TV, quando começa o jornal, você já pega e troca de canal. O pai assiste jornal, mas aí eu to lavando a louça e não dá pra fazer as duas coisas ao mesmo tempo.”

A preferência dos jovens é para notícias locais, regionais, nacionais ou internacionais, todas elas foram citadas quatro vezes. Destacaram também o fato de procurarem fazer

⁷⁸ O Skipe e o MSN são dois programas de conversação gratuitos, disponíveis na internet.

⁷⁹ A empresa teve uma receita líquida de R\$ 216,319 milhões de janeiro a setembro de 2007. Informação disponibilizada em: <<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Busca.asp?id=61785>>, acesso em: 12 dez. 2007.

associações entre as notícias internacionais com as nacionais, como é caso de Andréia. Ela afirma que nada é transmitido por acaso e, para tentar compreender a lógica das notícias, associa algumas notícias nacionais com notícias de outros países.

Todos os jovens entrevistados disseram que assistem à TV, até mesmo a única jovem que não possui o aparelho em casa por motivos religiosos assiste na casa dos avós ou de amigos. Os rapazes são os menos dispostos a assumirem o gosto pela televisão, dizem que assistem de vez em quando e de preferência para acompanhar o futebol ou noticiários.

Cheila possui uma situação especial, pois, mesmo não possuindo o aparelho, tem o sonho de ser jornalista e apresentadora de telejornal. Perguntei se a família permitiria que ela realizasse seu sonho, sua resposta foi a seguinte: “Esses dias eu até perguntei pro meu pai, olha pai, se um dia eu me formar em jornalismo, estudando pra um dia eu estar lá na TV, será que cabe pra mim? Ele disse que sendo um jornal, não sendo novela ou uma coisa assim, eu poderia, porque no jornal eu vou estar falando a verdade, não vou estar mentindo, não vou estar inventando”. Portanto, mesmo que ela se oponha à representação televisiva do camponês, como mencionei no item 4.1.2.3, tem no imaginário o desejo de estar inserida no ambiente televisivo como local de trabalho, o que, de certa forma, contradiz seu desejo de continuar sendo camponesa.

4.3.2 A recepção televisiva

Aqui o interesse se situa na recepção de telenovelas, telejornais e do *reality show Big Brother Brasil*, numa tentativa de compreender como as mediações se manifestam frente à representação televisiva da pobreza e da riqueza feita por estes programas. Em uma breve conceituação dos gêneros televisivos escolhidos, quanto ao telejornal, Machado (2000, p. 104) diz que este gênero “é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito de eventos. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o seu discurso com relação aos fatos relatados”. Já quanto à telenovela, ela “é tida como um construto que ativa na audiência uma competência cultural e técnica em função da construção de um repertório comum, que passa a ser um repertório compartilhado de representações identitárias, seja sobre a realidade social, seja sobre o próprio indivíduo” (LOPES et al., 2002, p. 23) e, conforme Martín-Barbero, estudá-la é importante, pois “cada dia um número maior de pessoas e setores a vêm como um

espaço de intervenção e culturalmente oferece um campo fundamental para a introdução de hábitos e valores” (1987a, p. 48 apud JACKS, 1999, p. 173). No que tange ao conceito de *reality show*, pelo senso comum, restringe-se a programas de televisão que convertem em espetáculo a privacidade de pessoas anônimas. É o gênero definido por Jost (2007) como tele-realidade, um gênero narrativo que para Alegria (2007) é tido como híbrido, caracterizado pela espetacularização do real, interatividade, apelo emocional, confinamento, entre outras. No caso do programa do *Big Brother Brasil*, trata-se de um híbrido entre a realidade e a ficção - realidade porque se trata de pessoas reais, não de personagens e ficção, porque essas pessoas estão inseridas num contexto artificial, previamente encenado.

Segundo García Canclini, “na América Latina, e especialmente no Brasil, a televisão tem se mostrado um meio estratégico de modernização, cuja lógica empresarial se articula através de formas variadas de integração e de conflito com as demais lógicas sociais, e de onde resultam processos culturais e comunicativos marcados pela ‘hibridização’” (apud LOPES et al., 2002, p. 35). Os depoimentos dos oito jovens que assistem à televisão diariamente (Mariana, Fabiano, Bia, Janice, Elisa, Martinha, Maria, Carla), de preferência os canais da Rede Globo, SBT e Rede Record, revelam alguns aspectos do processo apontado por Canclini.

Os que assistem pouco são Liana, Ivan, Andréia, Cheila, Rodrigo e Sandro. Mesmo não admitindo assistir à TV com frequência, Sandro afirma que não perde o futebol e programas esportivos, também assiste a alguns filmes e “o *Jornal Nacional* para ver o que estão falando, as calúnias que aparecem...”⁸⁰. Já Liana diz que não tem nenhum canal preferido e que não assiste a novelas, e Cheila diz que assiste pouco à TV em função da sua religião, mas que noticiários são toleráveis pela família, então assiste o *Jornal Nacional* na casa de amigos e dos avós. Rodrigo afirma que não tem canal de preferência, mas que gosta de acompanhar os noticiários, faz questão de dizer que não acompanha novelas.

Dois depoimentos merecem atenção a respeito da recepção de TV. Assim como outros jovens, Fabiano, que assiste à televisão diariamente, e Andréia, que diz assistir pouco, justificam-se parecendo que, ao assistirem à TV, estão cometendo algum desvio de conduta ou fazendo algo errado. Ou então, encontram apoio para dizer que assistir à televisão tornou-se secundário em função de outras atividades do cotidiano. Ao que parece, o movimento tornou-se responsável pela diminuição do tempo de consumo televisivo por dois motivos: diminuição do tempo livre e formação de uma consciência crítica:

⁸⁰ Sandro refere-se à “calúnias” numa leitura de oposição que faz a reportagens dos telejornais que denigrem a ação dos movimentos sociais.

“Agora eu assisto pouco, eu assisto mais o que interessa a mim. Até há pouco tempo eu assistia novelas e ficava ali todo dia, agora eu tenho consciência de que aquilo é uma ilusão, uma coisa para chamar o povo para a mídia. Não tenho preferência por canal nenhum, em minha opinião, não existe um canal que passa o que é do povo, que fale sobre a Via Campesina, por exemplo. Quando eu estou mais de folga, eu não vou dizer que não assisto, eu assisto. Mas eu assisto consciente e não é que aquilo ali vai entrar na minha cabeça. Aquilo ali é uma diversão para quando estou cansado.” (Fabiano, 18 anos)

“Eu assisto bem pouco. O canal que eu gosto é um canal que no sábado de manhã tem umas músicas, sabe, bem antigas, o meu pai sempre liga, pega pela parabólica, não é muito assistido, mas eu gosto de ficar ouvindo, tipo Milionário e José Rico, Chico Rei e Paraná. O pai toca as músicas deles no violão. Acho que eu vejo TV uma vez por semana, porque eu dou prioridade para as coisas de casa, para o MAB, pros meus estudos, por que eu tenho que fazer diário de campo, relatórios. Então eu dou prioridade para as minhas coisas, não dou prioridade para a televisão.” (Andréia, 20 anos)

Sobre os programas que mais interessam na TV e que são considerados bons pelos entrevistados, foram citados os programas tradicionalistas, “porque tem rodeios, feiras de animais, programas de bandas” e o *Caldeirão do Huck*⁸¹: “Um dia eu ainda vou escrever pra ele, ele ajuda as pessoas a arrumar a casa, a reformar o carro...”, disse Cheila.

Os telejornais, como o *Jornal Nacional*, *Jornal Hoje*, *Globo Rural*, *Jornal da Record* e *Fantástico*⁸², têm preferência e foram considerados bons por sete jovens: Sandro, Carla, Cheila, Ivan, Andréia, Maria e Liana. Também as novelas estão no gosto da juventude, foram citadas por seis moças: Maria, Bia, Mariana, Martinha, Carla e Elisa. Dessas seis, somente Maria e Carla consideram bons também os telejornais. Além disso, cinco entrevistados disseram que assistem a filmes: Rodrigo, Fabiano, Sandro, Ivan e Janice. Três dos que gostam de filmes também acompanham programas esportivos: Rodrigo, Sandro e Ivan.

Uma leitura de oposição é verificada em três depoimentos relacionados aos telejornais:

“Eu gosto de ver o que está se passando no Brasil e no mundo, eu assisto para criticar, não apenas para ver a notícia e acreditar.” (Sandro, 22 anos)

“O que eu prefiro é jornalismo, mas tem de ver a forma clara com que isto é passado. A gente tem uma formação e sabe que muita coisa que passam não é bem assim.” (Maria, 21 anos)

“Eu gosto muito de assistir o *Jornal Nacional* e comparar as notícias dele com a realidade, sabe. E aí você vê que é totalmente diferente do que se passa, você aprende a ter uma visão crítica do *Jornal Nacional*, sabe. Até a forma deles montarem o programa, por exemplo, a visão que eles colocam dos sem-terra, quando o Willian Bonner ou a Fátima Bernardes falam é um sem-terra rompendo uma cerca, invadindo e uma escuridão atrás. Por que isso? Porque colocam os sem-terra lá em baixo. Por isso que eu gosto de comparar.” (Andréia, 20 anos)

⁸¹ O programa é veiculado aos sábados pela Rede Globo.

⁸² O Fantástico, programa veiculado aos domingos pela Rede Globo, não é considerado telejornal e sim uma revista eletrônica.

Duas outras respostas fazem uma leitura negociada, partem de uma situação de classe e de cultura, e também merecem destaque:

“Tem uma questão que gosto de comparar, por exemplo, no *Globo Rural*, lá eles passam muita monocultura, mas às vezes eles passam coisas que eu acho legal, como coisas da agricultura camponesa. Tem parte do Fantástico que eu acho legal, conta histórias, então eu acho legal e ouço. Não tem um programa que seja totalmente bom.” (Ivan, 17 anos)

“Bons... os únicos que nós assistimos e que eu acho bons são esses que mostram a etnia, a cultura do povo, sabe. Que não esconde a cultura. São programas que quase ninguém assiste, mas são programas bons na minha concepção, porque mostra a minha cultura, o jeito que eu fui criada, como era antigamente, que o pai escutava. Hoje as pessoas não assistem porque foram criadas para não valorizar a cultura, a raiz de onde eles vieram.” (Andréia, 20 anos)

Na lista de programas ruins, o programa *Big Brother Brasil* é citado por onze jovens. A segunda posição é ocupada por programas de auditório, como o *Domingão do Faustão*, *Domingo Legal* e o *Programa do Ratinho*. Por fim, é citado, uma vez cada, o programa *TV Xuxa*, “porque influencia a criança a brincar com algumas coisas impróprias, como armas de fogo”; algumas novelas, “que trazem muita influência para o álcool, drogas” e alguns filmes, “principalmente os filmes de terror”.

Mesmo considerado um programa ruim pela maioria dos entrevistados, três dos quatorze jovens participariam do *Big Brother*, mas somente Elisa participaria por causa do dinheiro e para “conhecer mais esse mundo de televisão”. Fabiano e Rodrigo participariam do programa por considerar um espaço amplo de divulgação do movimento, e por isso mesmo têm consciência de que não permaneceriam por muito tempo na casa. Fabiano diz que não iria para o programa para ganhar a competição, pois na lógica do programa, provavelmente não conseguiria vencê-lo. Queria entrar lá dentro para:

“estar passando a minha realidade. Como o capitalismo acha o rádio ou a televisão pra passar a informação deles e já que a gente não pode acabar de vez com o capitalismo, né, o melhor seria ocupar o espaço deles para divulgar as nossas coisas.”

Os jovens que não participariam do *Big Brother*, não o fariam por diversos motivos, entre eles, e principalmente, pela competição que existe dentro da casa e pela exposição das pessoas. Mesmo sem interesse em participar do programa, quatro deles disseram que assistem por considerarem que, na casa, acontecem algumas coisas parecidas com a realidade, entre os amigos. Mais uma vez aparece a leitura negociada, ou seja, ao mesmo tempo em que resistem

em participar e criticam condutas dos componentes do *Big Brother*, conformam-se em assistir ao programa pela semelhança de casos que acontecem no dia-a-dia.

“Não participaria porque eu não gostaria de ser o centro das atenções e quem está no *Big Brother*, geralmente é o centro das atenções. Eu assisto o programa só por assistir, é legal você saber como por exemplo, algumas pessoas falam a verdade, quando tem votação eu gosto de assistir, porque eles dizem porque votam nas pessoas. Um pouco eles falam nos sentimentos, né. E é o que acontece na nossa realidade.” (Carla, 18 anos)

“Acho que não participaria porque quem entra lá, entra pensando no dinheiro. Tudo bem que eu, nem você sobrevive sem dinheiro, mas lá a gente teria que excluir meus amigos, mentir... e é uma coisa que hoje eu não faço.” (Ivan, 17 anos)

“Não participaria porque eu acho que não faz meu tipo, apesar de eu assistir, de vez em quando. Eu acho parecido com o que acontece na realidade, as intrigas, as fofocas. Eu sei que é só armado, mas é tipo uma novela, que tu começa a assistir e quer ver o final. E por mais que seja mentira, tem alguma coisa verdadeira, porque tudo o que acontece na vida real, acontece lá.” (Martinha, 16 anos)

“Não participaria, é muita besteira. Assim, eu assisto de vez em quando, quando a televisão estava ligada eu assistia. Mas não de ficar acompanhando, saber quem ficou de campeão, ou no paredão.” (Sandro, 22 anos)

“Cruzes, nunca que eu ia lá! Não vale a pena destruir a própria imagem por um milhão de reais, um programa tão baixo, que não traz informação nenhuma para as pessoas e acaba trazendo uma visão errada de família, de amizade.” (Maria, 21 anos)

“Não participaria porque é um jogo, a disputa lá é pelo dinheiro e cada um tenta carrear o outro como se diz, e eu não participaria por causa disso. Eles sobem né, através dos outros e eu não acho certo isso, porque cada um tem que subir por conta própria, né.” (Janice, 19 anos)

“Não participaria, não tem lógica, você vai naquela casa e tem um monte de câmeras, você perde totalmente a privacidade, tem que ficar se cuidando... eu não iria nem pelo dinheiro.” (Mariana)

Quanto à recepção de telenovelas, questionei se assistiam, qual a novela preferida e pedi que relatassem um pequeno resumo da que mais gostaram. Oito jovens disseram que não assistem a novelas, são eles: Fabiano, Ivan, Rodrigo, Cheila, Andréia, Sandro, Liana e Janice. Mesmo assim, três deles (Sandro, Janice e Liana) admitiram que assistem “quando sobra tempo” ou “quando a televisão está ligada”, não sendo uma atividade rotineira e indispensável, pois não é o programa preferido. Destes que não gostam de telenovelas, três foram taxativos (Cheila, Ivan e Fabiano) e dois (Andréia e Rodrigo) disseram que assistiam a novelas até entrarem para o movimento. Andréia é quem dá mais informações sobre isso, mais uma vez confirmando que a entrada no MAB parece ser um divisor entre assistir e não assistir à TV ou diminuir o tempo de consumo televisivo:

“Quando eu era criança e até a pouco tempo atrás eu assistia muita novela. Tinha uma novela no SBT, que era as *Chiquititas*, eu adorava aquela novelinha. Era um meio de a gente se divertir. Antes de eu entrar para o movimento eu era louca por televisão, fissurada. Eu ficava a tarde inteira na frente da TV, sabia de cor a programação, novela e tudo. Mas depois que entrei para o movimento, eu comecei largar mão de um pouco daquilo e dar mais atenção para outras coisas, mais atenção para a família, para o namorado, viver mais o dia-a-dia, dar mais atenção para o momento. Então não dei mais tanta bola para a televisão.”

Das seis jovens que gostam de novelas (Bia, Elisa, Carla, Martinha, Mariana e Maria), todas elas assistem à TV diariamente, ou seja, acompanham toda a trama da novela, e as preferidas são as novelas da Rede Globo, principalmente a das Oito⁸³. Elisa, Carla e Mariana se consideram de classe média, não gostariam de morar no interior, são menos engajadas no movimento e não criticam a representação do camponês nas novelas. Ou seja, principalmente para as três jovens, existe um conjunto de fatores que direciona a leitura de telenovelas a partir de um código hegemônico-dominante, conforme categorizações de Hall (2003).

Ao que parece, para Carla, que hoje tem o pai falecido, assistir a telenovelas está ligado a uma reação da moça a proibição dele quando pequena: “o pai não deixava, porque ele dizia que nós ia fazer besteira”, diz ela. Mesmo também demonstrando uma leitura dominante das telenovelas, a cotidianidade familiar tem outro enfoque para a recepção feita por Bia. Vale a pena relatar a situação vivenciada em sua casa, por ser, entre as famílias que visitei, a que mais acompanha o conteúdo televisivo e, dos entrevistados, ela é quem mais assiste a telenovelas: *Da cor do Pecado, Malhação, Sete Pecados, Luz do Sol, Eterna Magia, Paraíso Tropical*. “Eu assisto a novela da tarde, daí eu vou para o galpão ajudar o pai tirar leite, depois eu volto e continuo assistindo novela”, relata. Quando estive em sua casa, chegamos da comunidade já no início da noite e seu pai estava assistindo a uma novela do STB. Como a moça queria assistir a *Malhação* e, em sua casa possuem um único aparelho de TV, foi assistir ao programa na casa de sua avó, que mora ao lado. Depois do jantar, ajudou sua mãe na reorganização da cozinha, enquanto o pai e o irmão assistiam ao telejornal. No período em que estive fazendo esta viagem de campo, estava sendo transmitido os últimos capítulos da novela das Oito, *Paraíso Tropical*, e a jovem parecia ansiosa com a eminente possibilidade de falta de luz por causa de um temporal: “Se faltar luz como eu vou ver quem envenenou a Marion?”, questionava. Durante o *Jornal Nacional* seus pais deixaram a sala e a jovem trocava de canal a todo momento, assim como no intervalo da novela e procurava outras novelas para acompanhar nestes pequenos espaços de tempo.

⁸³ “Forma genérica que os produtores, os receptores e as crônicas dos jornais referem-se às telenovelas, que são emitidas em horário nobre” (JACKS, 1999, p. 174).

Este caso revela que, apesar de ser uma das jovens que, a todo momento, deu respostas críticas com relação à sociedade, colocando sempre a questão de classe como determinante da injustiça social, sua condição de subalternidade e de militante de movimento social não determina que a leitura de telenovelas seja de oposição, pelo contrário, no momento do consumo ou absorvia em silêncio ou interagiu com o contexto da trama, relatando alguns fatos passados e supondo quem havia matado a personagem Taís, um dos enigmas principais no desenrolar da trama. Assim, apropriou-se do sentido proposto pela produção de forma direta e decodifica a mensagem da telenovela nos termos do código referencial, no qual ela foi codificada. Portanto, posso afirmar que, em certos momentos, uma mesma pessoa pode ter tanto leituras de oposição, hegemônicas ou negociadas, dependendo do conteúdo que estiver consumindo.

Mas a realidade de Bia não é a mesma de todos os entrevistados. Quando pedi que resumissem a história da telenovela que mais gostaram, mesmo os que lhe assistem diariamente, não conseguiram relatar uma pequena síntese, apenas lembram o nome da novela que mais chamou atenção ou de alguns atores, dentre as lembradas está *O Rei do Gado*, mencionada duas vezes. No caso de Ivan, ele disse que não consegue lembrar pois “a partir do momento que eu entrei no MAB eu fui me afastando da televisão”. Sandro menciona que lembra “alguma coisa do meio rural quando passou naquela novela *O Rei do Gado*. Eu não lembro da história, mas eu sei que muita gente assistia”.

Alguns valores são associados à recepção de telenovelas, como por exemplo, “histórias de novelas em que o mocinho sempre se sai bem e o malandro sempre se dá mal”, ou então a ganância das pessoas, como aconteceu com a mulher do personagem Foguinho, da novela *Cobras e Lagartos*, e ainda a ajuda e aproximação das pessoas por interesse, como acontece com a personagem Vivian, da *Malhação*. Cheila, que afirmara não assistir a novelas, lembrou negativamente da novela *Chocolate com Pimenta*: “Passava as pessoas do interior, o agricultor de uma forma totalmente desdobrada, né, como alguém que se veste mal, que se comporta mal, que come mal. Então foi isso que ficou marcante pra mim”.

Dois jovens mencionaram a situação de classe e fizeram uma leitura de oposição ao associar as novelas ao dia-a-dia no sistema capitalista:

“Acho que uma novela que acompanhei bastante toda disputa era em função do dinheiro do cara. Era a novela do Foguinho, que matavam gente, faziam de tudo pelo dinheiro, pela de ganância de uns, todos sofriam. Essa novela era bem interessante para a gente que tem uma visão mais clara da sociedade, deixou claro o que o sistema capitalista faz com as pessoas, que é a cooptação, lá pelas tantas o

Foguinho ia se revelar e chantagearam ele para não fazer isso. Tudo o que a direita faz com a nossa organização, ficou bem claro ali dentro.” (Maria, 21 anos)

“Eu gostava muito daquela novela *O Beijo do Vampiro*, que tinha bastante suspense, meio como um filme. Aquela novela mostrava mesma coisa nós e o capitalismo, onde o capitalismo sempre acha uma forma de estar mordendo, de estar destruindo. Mesma coisa a novela que os vampiros queriam tirar o sangue das pessoas.” (Fabiano, 18 anos)

A leitura de oposição se revela no momento em que invertem a lógica das duas novelas. A novela *Cobras e Lagartos* possui um caráter satírico, o que eles invertem associando-a à seriedade, e a novela *O Beijo do vampiro*, que também é satírica, é relacionada ao capitalismo.

Todas essas citações a respeito da representação da pobreza nas telenovelas refletem a crítica a tal modalidade de representação que, no ponto de vista de dez jovens, não é realista. Sobre personagens de telenovelas que retrataram a vida de pobre, os lembrados são Foguinho (*Cobras e Lagartos*), citado quatro vezes, Mirna (*Chocolate com Pimenta*), citada duas vezes, e Loreta (*Eterna Magia*), Tico (*Pé na Jaca*), Dante (*Sete Pecados*) e Carreirinha (*Chocolate com Pimenta*), citados uma vez cada. Sobre as caracterizações destes personagens: Tico, que tinha no quarto a imagem do Che Guevara, “era bem liberal, andava sem camisa, ele queria viver a vida e ele não queria dinheiro, ele dizia que o dinheiro estragaria a vida dele e que não seria feliz se tivesse dinheiro” (Mariana); Loreta “era mal vestida e morava numa casa simples” (Elisa); Dante “era pobre, mas quando ele viu que podia melhorar de vida pelo dinheiro, abandonou a família e saiu com a outra mulher” (Carla); Mirna e Carreirinha são caracterizados como caipiras.

Sobre Foguinho, o personagem pobre mais lembrado, dos quatro depoimentos a respeito da sua pobreza e do seu enriquecimento, três deles, ou revelam o conformismo dos pobres, quando se referem ao desânimo dos mesmos, ou criticam seu enriquecimento ilícito:

“Ele sofria rejeição dos pais dele, dormia mal, tinha que trabalhar o dia inteiro. Aí depois ele ficou rico e os pais dele começaram a gostar dele. Só que ele usou um método não aconselhável para ficar rico.” (Bia, 16 anos)

“Como eu vou dizer, ele era um pobre desanimado, era um pobre que não tinha planos para o futuro, acreditava que ele sempre ia ser pobre, que nunca ia ser rico. Não tinha muito incentivo, mas as pessoas gostavam dele por ele ser querido, né. Mas ele era muito desanimado e é o que acontece com os pobres na maioria das vezes, que se acostumam em ser pobres.” (Carla, 18 anos)

“Ele era um cara negro, sempre ameaçado como ladrão, dali a pouco ele bancou o esperto e conseguiu a grana de um velho que morreu.” (Maria, 21 anos)

Quanto aos personagens ricos, somente Ivan não lembrou de nenhum, segundo ele, isso se deve ao fato de não se interessar por novelas. Já outros três jovens manifestaram que, nas novelas, a maioria dos personagens são ricos e ocupam sempre uma posição da classe dominante, como menciona Carla ao lembrar de uma personagem da novela *Malhação*: “Ela é muito na moda, fala a maioria das palavras em inglês, as roupas dela são sempre rimando e ela não gosta de se aproximar de pessoas diferentes dela, gosta de ficar só com pessoas da classe dela”. Por fim, Cheila afirma que nas novelas “os ricos só querem saber do dinheiro, se dar bem passando por cima dos outros”.

Além de Maria, que assiste a telenovelas, os oito entrevistados que não gostam de assisti-las, não lembram de nenhuma que tenha retratado a carência econômica de forma realista, pois “os pobres nunca aparecem, eles fazem nas novelas o que as pessoas em casa querem ver e as pessoas não querem ver a pobreza”, diz Ivan. Ou então, se as novelas reproduzem alguma forma de pobreza, não retratam o cotidiano das pessoas: “A maioria das novelas só mostra a riqueza, difícil de mostrar uma novela que passa a pobreza, até passa a favelinha que eles moram, mas não mostra como eles convivem” (Maria). Mesmo que seja apenas constatação, quatro das jovens que gostam de novelas (Elisa, Bia, Martinha e Mariana) lembraram de *Cabocla* e *O Rei do Gado*, da Rede Globo, e *Vidas Opostas*, da Record, mencionada duas vezes.

A representação dos jovens a respeito da presença dos pobres no telejornal é bastante realista. Segundo a maioria deles, os pobres aparecem nas favelas, nas filas de hospitais e INSS, nas calçadas, ligados ao roubo e ao crime, nos tiroteios onde “os bandidos mataram não sei quantos e a polícia matou não sei quantos”, mas “nunca aparece num shopping, porque o pobre não pode andar num shopping”. Se fizéssemos uma caracterização da representação telejornalística da pobreza, pela leitura dos jovens, diríamos que os pobres são pretos, feios, falam mal e são mal vestidos, desempregados ou subempregados. Talvez por isso Bia tenha dito que o telejornal lhe cansa e por isso prefere novelas. Fabiano faz uma descrição mais apurada sobre essa representação dos pobres:

“Tem aquelas notícias com as pessoas a procura de emprego e estão sempre ali na fila, em disputa. A mesma coisa que um monte de leões ferozes na disputa por um pedaço de carne. Estão sempre na disputa por aquilo ali, os desempregados buscando emprego, às vezes tem uma vaga de faxineiro ou de varredor de rua, tem 300, 400 para uma vaga. Então já entra a questão do estudo. Quem tem mais capacidade, quem tem mais estudo, pega o emprego. A aparência é de morto de fome.”

Sobre como gostariam de ver os pobres na TV, alguns mencionaram que o interessante é que eles nem aparecessem, “uma utopia para quando não existir mais pobres na nossa sociedade”, diz Sandro. E se existe uma percepção realista da presença dos pobres no telejornal, há também uma crítica a esse pretensão realismo, porque ele não diz o suficiente sobre os pobres, apenas destaca os aspectos negativos, de modo que a maioria dos entrevistados gostaria que os pobres aparecessem da forma como realmente eles são, ou seja, numa situação de luta pela sobrevivência, melhor vestidos, alegres:

“O pobre também é feliz, eles só mostram o lado do banditismo, só que na favela também tem muita coisa boa, as organizações deles que nunca é mostrado e que funcionam muito bem.” (Ivan, 17 anos).

“Deveriam mostrar o lado de uma pessoa que luta e que resiste. Uma pessoa humilde, mas que tenha posição.” (Maria, 21 anos)

“Eu gostaria que eles aparecessem pelo menos revoltados e conscientes. Porque geralmente aparecem aqueles desamparados, sem organização nenhuma, sem a revolta nenhuma achando que Deus reservou aquele destino para ele.” (Sandro, 22 anos)

“Tem pobres que não aceitam isso e querem mudar, mas esses não aparecem. Eu gostaria que mostrasse esse outro lado, o lado das pessoas que se revoltam com a realidade, que querem uma coisa diferente.” (Carla, 18 anos)

Pelas respostas podemos inferir que o desejo dos entrevistados é de que os pobres fossem representados com mais dignidade e não somente numa situação de conformismo com a pobreza, mas de resistência e organização. As demais opiniões seguem nesta mesma direção, com o acréscimo da opinião de Martinha, que critica os meios de comunicação por só retratarem a consequência da pobreza e não a origem de tantos pobres: “roubar e matar é uma consequência, mas por que eles fizeram isso? Acho que eles deveriam mostrar a essência, por que estão roubando, por que estão matando...” Quanto às telenovelas, Martinha e Carla possuem uma leitura dominante, no entanto, pelos relatos com relação à representação dos pobres no telejornal suas leituras são de oposição. Portanto, é possível afirmar que, para as seis jovens entrevistadas, a leitura dominante de telenovelas é feita sobre um gênero televisivo que lhes proporciona prazer e distração. Já a leitura de oposição frente ao conteúdo de telejornais (comum a todos os entrevistados) e reality shows (com exceção de Elisa, Fabiano e Rodrigo) é incitada pela mediação do movimento social.

A leitura de oposição é reforçada pela condição de classe e pela mediação do cotidiano no trabalho quando, nos telejornais e nas telenovelas, o mundo rural e os camponeses aparecem numa condição inferior e de marginalização. As respostas da maioria dos jovens

demonstram desagrado frente a essa representação, pois, na realidade, não é o que acontece com suas vidas. Eles dizem que, quando os camponeses são representados, “geralmente aparecem rasgados, sujos” (Ivan, 17 anos), “que são caipira e que a roça é o fim do mundo” (Andréia), “que não dá para viver no sítio, que lá as pessoas trabalham, trabalham, trabalham e nunca têm nada” (Janice), “muitas vezes aparecem dormindo com as vacas, conversando com os bichos” (Liana). Cheila é a mais incisiva com relação à representação do camponês na TV:

“Não é por ser pobre que você vai andar mal arrumado como eles retratam na TV, não é verdade que quando os da roça vão pra cidade, vão rasgados, com um chapeuzinho velho, vai com o calçado sujo. Sempre que um agricultor sai, ele troca o chapeuzinho, troca a camisa, troca o calçado, não sai todo arrebitado. E não são pessoas que não gostam de trabalhar, tão sempre ali dando duro, ganhando o que eles podem com o seu suor.”

Somente Elisa disse que a TV representa as pessoas felizes no campo, cada um com sua casa, sua família. Carla disse que percebe algumas mudanças no conteúdo dos telejornais, como por exemplo, no *Globo Rural*: “Parece que está mudando e passa alguns pontos positivos, né, sobre a questão do agricultor, da produção, do mundo rural. O que passa é... foi feito investimento pra tal coisa, fulano está investindo mais. Tão aparecendo mais, até a questão leiteira, né...”.

Sobre como gostariam que fosse representado o mundo rural e o camponês, mais uma vez disseram que gostariam que fosse veiculado conteúdos mais próximos da sua realidade: “Eu gostaria que mostrasse o que eles cultivam, a renda deles, a forma como eles trabalham, mas não desse jeito como eles mostram, só porque é do interior aparece como sujo e isso não é assim” (Cheila); “Gostaria que aparecesse desempenhando alguma tarefa cotidiana, como por exemplo, o despertar da manhã, a convivência com a esposa durante o chimarrão e assim, mostrando para os urbanos o modo de viver no campo sem tantas preocupações como na cidade” (Bia); “Que aparecesse como realmente é, porque o lugar melhor de se viver hoje em dia é o interior, porque você não vê violência e tem essa coisa da cultura daquele lugar” (Maria); “Que eles colocassem as coisas boas que existe no sítio, que lá existe muita vida, muita dignidade, menos fome, as pessoas trabalham para se sustentar e não precisam pedir esmolas” (Andréia). O restante dos depoimentos segue na mesma linha, mas Mariana resume dizendo o seguinte: “Eu gostaria que na televisão mostrasse o agricultor na realidade, com mais decência”.

Frente a tais relatos percebo uma oposição entre o que é representado pela TV e os desejos de representação dos jovens. Portanto, o mundo rural e o camponês da telenovela e do telejornal não são reais e nem ideais, já que apontam para uma leitura de oposição e manifestam o desejo de que fossem representados de forma distinta da que vem sendo feita, com mais valorização.



Figura 14 – Antenas parabólicas na residência de um dos jovens entrevistados.

4.3.3 A recepção radiofônica

Se a análise da recepção televisiva aponta para o consumo de telenovelas, telejornais e reality shows e para leituras sobre a representação do pobre e do rico, do camponês e do urbano, a recepção de rádio objetiva compreender a leitura que os jovens fazem do conteúdo radiofônico que os representa, mas que também representa a Usina Hidrelétrica Barra Grande e o consórcio BAESA. Na região de Anita Garibaldi o rádio exerce um papel fundamental para a difusão de notícias sobre o consórcio BAESA e é o principal responsável pela manutenção da hegemonia das empresas do consórcio. Portanto, as leituras que os jovens fazem deste conteúdo interessa-me em especial, já que o Movimento dos Atingidos por Barragens é contra-hegemônico e o responsável por travar uma acirrada disputa pela cultura popular.

Até minha penúltima viagem de campo, em fevereiro de 2007, a Rádio Princesa da Serra, de Anita Garibaldi, estava no ar e seria a emissora de rádio sobre a qual eu enfocaria o

trabalho, inclusive tive oportunidade de entrevistar seus diretores. Mas na última viagem de campo esta rádio havia sido fechada pela Polícia Federal por sua transmissão atingir raio não permitido. Então tive que redirecionar meu interesse para a recepção de outras rádios da região com audiência entre os jovens entrevistados e que veiculassem programas ou comunicados do consórcio BAESA. Assim, farei uma análise dos programas e comunicados veiculados pelas rádios Clube e Transamérica, ambas de Lages/SC, para compreendermos a leitura que os jovens fazem com relação a temas que abordem a usina hidrelétrica e a situação dos atingidos.

Antes de focar a recepção destes programas, farei uma breve análise da recepção do fluxo radiofônico. As emissoras mais ouvidas entre os jovens da pesquisa é a rádio Transamérica e a rádio Clube, de Lages/SC, a rádio Movimento, de Curitiba/SC, a rádio Esmeralda, de Vacaria/RS e a Rádio Cultura, de Campos Novos/SC. Pelo relato, os jovens escutam rádio todos os dias. Nove jovens preferem ouvir músicas no rádio à informação, são eles: Fabiano, Maria, Ivan, Rodrigo, Bia, Mariana, Sandro, Liana e Elisa. Além de música, Mariana diz que ouve a Transamérica, “porque passa astrologia e o programa *Altos e Baixos*, que é o termômetro dos programas e atores de TV”.

Já que mais da metade dos entrevistados prefere música, questionei quais os estilos preferidos. As músicas de bandinha, sertanejas e gauchescas são as mais citadas, rock e *dance* são mencionadas uma vez e músicas evangélicas são citadas duas vezes. Os estilos que não gostam são *reeage*, samba; um deles também citou o rock. O depoimento de Fabiano é interessante para percebermos aspectos da mediação do movimento social. Ele é contrário ao que é veiculado pela mídia, principalmente por contestar o conteúdo das letras das músicas, que seguem “numa perspectiva contrária à luta de classe”, como também afirmam as lideranças do MAB. Pelo dizer de Fabiano:

“Com relação à música eu sou contrário ao que o movimento quer passar. Eu acho que a música não vai influenciar na minha opinião, não presto atenção na letra. Acho que se eu escutar vai ser um modo de relaxar, tipo ‘Bonde do Forró’ eu adoro, mas deu discussão feia lá no colégio...”⁸⁴.

Além disso, pelas conversas que tive com as lideranças do MAB, existe uma orientação do movimento para que seus militantes também não utilizem o site de relacionamentos Orkut. Esta orientação funciona como uma medida de segurança, já que pelo site é possível rastrear uma rede bastante grande de pessoas com as quais os militantes

⁸⁴ Bonde do Forró é uma banda de músicas de forró difundida em todo país e o colégio que o entrevistado se refere é um colégio onde estuda, o ITERRA.

estariam fazendo contatos, possibilitando aos serviços de inteligência da polícia mapear e recriminar as ações do movimento. No entanto, dez dos quatorze jovens entrevistados se relacionam pelo Orkut, inclusive mantendo contato comigo durante o período de pesquisa.

Portanto, mesmo que o MAB estabeleça alguns limites de acesso às mídias aos seus militantes, no caso a música e o Orkut, o movimento não consegue efetivar sua mediação. Já com relação à recepção do conteúdo radiofônico, a mediação do movimento é mais intensa. O destaque é para a não aceitação de programas, entrevistas, comunicados e outras formas de comunicação que representem positivamente o consórcio BAESA e a Usina hidrelétrica Barra Grande e negativamente o MAB e seu militantes.

Parte dos depoimentos que seguem estão relacionados com a veiculação da rádio Princesa da Serra, quando esta ainda funcionava no município e noticiava as ações do movimento e do consórcio. As manifestações também se referem ao que vem continuamente sendo veiculado desde 2001 pelas rádios Clube e Transamérica Hits, de Lages/SC. Nas duas rádios o comunicado se chama *Informativo BAESA: a usina de Barra Grande mais perto de você*, vai ao ar nas terças e quintas-feiras e é o mesmo para as duas rádios, mas com novas notícias a cada programa.

Como menciono no item 4.3.1, referente ao mapa do consumo de mídia, o jornalista do consórcio BAESA produz as matérias que são publicadas no jornal local, Correio dos Lagos, na rádio Clube e na rádio Transamérica, no Informativo BAESA e no site do consórcio. Cabe retomar que as mesmas notícias são veiculadas nestes cinco espaços. Como exemplo, trago o conteúdo de dois programas gravados nas duas oportunidades que tive de ir para Anita Garibaldi em 2007. Os programas seguem transcritos abaixo para oportunizar o entendimento sobre o pronunciamento dos entrevistados. O primeiro programa (Programa 1) foi ao ar no dia 22 de fevereiro e o segundo (Programa 2) em 13 de setembro, respectivamente:

Programa 1:

“Famílias passam a morar em novas propriedades, dotadas de toda a infra-estrutura básica

O sonho de se tornar dono da própria terra virou realidade para mais 15 famílias, instaladas desde a semana passada nos Reassentamentos Rurais Coletivos de Capão Alto, Santa Catarina, implantado por Barra Grande em Anita Garibaldi, e Esmeralda II, construído no município de Esmeralda, no Rio Grande do Sul. As famílias se tornaram proprietárias da terra e passam a desfrutar de uma nova casa, galpão de trabalho, rede elétrica, sistema de abastecimento de água, estradas de acesso, assistências técnica e social, pomar, solo preparado para a lavoura e repasse de verba de manutenção até a família fazer a colheita da primeira safra.

A acomodação das 15 famílias, três no Reassentamento de Capão Alto, três no Reassentamento Santa Catarina e nove em Esmeralda II, conclui a segunda fase de instalação das famílias nessas duas áreas. Assim, os três Reassentamentos Rurais Coletivos estão completos. São 33 famílias morando no Reassentamento de Capão Alto, 24 no Reassentamento Santa Catarina e 31 no Reassentamento Esmeralda II.

Das sete áreas adquiridas por Barra Grande para implantação de reassentamentos coletivos, seis já estão com famílias morando. Apenas o Reassentamento 15 de Fevereiro, localizado em Anita Garibaldi, ainda está em construção. Até o fim do mês de abril, a empresa espera acomodar as 16 famílias dessa área, alcançando assim 192 famílias instaladas.”

Programa 2

“Iniciadas a construção das benfeitorias comunitárias

A Usina Hidrelétrica Barra Grande já começou a construção das benfeitorias comunitárias das Comunidades Rurais Santa Catarina e 15 de Fevereiro, ambas implantadas pela empresa em Anita Garibaldi, e Capão Alto, localizada no município de Capão Alto. Até o fim de setembro, Barra Grande estima que as obras da Comunidade Rural Esmeralda II, no município de Esmeralda/RS, também sejam iniciadas. As benfeitorias comunitárias são obras construídas para proporcionar maior integração entre as famílias residentes nesses locais. A previsão é que as obras estejam concluídas até o fim do ano.

Quando concluir as obras, Barra Grande terá cumprido seu compromisso de construir benfeitorias comunitárias em todas as sete Comunidades Rurais implantadas pela empresa na região. Até hoje já foram entregues obras em três Comunidades Rurais - Barra do Imigrante, em Campo Belo do Sul, Boa Vista, em Anita Garibaldi e Nossa Senhora da Salete, em Esmeralda/RS.

As benfeitorias comunitárias são escolhidas pelas próprias famílias residentes e costumam ser ginásio de esportes, igreja, cancha de laço, campo de futebol suíço, cemitério, açudes e centro de instrução (ver quadro).

Além das benfeitorias comunitárias, as famílias residentes tornaram-se proprietárias de sua terra, na qual foram construídos casa para morar e galpão de trabalho, além de rede elétrica, sistema de abastecimento de água, solo preparado para a lavoura, pomar doméstico e verba de manutenção até fazer a colheita da primeira safra. O objetivo é que as famílias disponham de todas as condições para se ambientar na nova propriedade.”

Conhecendo o contexto de luta que se estabeleceu na região posteriormente à denúncia da fraude nos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental e tendo acompanhado minimamente o conteúdo radiofônico veiculado nas rádios, iniciei uma série de questionamentos a respeito da recepção, indicando que falassem sobre a relação estabelecida entre o MAB, as emissoras de rádio e o consórcio. Dos quatorze jovens entrevistados, três deles tem opinião neutra com relação à transmissão das rádios, Bia, Elisa e Janice disseram que as emissoras dão espaço tanto para o MAB quanto para a BAESA se pronunciar.

No entanto, onze jovens referem aspectos sobre os conflitos entre as emissoras de rádio e o MAB, apontando os motivos de as rádios terem uma relação mais próxima com a

BAESA do que com o MAB. O principal deles é o patrocínio da BAESA, conforme os depoimentos:

“Eles não divulgavam nada que beneficie o MAB, só a BAESA. Eles seriam mais realistas na divulgação do que o MAB faz se não houvesse o financiamento da empresa. Agora tu vai botar um movimento social contra uma multinacional? Eles falam que somos vândalos, que não temos direitos. Que não vamos trabalhar.” (Ivan, 17 anos)

“Têm rádios que são patrocinadas pela própria BAESA, a rádio Clube de Lages é patrocinada pela BAESA. Eles passam com seu movimento estivesse atrapalhando a sociedade, atrapalhando a vida dos agricultores, atrapalhando o desenvolvimento da região. Hoje o povo ainda pensa que a barragem é desenvolvimento, mas é uma desgraça para a região.” (Maria, 21 anos)

“Eles falam mal do MAB porque quem financia as rádios são as grandes empresas, a Alcoa. Em Campos Novos nós temos indícios de que as empresas financiam, esses dias quando nós fomos na rádio porque queria passar uma notícia do plebiscito, eles não deixaram. Eles disseram: “Não, nós não podemos porque a ELETROSUL paga para nós a energia, então nós não podemos passar a notícia de vocês”. Eles mesmo falam, não escondem.” (Andréia, 20 anos)

“Olha, é difícil eles passarem alguma coisa, eles só passam quando tem algum protesto, mas quando o movimento está sem ação eles não passam nada. É isso, quem tem mais dinheiro tem mais acesso à divulgação de notícias.” (Liana, 19 anos)

Também questionei qual seria o interesse das rádios para com o MAB. Se para alguns as emissoras não têm nenhum interesse senão apenas noticiar, para outros o interesse é apenas noticiar quando acontece alguma intervenção de protesto do movimento, quase sempre com uma posição contrária à do MAB. O que os jovens comentam também é a tentativa das emissoras em ignorar a existência do movimento até o limite, ou seja, quando o MAB vai para o enfrentamento com a BAESA, as rádios não têm como não transmitir, pois como a cidade é pequena, não dá pra esconder, todo mundo fica sabendo.

Sobre a oportunidade que tive de entrevistar os diretores da rádio da cidade, Princesa da Serra, primeiramente vale dizer que fui recebida com precaução pelos diretores, que pediram para que eu não gravasse o que eles me diriam a respeito da relação entre a rádio e o MAB. Somente da metade da entrevista em diante pude gravar. Então perguntei quais são as organizações do município que tinham informativos na emissora. Segundo a diretora

“A BAESA, o MAB e olhe lá. Só veiculam quando surgem as necessidades. Como a cidade é muito pequena, não existe informação girando como nos grandes centros, que têm fatos acontecendo todos os dias. Aqui não, você anuncia uma vez por semana e já está ótimo, já está anunciado. Não precisa mais.” (Diretora da rádio, em entrevista no dia 01 de março de 2007, em Anita Garibaldi)

Sobre os patrocinadores, a diretora disse que são os patrocínios do comércio em geral que mantêm a rádio no ar. Não mencionou nada a respeito de patrocínio especial da BAESA, apenas pagando os programas informativos duas vezes por semana.

Com relação ao que divulgavam sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens pediram que eu não gravasse e disseram que a rádio tinha uma postura neutra, mas a seguir demonstraram a posição que adotam por considerar a “invasão”⁸⁵ um ato ilegal. Estavam se referindo à ocupação que o MAB realizou no escritório do consórcio BAESA, em Anita Garibaldi, em fevereiro de 2006. Segundo eles, a rádio não esteve no local fazendo a cobertura, pois não concordava com a ilegalidade e, se fossem, estariam contra o povo da cidade. O fato é que na ocasião, a Rádio Gaúcha, de Porto Alegre, e a Rádio Clube, de Lages, estavam na cidade fazendo a cobertura. Perguntei se não seria legítimo da rádio local estar transmitindo os fatos ao vivo do local. Disseram que apenas retransmitiram o que era produzido pelas duas rádios e “não seriam coniventes com a invasão, pois, acabada a mobilização as rádios de fora retornariam para suas cidades e somente eles permaneceriam no município e arcariam com todas as conseqüências da neutralidade ou de alguma tomada de postura”.

No entanto, pelo dizer dos jovens, não existe uma transmissão desinteressada ou que esclareça a ação do MAB para a sociedade. Mais uma vez a causa é a falta de dinheiro do movimento para investir nas rádios comerciais. Nesse sentido, boa parte dos entrevistados reclama da ausência de uma rádio comunitária no município, o que solucionaria uma série de problemas em função da existência apenas de rádios comerciais. Como a estrutura da emissora da cidade era bem simples, o contato dos militantes com os radialistas era pessoal, Martinha conta que eles têm um bloqueio pessoal ao tratarem sobre assuntos do MAB:

“As rádios não têm interesse em publicar o que se passa com o MAB. Eu fui colocar um anúncio esses dias de que eu tava refazendo as matrículas da minha escola e matriculando mais pessoas, aí o cara falou assim: isso não vai gerar nada contra nós? Ele ia me cobrar o olho da cara e eu saí de lá sem deixar o anúncio.”

Já o interesse das emissoras de rádio para com o consórcio BAESA é outro, no dizer dos jovens principalmente pelo fato da BAESA ser uma grande empresa, ter muito dinheiro e precisar das rádios para legitimar a intervenção local. O próprio consórcio, através de seu site, coloca que:

⁸⁵ O termo ocupação ou invasão é polêmico entre os meios de comunicação e os atores da ação. Para os primeiros é usual o termo invasão e denota um sentido negativo à ação, já para os agricultores a ocupação é um ato legítimo de quem tem o objetivo de pressionar para a conquista de algo.

“A comunicação com a população residente na área de abrangência da Usina Hidrelétrica Barra Grande é fundamental para informar a comunidade que vive na região. Essa população constitui o público alvo das ações de comunicação realizadas pelos empreendedores das usinas: programas de rádio, jornal "Informativo Barra Grande" e matérias divulgadas na imprensa local”⁸⁶.

Portanto, é parte da estratégia de comunicação do consórcio a relação com os veículos de comunicação regionais, entre eles, o rádio. Mas pela leitura dos entrevistados:

“A BAESA pode pagar os locutores, são empresas famosas que atuam nacional e internacionalmente.” (Bia, 16 anos)

“As rádios ganham muito dinheiro pra falar da barragem. A empresa investe. Dão patrocínio bom, sabe. E quando a gente ouvia o jornal da rádio, era sobre a barragem, sobre os benefícios da barragem, era o Informativo BAESA. Era um informativo de uns 15 minutos, três ou quatro vezes por semana. Essas coisas, sabe? Agora se for passar qualquer informe do movimento, eles não passam, tem que pagar um horror.” (Carla, 18 anos)

“As rádios têm interesse em divulgar o que acontece e ganhar por trás dos panos, ganhar dinheiro pra investir nas rádios, dinheiro para os locutores para fazer esse tipo de propaganda. Eu tenho certeza que acontece isso.” (Janice, 19 anos)

“A BAESA e as emissoras de rádio têm interesses mútuos, a BAESA precisa do espaço para divulgação e as rádios precisam do dinheiro da BAESA. Então a rádio libera para a BAESA falar, divulgar propagandas e dizer que vai trazer benefícios ao povo.” (Fabiano, 18 anos)

Outra questão que os jovens apresentam é sobre o modo como as conquistas do movimento são transmitidas pelas rádios - os reassentamentos, créditos, estruturação das casas, arvoredo e máquinas: “é colocado pelas rádios como uma ajuda que a BAESA está dando de livre e espontânea vontade. Eles nunca falam que por trás teve uma luta e só usam isso como propaganda”, exemplificou Sandro.

Se as empresas construtoras da barragem fazem alianças com as rádios e de que forma é essa aliança, quatro jovens ficaram com dúvidas para dar alguma resposta mais contundente sobre o assunto. Os demais disseram ter certeza de que as empresas fazem alianças com as rádios e, mais uma vez, a questão financeira é central. Sandro afirma que “não precisa nem ter aliança, os interesses são muito parecidos e onde rola o dinheiro, quem paga a banda escolhe a música”. Já Fabiano tem outra posição, segundo ele, como o consórcio sabe que chegando direto ao povo para falar de certos assuntos é mais difícil de ser bem recebido, é mais fácil e útil usar os meios de comunicação, “e como a rádio quase sempre ilude, o povo fica de acordo com a BAESA”, finaliza. Cheila também concorda que exista aliança, segundo ela “a BAESA

⁸⁶ Informações obtidas no site do consórcio BAESA. Disponível em: <www.baesa.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2007.

estava sempre lá na rádio dando notícias, falando sempre nos sem-terras, nos chamam de sem-terra. Acho que eles dão alguma coisa pra imprensa ficar do lado deles”. Rodrigo tem a mesma opinião: “a BAESA financia programas em rádios nos horários comerciais, é um patrocínio alto. É o que está dando lucro para as rádios, elas vão atrás daquilo”.

Elisa e Bia disseram que a imprensa não assume nenhum dos lados quando acontecem os conflitos, só passam a informação. Mesmo assim, Bia coloca que existe diferença entre a realidade e o que é transmitido. “Por exemplo, aquele dia que nós fomos pra Barracão⁸⁷ protestar, aí a gente colocou pedras pra trancar, e de noite a gente ouviu no rádio que eles passaram coisas que nós não fizemos. Então em certos casos eles falam a verdade, mas também falam mentiras”. Todos os demais disseram que as emissoras se posicionam pelo lado do consórcio:

“A imprensa aqui na região sempre defendeu a barragem.” (Ivan, 17 anos)

“Diziam que o movimento era formado por pessoas de fora, que tentavam ganhar dinheiro às custas do povo daqui, destorciam tudo.” (Andréia, 20 anos)

“Entrevistar os dirigentes do movimento até entrevistam, mas depois passam aquilo que eles querem.” (Fabiano, 18 anos)

Somente a jovem mais afastada politicamente do MAB, Elisa, diz que a rádio cria uma imagem positiva do movimento. Todos os demais têm a mesma opinião e a manifestação mais repetitiva é que a imagem criada é a de um movimento baderneiro. Disseram que, para quem não conhece o movimento, os veículos de comunicação têm um papel muito importante de deslegitimar a luta e de desmoralizar o MAB. A ligação com o MST e o uso ideológico dos termos “ocupar” e “invadir” são mencionados por três jovens.

O repúdio a esta imagem veiculada para a população local pelo rádio é visível no relato dos jovens. Carla conta com indignação a reação que teve ao ouvir de uma pessoa do comércio local sua opinião sobre os atingidos:

“Você pode conversar com o pessoal daqui, os donos de lojas, o pessoal do comércio, da praça, eles são contra. Até se você for conversar com eles, você ouve coisas absurdas, esses dias a gente foi num cabeleireiro e ele começou a falar sobre a barragem, o avanço que Anita deu com a barragem. Aí a gente falou que muita gente foi embora por causa da barragem. Aí ele respondeu assim: “Deus que me perdoe (ele chegou até a se benzer), mas as pessoas que saíram daqui não faziam falta para Anita, eram aqueles analfabetos lá da beira do rio”. A maneira com que ele se referiu às pessoas que moram na beira do rio foi para arrasar, entende? Isso pra gente ouvir, dói muito, entende? É bem complicada a maneira como eles

⁸⁷ Barracão é um município do Rio Grande do Sul.

consideram as pessoas que foram atingidas, entende? A imagem era totalmente discriminada.”

O fato de usarem camisetas do MAB os identifica e, às vezes isso traz problemas de relacionamento com as pessoas da cidade, dizem que se estão vestidos assim não são bem recebidos: “Dependendo do lugar, se você disser que é do movimento, você está ralado, entende? Por exemplo, a prefeitura é difícil apoiar alguma coisa do movimento, muitos lugares, entende, o comércio” (Carla) e “Muitos têm até medo da gente, as pessoas ficam olhando pra gente com os olhos grandes, dizendo: olha aquela ali é do MAB. Já uma pessoa com a camiseta da BAESA é diferente, carregam na palma da mão, porque é uma empresa grande” (Cheila).

Além de passarem a idéia de baderneiros, os jovens dizem que as emissoras anunciam que as empresas estão agindo de maneira correta, que já indenizaram todo mundo e que o MAB deve ficar quieto, contente com o que “ganhou”. Mas isso, no ponto de vista dos jovens, não é verdade: “Pelo meios de comunicação, a empresa divulga que já está tudo acertado, mas se você for nas comunidades ribeirinhas, vai ver quantas pendências⁸⁸ ainda existem, as casa foram praticamente destruídas e não tiveram nenhum retorno” (Maria).

A consciência de classe é presente na resposta de Maria e de Cheila. Segundo Maria, apesar de ser taxado de baderneiro pelos radialistas, quem conhece a luta do MAB compreende “como uma classe trabalhadora unida, que estão em busca de vida melhor”. Já Cheila diz que “eles falam que nós somos os baderneiros, que nós temos que ir atrás de um emprego ao invés de fazer isso. Eles não entendem a luta do MAB, na verdade eles são pobres igual a nós”.

No entanto, se predomina esta leitura de oposição, destotalizando a mensagem no código preferencial, para retotalizá-la dentro de algum referencial alternativo (Hall, 2003), pelo fluxo radiofônico, entre os jovens existe também a leitura negociada e a leitura hegemônica-dominante. É o que acontece com a maioria dos programas veiculados pelas emissoras de rádio que não abordam temas ligados à Usina Hidrelétrica Barra Grande, com a apropriação de forma direta e integral, decodificando as mensagens nos termos do código preferencial, no qual ela foi codificada, como acontece com os programas de diversidades e entretenimento e programas musicais. Mesmo assim, percebemos que existe uma tentativa da família e do movimento em resistir ao popular-massivo no que se refere à programação musical.

⁸⁸ Pendências, no dizer dos entrevistados, significa casos ainda não resolvidos, famílias que foram atingidas pelo lago da barragem e que não foram indenizadas.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, busquei espaços elaborados e vivenciados socialmente pelos jovens da pesquisa. O esforço aqui empreendido foi no sentido de apresentar elementos teórico-conceituais e evidências empíricas, visando à compreensão dos processos de recepção radiofônica e televisiva por parte de jovens camponeses a partir da mediação da cotidianidade e do movimento social. Diante do exposto, é necessário sintetizar algumas idéias que, ao longo do trabalho foram prevalecendo como consequência lógica do que o trabalho inicialmente se propôs. Assim, as conclusões apontam para as observações sobre o papel da classe e da cultura na conformação de práticas e formas culturais e para as análises oriundas das leituras que os jovens investigados fazem das representações televisivas e radiofônicas.

O primeiro aspecto a ser considerado é que o papel relativo à cultura direciona o entendimento de que a história dos antepassados marca significativamente a região de análise. Ou melhor, os aspectos ligados à Guerra do Contestado e ao povoamento no caminho das tropas são expressivos para que o povo dessa região tenha as atuais iniciativas políticas de contestação à barragem e, conseqüentemente, adote determinadas leituras do conteúdo radiofônico e televisivo no processo de recepção. A associação que os entrevistados fazem entre a luta dos caboclos do Contestado e a luta dos integrantes do MAB dá-se, nos dois casos, pela existência de campos em confronto: os pobres contra os ricos e a resistência dos pobres. Esse fato histórico também está na religiosidade popular que se manifesta pela fé no monge São João Maria, líder religioso e político dos rebeldes durante a guerra, ainda presente no imaginário dos moradores da região, revelando aspectos do popular-memória que se misturam com aspectos do popular-massivo, ao incorporarem calendários e pôsteres do padre Marcelo Rossi.

Quanto ao tropeirismo, é um elemento cultural bastante presente na vida dos jovens preservado principalmente pelas famílias, pois teriam sido os tropeiros os primeiros moradores da região e, provavelmente, este fato histórico também faz com que o povo tenha um espírito de pertença bastante forte ao espaço geográfico e tenha encontrado no MAB um movimento que luta para a garantia de continuarem sendo donos daquelas terras. Portanto, a eminência de perdê-las leva a contestação da obra, contestação que vem acompanhada de elementos históricos e culturais ainda presentes no cotidiano das famílias.

Por outro lado, mesmo que os protagonistas do povoamento e da Guerra do Contestado tenham sido os caboclos, principalmente, conformando os traços étnicos dos moradores da região, constato que os jovens entrevistados sentem vergonha de se identificarem enquanto caboclos e mascaram isso dizendo que na região predomina uma “mistura” de raças e que eles próprios são descendentes dessa mistura. A negação dessa identidade e a tentativa de mascarar-se com outra denominação, como moreno ou pardo, é reforçada pela escola e pelo mercado de trabalho, que não os oferece as mesmas oportunidades que dá aos brancos, mas se manifesta principalmente pela representação televisiva dos negros em programas como as telenovelas, onde assumem ofícios de menor importância em relação ao papel representado pelos brancos.

Com relação à cotidianidade, constato que a família ainda é núcleo mantenedor das expressões do campesinato e a cultura camponesa é marcada pelos valores transmitidos de pais para filhos. Portanto, essa categoria se revela como uma mediação fundamental para a apreensão do conteúdo radiofônico e televisivo, ali os traços da cultura e da classe são expostos e se reforçam no movimento social, já que a mediação da cotidianidade condiciona e é condicionada pela participação no movimento em todos os casos. Tanto que, do total de entrevistados, doze estabelecem um cotidiano de trabalho e dez estabelecem um cotidiano escolar com o movimento. No entanto, o cotidiano familiar é o que mais interage com o MAB, já que a maioria das famílias são reassentadas ou então são orgânicas na estrutura do movimento, participando das principais atividades desenvolvidas na região e fora dela.

A respeito do cotidiano escolar, é neste espaço que se manifesta o sentimento de inferioridade do camponês frente ao urbano, pois é pela escola que acontecem os primeiros contatos com a cidade e as pessoas que nela vivem. No entanto, a valorização da cultura camponesa inicia-se pela inserção no movimento e, além de resgatar a auto-estima frente aos jovens urbanos, tal valorização se traduz em leituras de oposição à representação televisiva do camponês, quase sempre tido como caipira. No meu ponto de vista, essa leitura é reforçada pelo cotidiano no trabalho, já que a maioria dos jovens mora no campo e deseja permanecer morando lá como camponês.

Considero que a pedagogia do movimento aplicada pelos entrevistados nas turmas de alfabetização de jovens e adultos contribui para o fortalecimento da consciência de classe e para uma leitura de oposição à mídia, na medida em que incorporam no cotidiano escolar elementos da realidade que refletem a cultura em que estão inseridos. Além disso, a participação no MAB contribui significativamente para a elevação do grau de escolaridade dos jovens, os quais possuem uma avaliação crítica sobre o sistema de ensino formal.

Acredito que esta avaliação, assim como a avaliação que fazem da sociedade capitalista, tem origem na possibilidade de estudarem em escolas ligadas aos movimentos sociais e de frequentarem cursos de aperfeiçoamento, disponibilizados pelo MAB aos educadores populares e demais cursos de formação destinados aos militantes em geral. Tais possibilidades aguçam o senso crítico dos jovens e os direcionam para o fortalecimento da consciência da subalternidade frente à realidade em que estão inseridos. Portanto, concluo que a escola, assim como o trabalho não são somente espaços da reprodução das desigualdades, mas também lugares de confronto entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos experimentados pelos jovens, ou melhor, são locais onde se torna visível a disputa pelo popular.

O movimento social é a segunda categoria mediadora da recepção, além disso, um dos objetivos específicos do trabalho é investigar como o Movimento dos Atingidos por Barragens se constitui num instrumento de classe e colabora para a tomada de consciência por parte dos seus militantes. Nesse sentido, a identidade de projeto proposta por Castells (1999) é a identidade assumida pelo MAB que, além de criar resistência à sociedade capitalista, propõe projetos concretos de mudanças nas estruturas sociais e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida dos indivíduos engajados. Essa identidade coletiva se transforma em identidade individual no momento em que oportuniza a compreensão do sistema social e sua transformação. Portanto, o fato de ser atingido pela barragem foi responsável pela complexificação do modo de vida da maioria dos jovens e o ato de inserir-se no MAB desperta o engajamento, inicialmente frágil, mas que aos poucos caracteriza-se pela dedicação de grande parte do tempo ao movimento.

O que as barragens representam é justamente a ameaça de migração forçada e para local indefinido, a insegurança e a incerteza quanto ao futuro da família camponesa. A reação contrária à construção destas obras acontece pela ameaça ao modo de vida e pela eminência de perder a terra. Ou seja, à disputa pelo popular e a existência do campo hegemônico e contra-hegemônico é uma das descobertas da investigação ao apontar que o poder de organização que as pessoas envolvidas com o movimento dispõem, confronta-se diretamente com o poder econômico do consórcio BAESA.

Para o MAB, o rádio está no centro da disputa pela hegemonia e a mídia se constitui em um dos principais aparatos ideológicos de manutenção do *status quo* político, social e econômico. Por isso é vista como vilã, visão que se fortalece quando a mesma deslegitima ou criminaliza as ações desse movimento. Diante dessa situação, os militantes, entre eles os jovens, criam suas estratégias de ataque e defesa, entre elas, a desconfiança, a descrença e a

deslegitimação da maioria do conteúdo radiofônico veiculado a seu respeito. A leitura de oposição é reforçada quando os jovens representam as emissoras como aliadas do consórcio BAESA, destacando a sua condição de classe subalterna em oposição à classe dominante, representada pelos veículos de comunicação de massa e pelas empresas construtoras da barragem.

Portanto, o MAB é um sujeito mediador ativo e pela sua penetração na vida das pessoas vai semeando posições que são assumidas pelos seus integrantes e reproduzidas no cotidiano. No entanto, essa visão não avança para um possível diálogo com as emissoras locais numa perspectiva de utilizar-se destes veículos em benefício da própria organização. Segundo os entrevistados, isso não acontece, pois, como as emissoras têm uma clara postura de criminalização do movimento social e de defesa das empresas construtoras da barragem, consideram que buscar alianças com estes veículos seria reconhecer uma credibilidade que eles não possuem. Uma das alternativas viáveis para o movimento inserir-se efetivamente nas comunidades e fortalecer a disputa pela hegemonia e pelo popular seria a implantação de rádios comunitárias e o fortalecimento de um setor de comunicação que pensasse estratégias de divulgação das suas ações no sentido de criar a imagem positiva do próprio movimento em relação à comunidade em geral.

Se a análise da recepção televisiva aponta para o consumo de telenovelas, telejornais e reality shows e para leituras sobre a representação do pobre e do rico, do camponês e do urbano, a recepção de rádio objetiva compreender a leitura que os jovens fazem do conteúdo radiofônico que os representa, mas que também representa a Usina Hidrelétrica Barra Grande e o consórcio BAESA. No que se refere à recepção do conteúdo noticioso do rádio, a mediação do movimento interfere para a não aceitação de programas, entrevistas, comunicados e outras formas de comunicação que representem positivamente o consórcio BAESA e a Usina hidrelétrica Barra Grande e negativamente o MAB e seu militantes.

Então, frente à representação radiofônica da BAESA e do próprio MAB, os jovens fazem uma leitura de oposição e apontam aspectos de uma relação construída sobre conflitos entre as emissoras de rádio e o MAB, mencionando que o patrocínio do consórcio BAESA às emissoras é o principal motivo para que estas criem uma imagem negativa e deslegitimem as ações do movimento. Isso acontece pois, no imaginário dos jovens não existe diferença entre o que é veiculado no jornal local, nas rádios e no boletim informativo do consórcio BAESA, pois as notícias são praticamente as mesmas.

No entanto, o que os jovens buscam no rádio é principalmente música e, mesmo que o MAB estabeleça alguns limites de acesso às mídias aos seus militantes, como é o caso da

música e do Orkut, não consegue efetivar sua mediação por completo. É o que acontece com a maioria dos programas veiculados pelas emissoras de rádio que não abordam temas ligados à Usina Hidrelétrica Barra Grande, com a apropriação do conteúdo pelos jovens de forma direta e integral, decodificando as mensagens nos termos do código preferencial no qual ela foi codificada.

Como um outro objetivo específico do trabalho foi compreender como a classe interfere na produção de leituras acerca das representações televisivas e radiofônicas no processo de recepção, concluo que o posicionamento de classe é definido pela apurada consciência da subalternidade que, no meu ponto de vista é, em grande medida, atribuída a um conjunto de fatores oriundos da mediação do movimento social. Tanto é assim que, apesar de todos os jovens da amostra serem de classe popular, os cinco jovens que não se consideram dessa classe são os menos envolvidos politicamente com o MAB e possuem uma menor consciência da subalternidade. A constatação é que assumem esta posição por acreditarem estar numa situação intermediária em relação à classe dos pobres e dos ricos representada nas telenovelas e telejornais.

No meu ponto de vista, o que diferencia os jovens que se consideram de classe média e os que se consideram de classe popular é que os primeiros o fazem associando a pobreza a uma condição de vida diferente da condição que eles vivem, tal como é representada pela TV. Já os que se auto-definem como pobres têm consciência da sua subalternidade, já que a maioria deles é bastante envolvida com o MAB e manifesta a vontade de continuarem sendo camponeses. Portanto, se a noção de riqueza e de pobreza dos jovens passa pela consciência de classe, no meu entendimento, também passa pela representação televisiva da riqueza e da pobreza a partir das novelas e telejornais.

A representação dos jovens a respeito da presença dos pobres no telejornal é bastante realista. No entanto, há também uma crítica a esse pretensão realismo porque ele não diz o suficiente sobre os pobres, apenas ressalta os aspectos negativos, de modo que a maioria dos entrevistados gostaria que eles fossem representados da forma como realmente são. A leitura de oposição nos telejornais e nas telenovelas também aparece quando o mundo rural e os camponeses são representados numa condição de inferioridade. As respostas da maioria dos jovens demonstram o desagrado frente a essa representação, pois, na realidade, a caricaturização do camponês não condiz com a realidade.

Ainda com relação à TV, concluo que se, na recepção de telejornais, a maioria dos jovens possui uma leitura que vai da negociada à de oposição, incitada pela mediação do movimento social e reforçada pela condição de classe e pela mediação do cotidiano no

trabalho, é possível afirmar que a leitura dominante de telenovelas é feita sobre um gênero televisivo que lhes proporciona prazer e distração. E, mesmo que a grande maioria dos jovens diga que o programa *Big Brother Brasil* seja ruim, três deles participariam e quatro assistem ao programa, manifestando que mesmo tendo uma consciência crítica apurada e determinada pela classe e pela cultura, não significa que os jovens não possam apreciar o conteúdo televisivo. No entanto, em termos gerais, confirmo a hipótese deste trabalho de que a juventude envolvida com o Movimento dos Atingidos por Barragens desenvolve uma leitura crítica da mídia e que a consciência da subalternidade proporciona a prioridade de leituras de oposição ao conteúdo radiofônico e televisivo.

Ao final desta dissertação, considero que minhas conclusões não são definitivas, ao contrário, apontam para novas investigações que busquem o aprofundamento dos estudos de recepção por jovens militantes de movimentos sociais, um campo extremamente rico em questões que retomam os princípios dos fundadores dos estudos culturais, a partir do viés da classe popular. De certa forma, este trabalho permite pensar que uma aproximação mais consequente de outras categorias mediadoras da recepção e o objeto de pesquisa, combinada com a uma melhor definição do quadro teórico poderão indicar novos rumos para a interpretação das representações radiofônicas e televisivas. O desafio de aprofundar este tema está posto e me provoca a desenvolvê-lo junto à outras comunidades, a partir de novas abordagens metodológicas, associadas à maturidade acadêmica que esta dissertação de mestrado proporcionou.

REFERÊNCIAS

ALEGRIA, João. Abecê do Reality Show. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de (orgs.). **Televisão: entre o mercado e a academia II**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2003.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. São Paulo: Cortez, 1984.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERMANN, Célio. Indústrias Eletrointensivas e Autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público. In: **Ilumina**. Disponível em <http://www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Estudos_Especiais.asp?id=15872>. Acesso em: 12 dez. 2007.

BONIN, Jiani Adriana. Delineamentos teórico-metodológicos para estudar a mediação do cotidiano familiar na recepção. In: **Ciberlegenda**, n.15. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/jianni3.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2007.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONSULTA POPULAR. **Programa Estratégico: roteiro para debate**. São Paulo: [s.n.], 2006. 61p. (Cartilhas, 18).

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FUENTES, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n 17, 1989. p. 19-48.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HAGUETTE, Teresa. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representante da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACKS, Nilda. **Querência**: cultura regional como mediação simbólica - um estudo de recepção. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e Recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.

JOST, François. Para além da imagem, o gênero televisual: proposições metodológicas para uma análise das emissões de televisão. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de (orgs.). **Televisão**: entre o mercado e a academia II. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LA PASTINA, Antônio. Etnografia de audiência: uma estratégia de envolvimento. In: JACKS, Nilda; PIEDRAS, Elisa (orgs.). **O que sabemos sobre audiências?** Estudos latino-americanos. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

LEITÃO, Miriam. Você decide. In: **O Globo**, 24 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/noticias/clipping/227/panorama-economico-o-globo>>. Acesso em 18 nov. 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **O rádio dos pobres**. Comunicação de Massa, ideologia e marginalidade social. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo; BORELLI, Sílvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha (orgs.). **Vivendo com a telenovela**: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: SENAC, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo**. Travesías latinoamericanas de la comunicaci3n en la cultura. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Econ3mica, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La educaci3n desde la comunicaci3n**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclus3o, pobreza e classes sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MEDEIROS, Daniel Nascimento. Barra Grande e a Imprensa. In: PROCHNOW, Miriam (org.). **Barra Grande** - A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul/SC: Apremavi, 2005. p. 65-67.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A crise do modelo energético** - construir um outro modelo é possível. São Paulo: [s.n.], 2003. 24p. (Caderno nº 6).

NOVAES, Regina R. Juventude e participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Maria Helena; FREITAS, Maria Virgínia de; SPOSITO, Marília Pontes (orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

OROZCO GÓMES, Guillermo. **Cultura y televisión**: de las comunidades de referência a la producción de sentido en el processo de la recepción. México: Universidad Iberoamericana, 1990, mimeo.

PICHETTI, Antonio. **Guerras e fronteiras do sul**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004.

POZENATO, José Clemente; RIBEIRO, Cleodes Maria P. **Fronteiras sem divisas**: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

PROCHNOW, Miriam. Entendendo o caso. In: PROCHNOW, Miriam (org.). **Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta**. Rio do Sul/SC: Apremavi, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RONSINI, Veneza Mayora. **Cotidiano rural e recepção da televisão**: o caso de Três Barras. 1993. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

RONSINI, Veneza Mayora. Mídia e identidade Juvenis. **Communicare**, São Paulo: v.2, n.2, p. 83-101, 2º sem. 2002.

RONSINI, Veneza Mayora. **Entre a capela e a caixa de abelhas** - identidade cultural de gringos e gaúchos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RONSINI, Veneza Mayora. **Mercadores de sentido**: consumo de mídia e identidades juvenis. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTOS, Milton. Professor Milton Santos. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, Ano 5, n. 52, julho 2001. p. 6.

SANTOS, Sílvio Coelho. Nova História de Santa Catarina. São Paulo: Edição do Autor, 1974.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José; BLOEMER, Neuza M. Alto Uruguai: Migração forçada e reatualização da identidade camponesa. **Travessia- Revista do migrante**, v. 2, n. 6, 1990. p. 29-32.

SCHERER-WARREN, Ilse. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes. II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: EDUFBA, 2007. 1 CD-ROM.

SILVA, Adriana fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS.** 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUSA, Janice Tirelli P. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **Jovens rurais do município de Nova Palma – RS: situação e perspectivas.** 2003. 130f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

TORRE, Alberto Efendy M. G. de la. Percursos Metodológicos de Jesús Martín-Barbero. **Fronteiras**, São Leopoldo/RS, v. 3, n.1, 2001. p. 97-109.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT.** Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. 6. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

VAINER, Carlos B. Água para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.;

PÁDUA, J. A. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004. p. 185-215.

VIANNA, Rodrigo. [Entrevista disponibilizada em 12 de abril de 2007, a Internet]. 2007. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista120407.htm>>. Acesso em: 12 out. 2007.

ZONIN, Valdir Pedro. **Atingidos por barragens e a política do setor elétrico nacional: estudo dos casos Machadinho (RS) e Ita (SC)**. 1994. 251f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista

I. Dados pessoais

1. Nome e idade:
2. Onde e com quem mora:
3. Estado Civil:
4. Estuda? Onde?
5. Trabalha? Onde?
6. Já trabalhou em outros lugares? Onde?

II. Família

7. Número de irmãos:
8. Estado civil dos pais:
9. O que os pais faziam na antiga comunidade? E o que fazem agora?
10. Seus pais estudaram? E os irmãos?
11. Seus pais são envolvidos com o MAB? O que eles fazem no Movimento?
12. Sua família incentiva sua participação no MAB?
13. Quem administra os negócios da casa?
14. Qual é a tarefa de cada um dos membros da família?
15. Qual o maior aprendizado que sua família te passa?
16. Você acha que a família hoje tem tempo para transmitir ensinamentos aos filhos?

III. Estudo

17. Você estuda em escolas ligadas aos movimentos sociais? Quando iniciou?
18. Qual seu interesse neste tipo de ensino?
19. Como avalia a educação no Brasil para a maioria dos brasileiros?
20. Você trabalha na educação de jovens e adultos do MAB? Qual a reação das pessoas quando aprendem a ler?
21. Qual é o principal objetivo do MAB com o projeto de educação?

IV. Classe

22. O que significa ser pobre e o que caracteriza o pobre?
23. O que significa ser rico e o que caracteriza o rico?
24. O que os pobres podem comprar e o que os ricos podem comprar?
25. Você se considera de que classe social? E quer ser rica/o?
26. Você considera que seria possível um mundo sem pobreza?
27. Quais são as causas da pobreza no Brasil?
28. De que forma a desigualdade social se expressa?
29. Por que no Brasil temos mais pobres que nos países desenvolvidos?
30. Por que motivos a maioria dos pobres não se organizam para lutar por seus direitos?
31. Quais as alternativas que você apontaria para solucionar a desigualdade social no nosso país?

V. Meios de comunicação

32. Você assiste TV? Qual canal? Com que frequência?
33. Quais são os temas que te interessam na TV?
34. Quais os programas na TV que considera bons? E os ruins?

35. Ouve rádio? Qual emissora? Com que frequência?
36. No rádio prefere música ou informação?
37. Que tipo de música gosta de ouvir?
38. Lê jornal? Qual? Com que frequência?
39. Tem acesso à internet e com que frequência? Onde? O que busca na internet?
40. Você vai ao cinema? Teatro? Com que frequência?
41. O que usa mais para se informar? (Rádio, TV, jornal, Internet)
42. Prefere notícias locais/regionais ou nacionais/internacionais? Por quê?
43. Quais as diferenças entre o que passa de informação no rádio e o que passa na TV?
44. Como você analisa o que passa nas rádios da região a respeito do MAB?
45. Quais os interesses que as emissoras de rádio têm com o MAB?
46. Quais os interesses que as emissoras de rádio têm com as empresas construtoras da barragem?
47. As empresas construtoras fazem alianças com as rádios? Se existe, de que forma acontece?
48. Em épocas de mobilização como a imprensa da região trata do que acontece?
49. Qual a imagem que criam do MAB?

VI. Televisão

50. Você participaria do Big Brother? Por que?
51. Você assiste telenovelas atualmente? Qual?
52. Você poderia resumir a história da telenovela que mais gostou?
53. Você recorda de algum personagem de telenovela que retratou a vida do pobre? Como era esse personagem?
54. E recorda de algum personagem de telenovela que retratou a vida do rico? Como era esse personagem?
55. Qual telenovela você recorda que tenha conseguido retratar a carência econômica de forma realista? Por que?
56. Em que locais os pobres aparecem no telejornal e que profissão eles parecem exercer?
57. Qual a aparência deles? (vestuário, linguagem, modos de expressão, sentimentos envolvidos)
58. Como você gostaria que os pobres aparecessem nas telenovelas e nos telejornais?
59. Nos programas de TV que você assiste como aparece o mundo rural e os camponeses?
60. Como você gostaria que o mundo rural e os camponeses aparecessem nas telenovelas e nos telejornais?

VII. Memória

61. Me conte o que você sabe sobre a Guerra do Contestado. Por meio de quem você ficou sabendo dessas histórias?
62. Pela sua luta no MAB, você se considera herdeira da Guerra do Contestado, que também lutavam pela terra?
63. E sobre o tropeirismo nesta região, o que você sabe? Por meio de quem você ficou sabendo?
64. Com quais características você identifica a região que você mora? (Históricas, culturais, geográficas)

VIII. Etnia

65. Você se considera de que origem étnica?
66. Você conhece a trajetória étnica desde seus avós? Podes me contar?

67. As pessoas que fazem parte do MAB, na maioria são de que origem? Cabocla, branca ou negra?
68. No colégio, no ensino formal do ensino médio, como os professores abordam o tema das etnias nesta região?
69. Aqui na região os caboclos e os negros têm as mesmas oportunidades que os brancos?

IX. Movimento dos Atingidos por Barragens

70. Quando entrou o MAB?
71. Que atividades do Movimento você já participou?
72. Porque você está no MAB e porque participa das atividades?
73. O que seria diferente em sua vida se você não participasse do MAB?
74. Onde você morava e porque teve que sair?
75. O que você lembra da conquista do assentamento?
76. Bons e maus momentos no Movimento.

X. Juventude

77. Como você percebe a atuação da juventude na sociedade? Quais os motivos para isso?
78. E os jovens do MAB, são atuantes ou não? Em que poderia melhorar?
79. Qual o papel da juventude no movimento e na sociedade?
80. Você se considera militante?
81. O que é ser militante?
82. Que diferenças você aponta entre os jovens urbanos e camponeses?

XI. Camponeses

83. Quais as principais dificuldades entre os camponeses de hoje?
84. Para sua família, qual a importância de terra para trabalhar?
85. Sua família sempre trabalhou na agricultura? E você?
86. Você gostaria de trabalhar na agricultura? Por quê?
87. Qual foi reação de sua família quando souberam que teriam que se mudar de lugar por causa da barragem?
88. Qual sua opinião sobre o latifúndio?
89. Aqui na região existem muitos fazendeiros? E foram atingidos pela barragem?
90. Os fazendeiros têm posição favorável ou não ao MAB? Por quê?

ANEXO

ANEXO A – Carta do 2º Encontro Nacional do MAB

Idéias centrais do II Encontro Nacional do MAB

Reunidos em Curitiba (*), estado do Paraná, Brasil, nos dias 13 a 17 de março de 2006, avaliando nossa história e o momento que vivemos, reafirmamos que:

Água e energia não são mercadorias. Água e energia é patrimônio do povo e deve estar sob o controle popular.

É necessário construir um modelo energético alternativo, com a utilização dos recursos naturais, que sirva aos interesses da classe trabalhadora, hoje e no futuro.

A luta é contra toda privatização da água e da energia (e reaver o já privatizado) e que se estende à luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos.

Lutamos também para combater a exportação de produtos de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista.

O MAB é um Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução.

Nossa principal forma de luta é a pressão popular. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade.

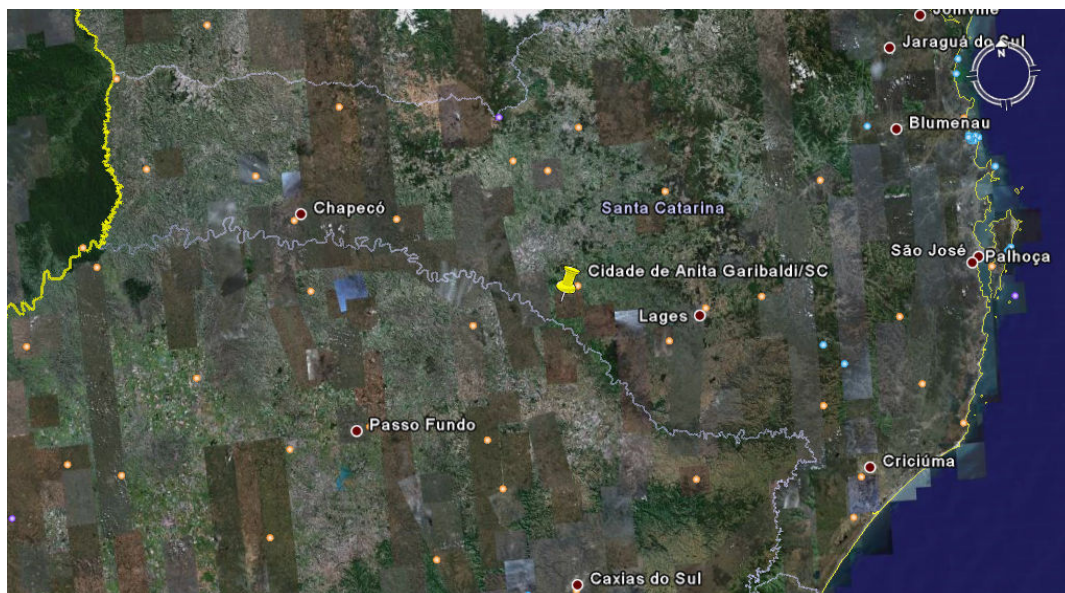
Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional.

A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida.

(*) Estiveram presentes 1.200 pessoas, de 15 estados (BA, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PR, RO, RS, SE, SC, SP, TO) com a maioria de jovens e 4 delegações latino-americanas (Argentina, Bolívia, Nicarágua, Venezuela), além de outros movimentos, entidades, autoridades, estudantes e personalidades apoiadoras.

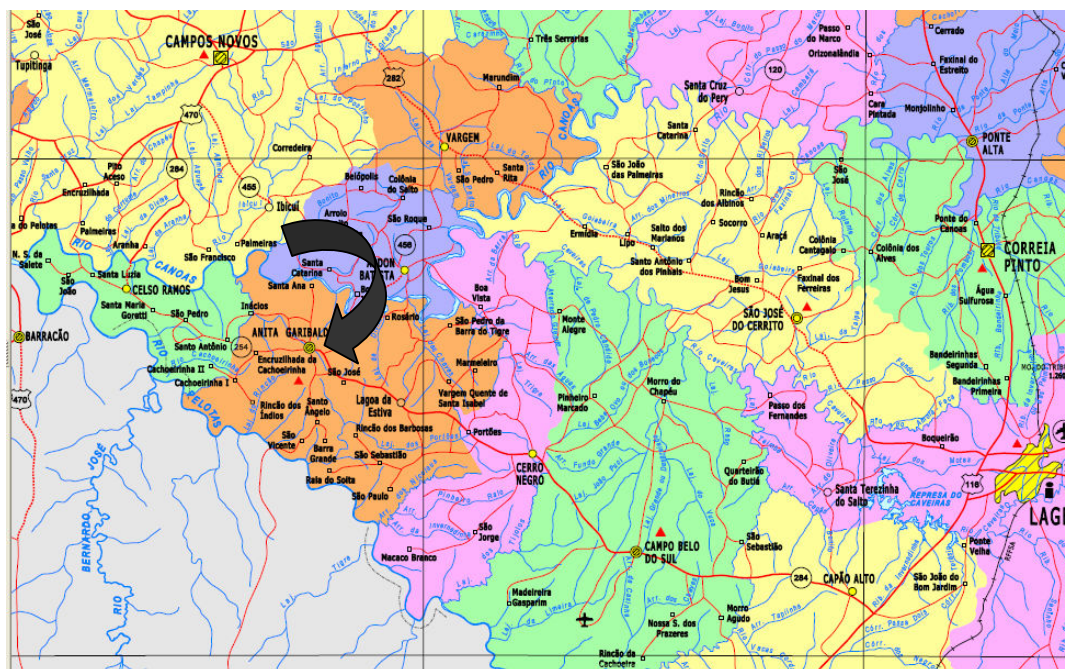
**Água e energia não são mercadorias!
Nossa terra, nosso rio, não se vende;
nossa terra, nosso rio, se defende!
Terra Sim, Barragens não!
Águas para a vida e não para a morte!**

ANEXO B – Localização do município de Anita Garibaldi/SC - 1



Fonte - Google Earth (Organização do mapa feito pela autora).

ANEXO C – Localização do município de Anita Garibaldi/SC - 2

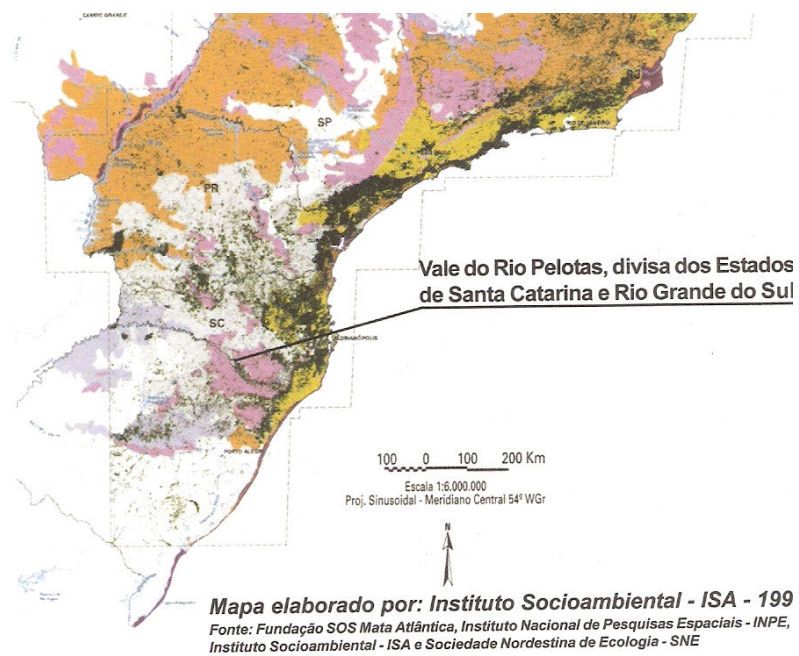


Fonte – Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

<<http://www.spg.sc.gov.br/menu/cartografia/mapas.htm>>. Acesso em 12 Dez.2007

(Organização do mapa feito pela autora).

ANEXO D – Localização da Usina Hidrelétrica Barra Grande



Fonte: Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul/SC: Apremavi, 2005.